

EMPLEO DE CALIDAD
UN INTERÉS EN COMÚN

EMPREGO DE CALIDADE
UN INTERESE COMÚM

EMPREGO DE QUALIDADE
UM INTERESSE EM COMUM



Interreg
España - Portugal



GEMCAT

Fondo Europeo de Desenvolvemento Rexional

Relatório Final do Estudo “A evolução demográfica e implicações no mercado de trabalho transfronteiriço”

Porto, 28 de maio de 2018



FICHA TÉCNICA

Título: Relatório Final do Estudo: “A evolução demográfica e implicações no mercado de trabalho transfronteiriço”

Editor: Universidade do Porto. Faculdade de Letras

Local: Porto

Ano: 2019

ISBN: 978-989-8969-10-1

DOI: 10.21747/9789898969101/rel

URL: <https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id07id1628&sum=sim>

Equipa:

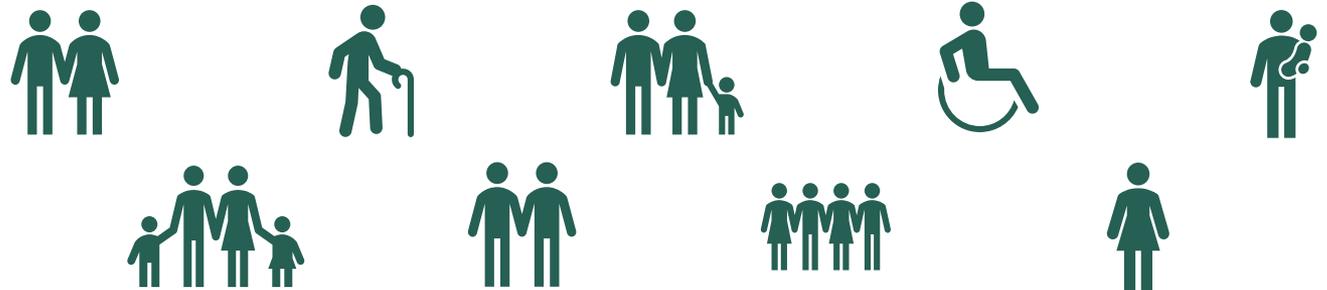
- Teresa Sá Marques (supervisão da Universidade do Porto)
- José Paulo Queiroz (coordenação)
- João Queirós
- Catarina Maia
- Diogo Ribeiro
- Márcio Ferreira
- Ángel Miramontes Carballada

*Este estudo é cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional FEDER através do Programa Interreg V-A Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020.
As opiniões são de exclusiva responsabilidade do autor que as emite.*

ÍNDICE

I. Introdução	4
II. Enquadramento	7
III. Caracterização sociodemográfica	11
IV. Economia e mercado de trabalho	39
V. Qualidade de vida, bem-estar e coesão	57
VI. Conetividade, economia e qualidade de vida	81
VII. Desempenho regional, governança e desafios	89
VIII. A consulta às entidades parceiras e instituições relevantes	103
IX. Contributo para a conceção das medidas de política	118
X. Anexos	125
Anexo I – Tabela de dados e nota metodológica	125
Anexo II – Questionário	133
Anexo III – Boas Práticas	136
Anexo IV – Bibliografia	147

Introdução



INTRODUÇÃO

Tendo presente o objeto do Estudo denominado “A evolução demográfica e implicações no mercado transfronteiriço” que se reconduz à análise da evolução demográfica dos espaços de fronteira em questão, a identificação de tendências demográficas, o Relatório Final condensa o resultado das tarefas levadas a efeito no âmbito das 1.ª, 2ª Fases do Estudo a que acresce o resultado das tarefas levadas a cabo no âmbito da 3.ª Fase.

Na última fase do trabalho, não obstante não se encontrar prevista na metodologia inicialmente delineada, por proposta da parceria a equipa técnica levou a efeito um processo de consulta junto de um universo alargado de instituições relevantes e empresas visando o aprofundamento do conhecimento e a identificação e seleção de propostas de medidas de política relacionadas com a conciliação do trabalho com a vida privada e a promoção da igualdade de oportunidades, suscetíveis de favorecer a demografia e a fixação de populações nas áreas de fronteira.

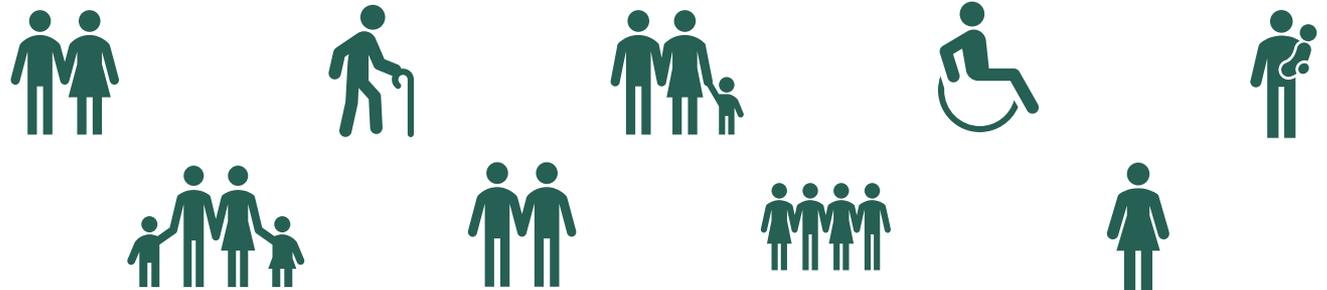
São exatamente os resultados da consulta efetuada ponderados à luz das atuais diretrizes e orientações emanadas ao nível europeu e nacional em matéria de conciliação do trabalho com a vida privada e igualdade de oportunidades que constituem o principal objeto deste trabalho e da atividade em que ele se insere no contexto do projeto GEMCAT.

INTRODUÇÃO

Tal como ficou demonstrado no diagnóstico efetuado, os desafios demográficos, sociais e económicos com que os territórios transfronteiriços, em particular os territórios transfronteiriços do interior de baixa densidade, estão atualmente confrontados apresentam uma dimensão e magnitude que a sua ultrapassagem implica a introdução de medidas estruturais capazes de contrariar os efeitos que decorrem do envelhecimento da população, do despovoamento e da isolamento.

Conscientes que o esforço normativo e legislativo e a adoção de medidas ativas que favoreçam a conciliação do trabalho com a vida privada e a igualdade de oportunidades não serão suficientes para contrariar integralmente os efeitos das mudanças demográficas com que estes territórios se encontram confrontados, resulta, contudo, claro que estas podem constituir elementos diferenciadores suscetíveis de impactar positivamente na evolução dos territórios, das comunidades e da economia transfronteiriças.

Enquadramento



ENQUADRAMENTO

Os territórios transfronteiriços entre Portugal e Espanha, quando comparados com a média dos territórios nacionais, caracterizam-se globalmente pela baixa densidade populacional e uma população envelhecida. Em termos territoriais dominam as áreas predominantemente rurais (79%), com um tecido produtivo pouco diversificado que assenta em PME e microempresas (representando 95% do total). Mas neste contexto, as principais aglomerações urbanas mostram uma vitalidade demográfica, social e económica diferenciadora que é necessário reequacionar estrategicamente, face aos cenários prospetivos.

Em termos de escalas de análise é pertinente fazer-se as seguintes considerações:

- O presente estudo desenvolve a sua análise à escala da Península Ibérica, considerando a desagregação geográfica à escala do país (Portugal e Espanha) quando considerado pertinente, mas é à escala regional NUT II e NUT III dos territórios transfronteiriços que se concentra em termos analíticos.
- À escala da NUT II considerou-se, em **Espanha**, a Galiza, Castela e Leão, Extremadura e a Andaluzia e em **Portugal**, as regiões do Norte, Centro, Alentejo e Algarve;
- À escala da NUT III considerou-se em **Espanha**, as regiões de Pontevedra, Ourense, Zamora, Salamanca, Cáceres, Badajoz e Huelva, e em **Portugal**, as regiões do Alto Minho, Cávado, Alto Tâmega, Douro, Terras de Trás-os-Montes, Algarve, Beira Baixa, Beiras e Serra da Estrela, Baixo Alentejo, Alto Alentejo e o Alentejo Central;
- A análise extravasa ligeiramente a área objecto do contrato, de forma a permitir uma abordagem mais enquadrada dos dois lados da fronteira.

Regiões fronteiriças consideradas neste estudo:

NUT II



Fonte:EUROSTAT (2017)

NUT III

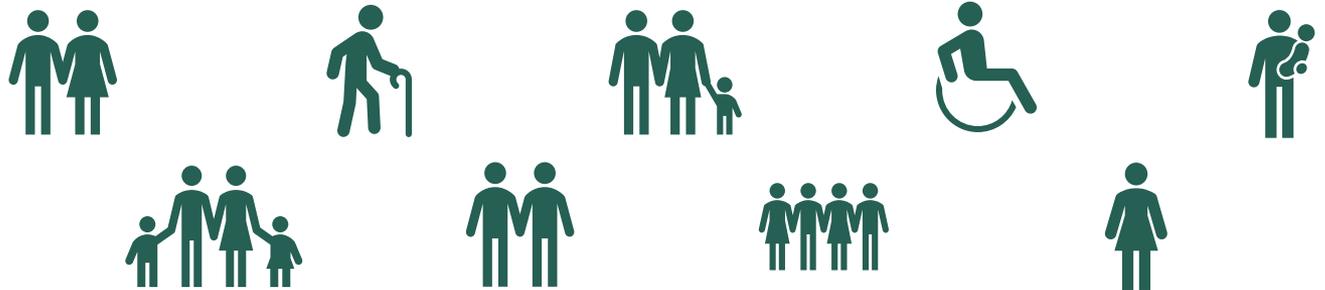


Fonte:EUROSTAT (2017)

A área objeto deste estudo compreende:



Caracterização sociodemográfica



ENQUADRAMENTO AO CAPÍTULO.

As pessoas estão no centro das preocupações das políticas públicas de coesão e de desenvolvimento territorial. Os movimentos da população pelo território refletem a atratividade, a atividade económica e as condições de vida que cada lugar oferece. Além disso, transmitem os padrões de desenvolvimento existentes (oferta de infraestruturas, diversidade do tecido empresarial e diferenciação do mercado de trabalho, padrões de consumo e estruturas económicas).

A estrutura de povoamento da Península Ibérica é claramente marcada por uma dicotomia urbana-rural (figura 1), onde a baixa densidade domina claramente a maioria do território. As áreas objeto deste estudo são predominantemente rurais de baixa densidade.

Atualmente, a geografia dos movimentos populacionais na Península Ibérica demonstra uma nítida tendência de concentração populacional nas principais cidades e metrópoles urbanas, em detrimento dos espaços rurais, em acentuado despovoamento. A perda demográfica no futuro não vai ser só uma questão dos espaços rurais, mas também dos urbanos, as tendências demográficas europeias mostram a Península Ibérica em grande perda populacional. Em termos migratórios a Espanha tem uma atratividade superior a Portugal, mas esta tem tido poucos reflexos nos espaços transfronteiriços.

Este capítulo vai-se estruturar em torno de **duas temporalidades**:

- **A situação atual:** dinâmicas populacionais (evolução da população; envelhecimento e migrações) e estruturas sociais em transformação (comportamentos face à natalidade; mudanças nas composições familiares; escolaridade da população residente).
- **As perspectivas para o futuro:** aumento das pressões demográficas e das disparidades territoriais; persistência das tendências sociodemográficas.

I. Diagnóstico da situação atual

1.1. Dinâmicas populacionais



I. Diagnóstico da situação atual

1.1. Dinâmicas populacionais

EVOLUÇÃO DA
POPULAÇÃO

- **A estrutura populacional da Península Ibérica está em transformação** (figura 1). Em termos demográficos, a Península Ibérica caracteriza-se por um crescimento e distribuição populacional desequilibrados que contribuem para **assimetrias territoriais cada vez mais acentuadas**, que evidenciam a tendência para a litoralização do território ibérico, em detrimento dos territórios transfronteiriços e mais rurais, que ostentam as densidades populacionais mais baixas e enfrentam assim os maiores desafios populacionais. A população urbana está em declínio, mas com um impacto bastante mais diminuto do que nas áreas rurais e de fronteira.
- Atualmente, residem em Portugal cerca de 10 milhões de habitantes (22% dos quais habitam em regiões de fronteira). Em Espanha, a população residente ultrapassa os 45 milhões (mas apenas 7% dos habitantes residem nas NUT III transfronteiriças).
- Nos últimos anos, registou-se uma **diminuição da população residente no espaço ibérico transfronteiriço**, nomeadamente pela intensificação dos fluxos emigratórios (com maior intensidade após a crise de 2008) e pela quebra generalizada do saldo natural, incentivando alterações nos padrões demográficos dos dois países. A perda populacional tem sido sentida com maior **expressividade em Portugal, sobretudo nas áreas de baixa densidade junto ao espaço da raia**.
- A análise dos indicadores populacionais mostram a **retração destes territórios**. Entre 2000 e 2015 (figura 2), a população a residir em Portugal nos espaços de fronteira diminuiu 3,2%. Em Espanha, a variação da população residente nas regiões transfronteiriças demonstrava no mesmo período de tempo um comportamento positivo (aumentou 3,3%). A partir de 2008, a perda demográfica passa a ser comum aos dois espaços de fronteira.

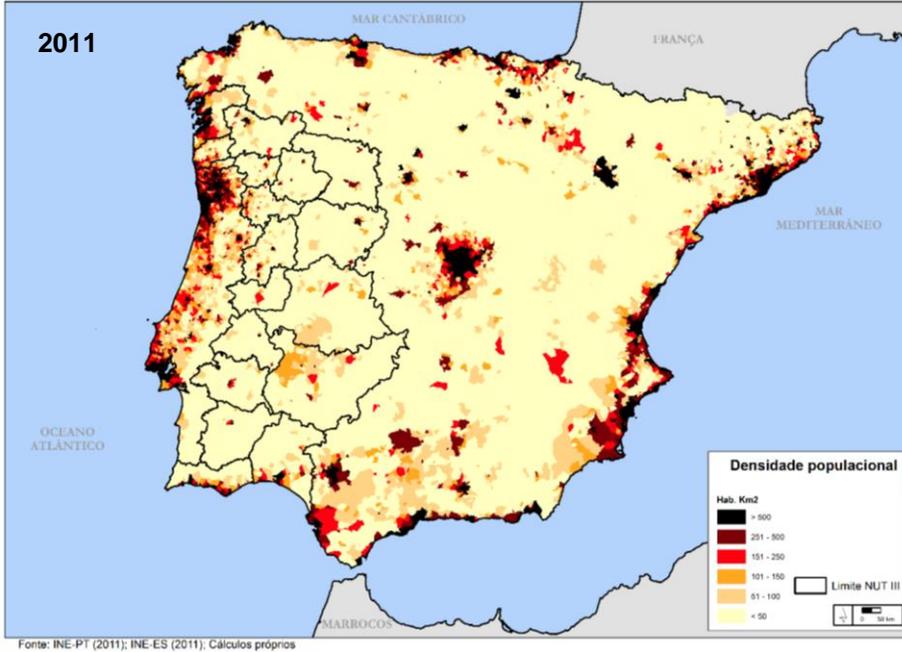


Figura 1: Densidade populacional, por freguesia, na Península Ibérica (2011)
 Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: INE - Portugal, Censos da população (2011);
 INE - Espanha, Censos de Población y Viviendas (2011)

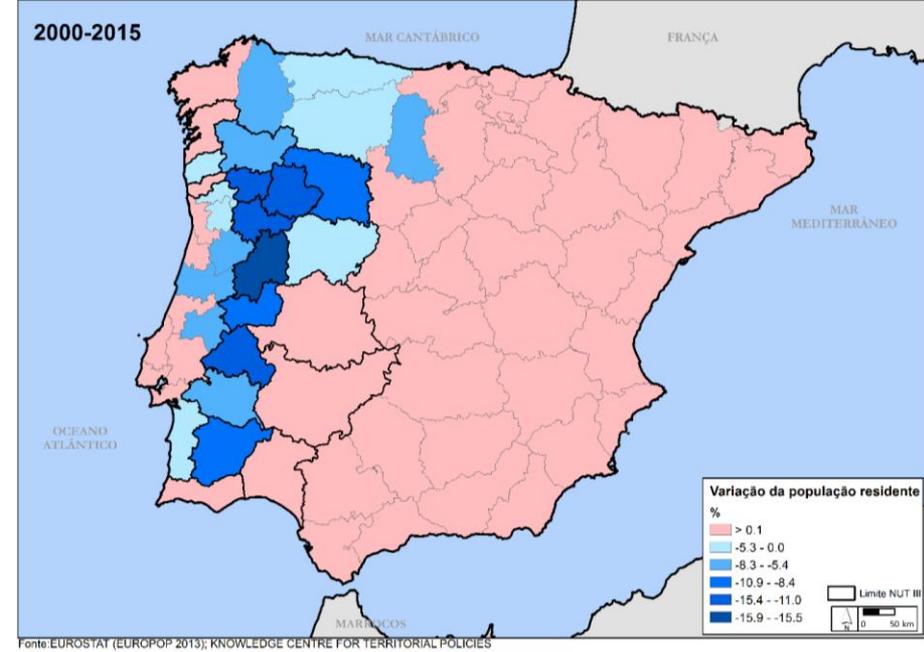


Figura 2: Variação da população residente, por NUT III, na Península Ibérica (2000-2015)
 Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: Knowledge Centre for Territorial Policies (2017)

I. Diagnóstico da situação atual

1.1. Dinâmicas populacionais



- O despovoamento cada vez mais intensivo dos espaços rurais e das áreas fronteiriças reflete problemas estruturais que dificilmente serão revertidos. Nestes territórios, a perda populacional alia-se cada vez mais a um **forte envelhecimento da população residente** que, quando conjugado com outros problemas sociais (isolamento e abandono, baixa escolaridade e fracas qualificações, inatividade e incapacidade, débil integração na vida social) ou económicos (rendimentos reduzidos, baixos níveis de consumo, grande dependência de prestações sociais), torna-se um dos **fatores mais propícios à vulnerabilidade e à exclusão social**.
- **Portugal e Espanha são dos países mais envelhecidos da União Europeia.** Em 2015, 20,5% da população residente em Portugal tinha 65 ou mais anos, a Espanha atingia um valor ligeiramente inferior (18,6%, a média da UE28 era de 19%).
- A análise à NUT II, revela-nos que os territórios mais envelhecidos na Península Ibérica correspondem a espaços de fronteira entre Portugal e Espanha: Galiza, Principado de Astúrias e Castela e Leão (cada com 24%); a Região Centro (23,0%) e o Alentejo (24,5%). **Estas regiões evidenciam-se no mapa da Europa envelhecida e deprimida**, enfrentando uma **dupla vulnerabilidade** (são áreas de povoamento escasso e envelhecido e simultaneamente mal conectadas com os restantes territórios, em termos físicos e socioeconómicos) (figura 3).
- A leitura dos indicadores à NUT III, reforçam a **vulnerabilidade das regiões fronteiriças da Península Ibérica face ao envelhecimento da população**. Em Portugal, 51% da população com 65 ou mais anos reside no espaço de fronteira e de baixa densidade (28% com 85 ou mais anos). Em Espanha a situação atenua-se. Aqui, a população idosa a residir em áreas fronteiriças corresponde a 18% do total deste grupo etário (9% corresponde a pessoas com 85 ou mais anos) (figuras 3 e 4).

- De acordo com dados do Eurostat, em 2015, cinco regiões (NUT III) da Península Ibérica englobavam as dez regiões europeias com maior proporção de população com 65 ou mais anos: Alto Tâmega (28,5%), Beira Baixa (29,2%), Ourense (30,4%), Zamora (29,5%) e Lugo (28,6%).

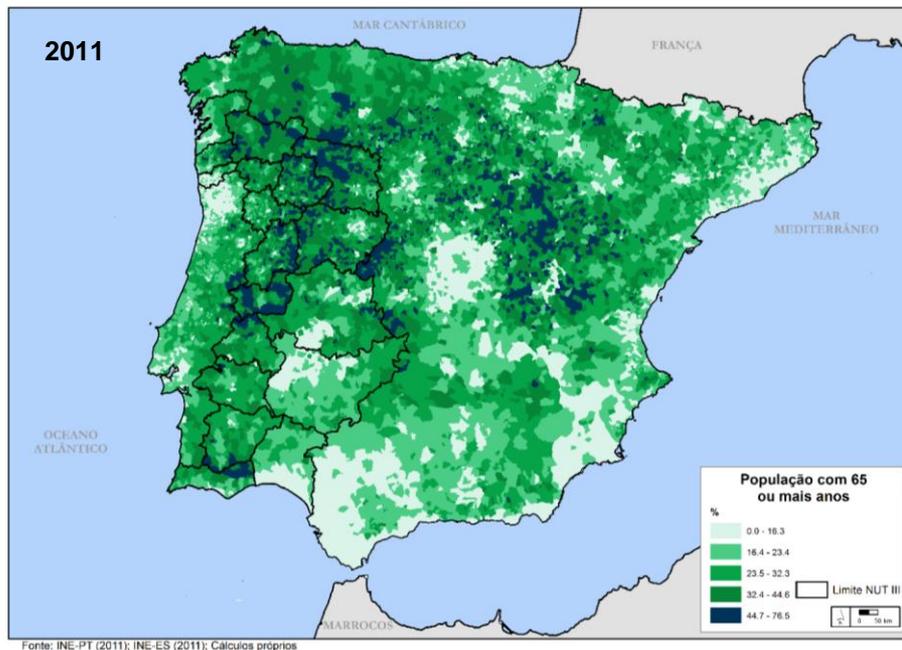


Figura 3: População residente com 65 ou mais anos, à freguesia, na Península Ibérica (2011)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: INE - Portugal, Censos da população (2011); INE - Espanha, Censos de Población y Viviendas (2011)

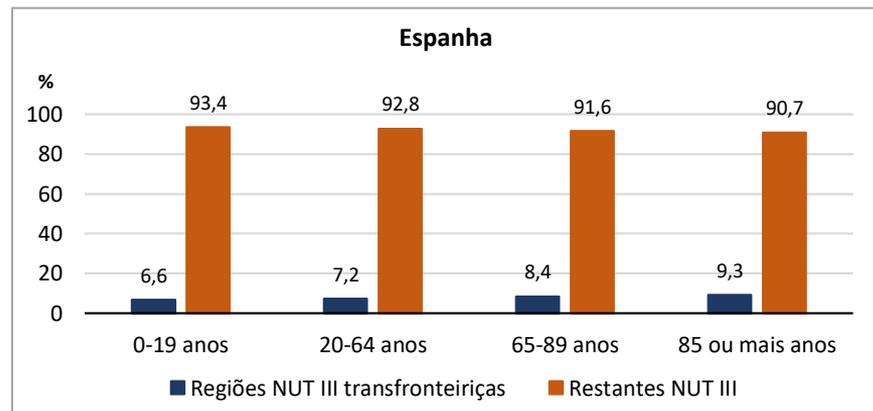
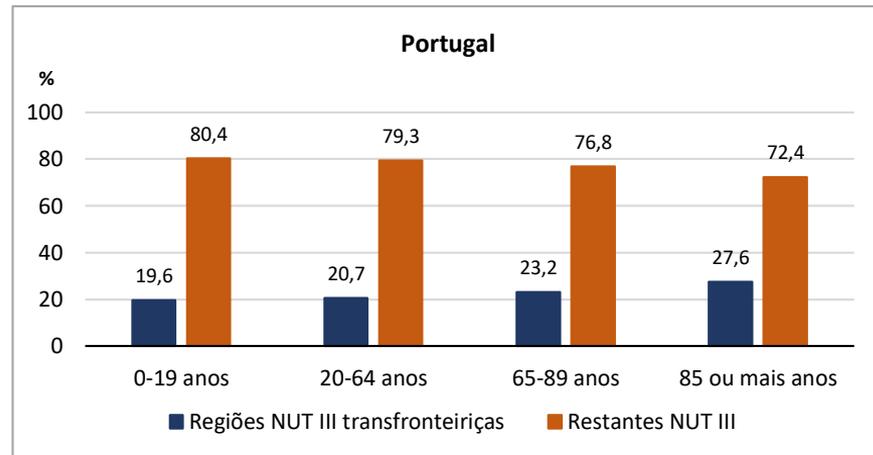


Figura 4: Proporção de população residente por grupo etário (2015)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: Eurostat (2017)

I. Diagnóstico da situação atual

1.1. Dinâmicas populacionais



- **Portugal e Espanha são por tradição países de migrações intensas** (internas e externas), que ao longo das últimas décadas contribuíram para moldar os territórios da Península Ibérica (figura 5). Em termos de migrações internas, os dois países demonstram uma clara **tendência de movimentação dos territórios de fronteira e das áreas rurais em direção ao litoral e às metrópoles** (fruto do seu maior dinamismo económico), contribuindo para o desenho de diferentes padrões de migração e para o aumento das disparidades regionais no seio da Península Ibérica.
- **O crescimento acentuado da taxa de emigração registado após 2008 na Península Ibérica reflete o impacto da crise económica-financeira** nestes territórios, afetando todos os setores de atividade económica e as diversas estruturas sociais. **Em Portugal, as regiões transfronteiriças** (figura 6) demonstram uma tendência de decréscimo da migração líquida de forma mais intensa e prolongada comparativamente a Espanha (ainda assim positiva até 2010). Desde 2011, a evolução é claramente negativa (nesse ano a migração líquida nas regiões de fronteira em Portugal foi superior a -9 mil pessoas). **Em Espanha, as regiões NUT III junto à fronteira** (figura 6) demonstram uma tendência nitidamente positiva até 2007 (pois registou-se um valor superior a 30 mil pessoas). Desde então o comportamento da migração líquida reflete um pendor de diminuição, sendo negativo desde 2012 (revelando o valor mais baixo em 2015, -10 mil pessoas, um número inferior ao registado nas regiões transfronteiriças portuguesas).
- **Em termos de impacto da emigração nos territórios da Península Ibérica, sobretudo na raia**, importa sublinhar a **saída da população jovem (cada vez mais qualificada)**, que procura noutros países melhores oportunidades educacionais e de emprego, comprometendo assim a sustentabilidade socioeconómica futura das regiões de saída (renovação das gerações, renovação da população empregada, desenvolvimento económico, criação de riqueza, entre outros).

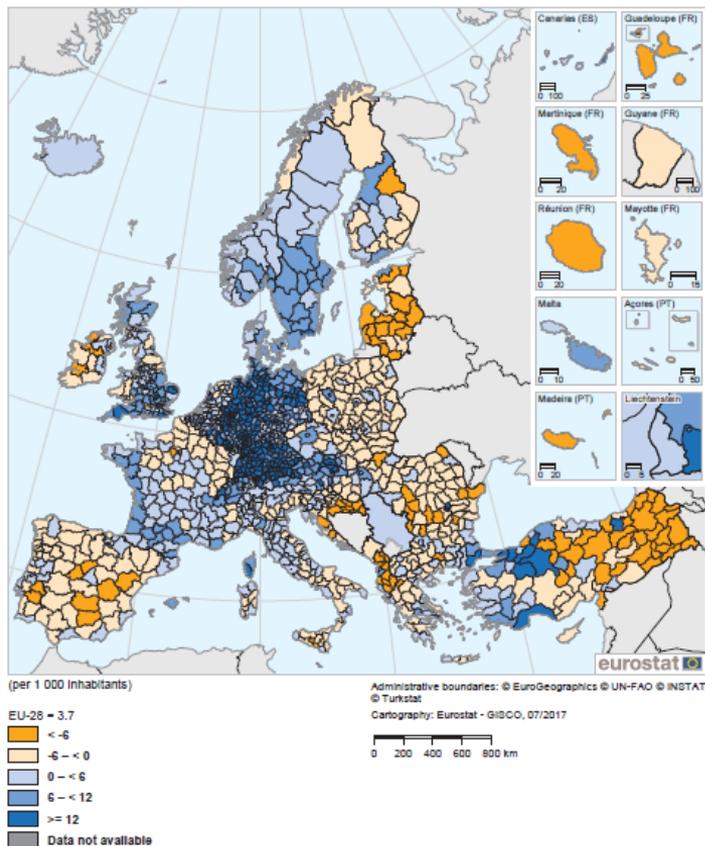


Figura 5: Taxa bruta de migração líquida (com ajuste estatístico), por NUT III (2015) (por 1000 habitantes)

Fonte: Eurostat regional yearbook (2017)

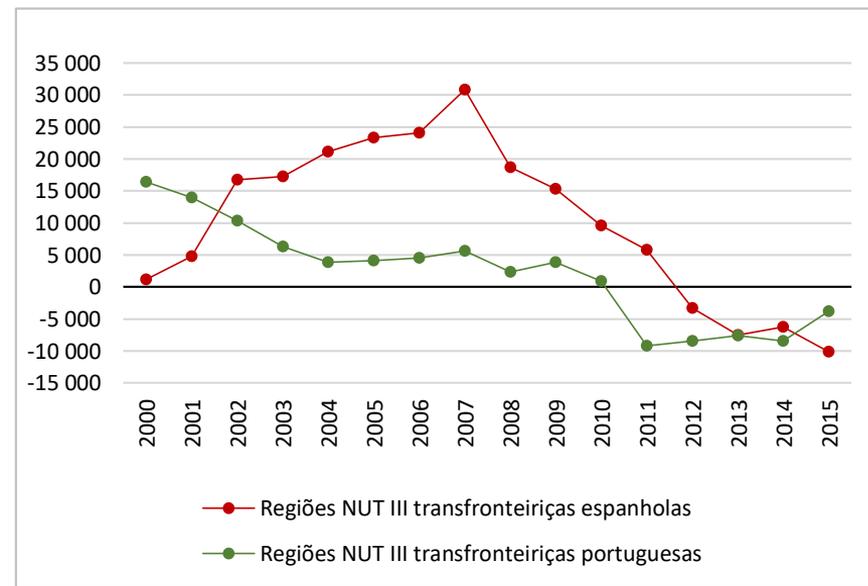


Figura 6: Migração líquida (com ajuste estatístico) nas NUT III fronteiriças da Península Ibérica (2000-2015)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: Eurostat (2017)

1.2. Estruturas sociais em transformação

**COMPORTAMENTOS
FACE À NATALIDADE
E À FECUNDIDADE**

**MUDANÇAS NA
COMPOSIÇÃO FAMILIAR**

**ESCOLARIDADE
DA POPULAÇÃO
RESIDENTE**

I. Diagnóstico da situação atual

1.2. Estruturas sociais em transformação



- Os territórios de fronteira da Península Ibérica suportam as problemáticas da perda demográfica e do envelhecimento da estrutura populacional. Complementarmente, esta situação tem sido acompanhada pela **quebra sucessiva da natalidade e da fecundidade**, e por outro lado, pelo aumento da esperança de vida, originando grandes desafios futuros no que respeita à renovação das gerações e aos problemas associados à maior longevidade da população.
- Neste contexto, deve sublinhar-se a **forte descida da taxa de fecundidade nos territórios da Península Ibérica para níveis abaixo da capacidade de substituição das gerações**, isto é, 2,1 filhos por mulher. As figuras 7 e 8 mostram que tanto Portugal como Espanha registam atualmente valores bastante inferiores ao desejado (1,3 e 1,34 filhos por mulher, respetivamente), patenteando alguns dos valores mais baixos ao nível da União Europeia (em 2015, registou a valor de 1,58 filhos por mulher). **Nas regiões de fronteira, a situação é ainda mais preocupante**. De acordo com os dados de 2015, as regiões transfronteiriças espanholas atingiam apenas o valor de 1,17 filhos por mulher e as portuguesas 1,19, representando numa situação bastante preocupante a nível europeu.
- **A baixa natalidade registada nos territórios fronteiriços está também relacionada com a pouca presença de população do sexo feminino em idade fértil**. Em 2016, as mulheres em idade fértil nas NUT III fronteiriças portuguesas representavam apenas 18% do total nacional. Nas regiões espanholas, a situação era ainda mais desfavorável (6% do total nacional).
- Concomitantemente, a **idade média das mulheres à data do nascimento do primeiro filho tem vindo a aumentar**. Em 2015, Portugal situava-se nos 30,2 anos, enquanto em Espanha a média atingia os 30,7 anos.

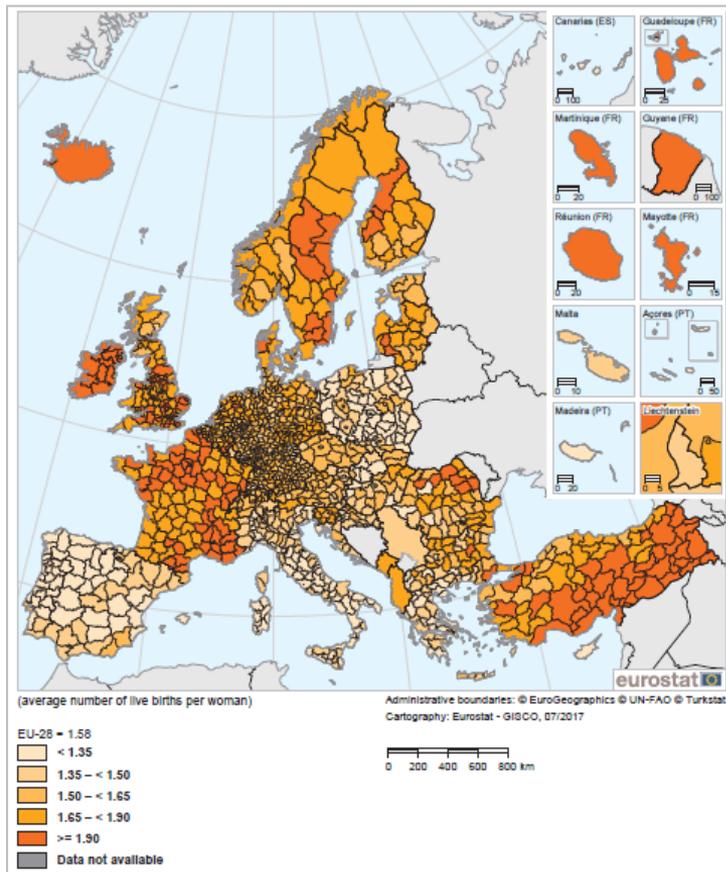


Figura 7: Taxa de fertilidade, por NUT III (2015)

Fonte: Eurostat regional yearbook (2017)

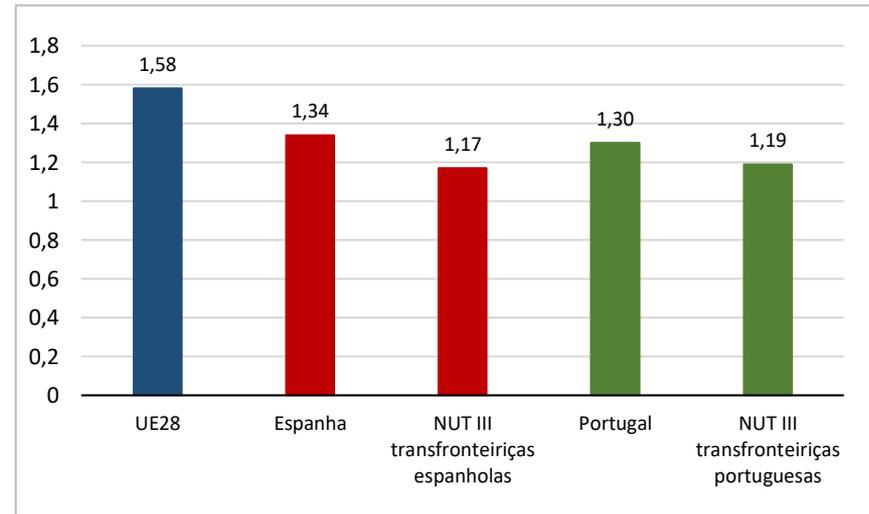


Figura 8: Taxa de fertilidade (2015)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: Eurostat (2017)

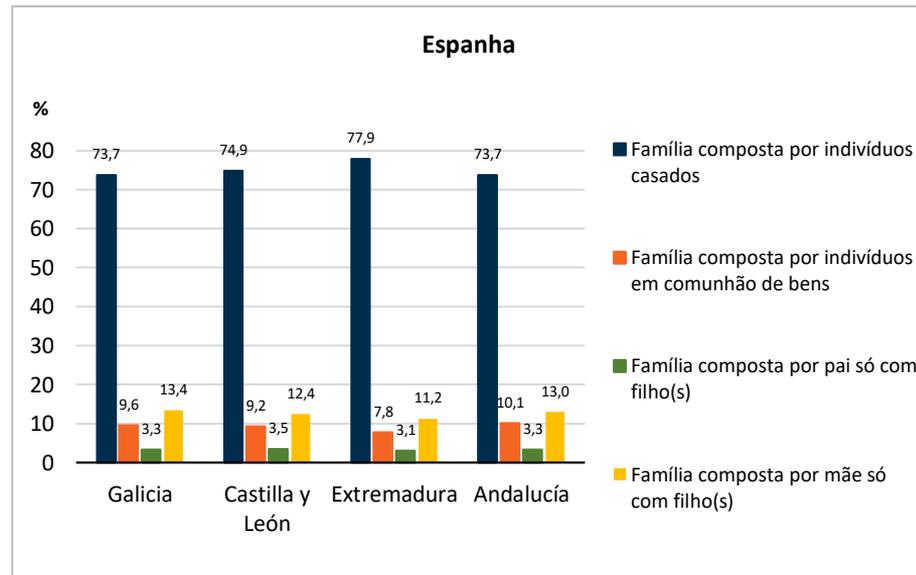
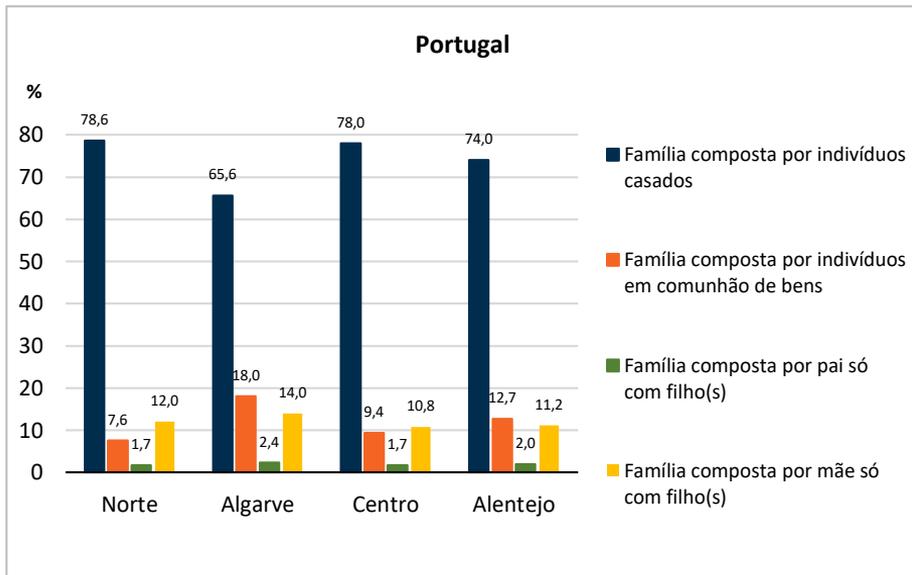
I. Diagnóstico da situação atual

1.2. Estruturas sociais em transformação



MUDANÇAS NA
COMPOSIÇÃO
FAMILIAR

- As alterações na estrutura e nos movimentos populacionais e as alterações nos comportamentos face à natalidade refletem-se na **composição familiar**. **As estruturas familiares da Península Ibérica são cada vez mais marcadas por famílias de pequena dimensão e pelo aumento do número de famílias fora do padrão tradicional** (constituídas por núcleos conjugais, núcleos monoparentais, núcleos recompostos ou de composição informal).
- **A maior igualdade de género** e a **crecente participação da mulher** na sociedade e no mercado de trabalho, o reforço das **qualificações da população** e as **alterações nos estilos de vida** revelam-se como tendências sociais com grandes implicações em termos de desenvolvimento dos territórios, de mitigação das disparidades espaciais e de resposta das regiões às perspetivas de evolução futura.
- Em termos de **atividades e serviços** estas tendências tem implicado um **aumento das necessidades de equipamentos e serviços pessoais, nomeadamente na ocupação do tempo livre dos mais jovens e dos mais idosos, no desenvolvimento das atividades de apoio às atividades domésticas** (serviços de lavandaria, costura, *take away*, entre muitas outras). As mudanças nos estilos de vida dos indivíduos e das famílias, em prol de uma vida mais saudável e com mais atividades físicas tem, também, vindo a desencadear várias dinâmicas em termos de serviços (ginásios, organização de caminhadas, montanhismo, etc.).



Figuras 9 e 10: Proporção de famílias por tipo, por NUT II transfronteiriça, em Portugal e Espanha (2011)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: Eurostat (2017)

I. Diagnóstico da situação atual

1.2. Estruturas sociais em transformação



ESCOLARIDADE DA
POPULAÇÃO
RESIDENTE

- De acordo com o Eurostat, em 2016, a maioria das regiões ibéricas apresentava valores intermédios de escolaridade, contudo **persistem ainda sinais alarmantes ao nível da qualificação da população** (25-64 anos) em algumas regiões da Península Ibérica, sobretudo quando comparadas com o nível europeu.
- A figura 11 demonstra que, em 2016, **em todas as regiões NUT II ibéricas de fronteira mais de 40% da população entre 25-64 anos detinha apenas um nível de ensino inferior ao básico (níveis 0-2)**, sobressaindo-se com os valores mais elevados a Região Norte, em Portugal, e a Extremadura, em Espanha, com 59,3% e 57,8% da população, respetivamente. Ainda assim, é necessário sublinhar que desde a entrada no novo milénio a **tendência de crescimento da população residente com ensino superior nestas regiões é nitidamente positiva**. As regiões espanholas apresentam os valores mais elevados, mas os territórios portugueses têm vindo a melhorar de forma consistente e asseguram as melhorias mais significativas. Em 2016, a Galiza possuía a percentagem mais alta (35,7%, em 2000 era de 18,7%) e o Alentejo detinha a percentagem mais baixa (18,5%, em 2000 era de 7,3%) (figura 12).
- Dentro da abordagem dos recursos escolares, importa também ter em consideração o aumento das situações de maior vulnerabilidade, quer por abandono precoce do sistema de ensino, quer por falta de inserção no mercado de trabalho. Tanto em Portugal como em Espanha, o **abandono precoce da escola tem vindo a diminuir**. Entre 2006 e 2015, a redução foi sobretudo expressiva em Portugal (de 38,5% para 13,7%) enquanto a Espanha passou de 30,3% para 20%. Em 2016, a proporção de jovens (15-24 anos) não estudavam, não trabalhavam, nem estavam em formação (NEET) na raia oscilava entre os 10,3%, no Alentejo, e os 18,4%, na Andaluzia. **A situação dos NEET é sobretudo preocupante após a crise de 2008**, quando os valores crescem significativamente, com maior expressão na regiões de fronteira espanholas (figuras 13 e 14).

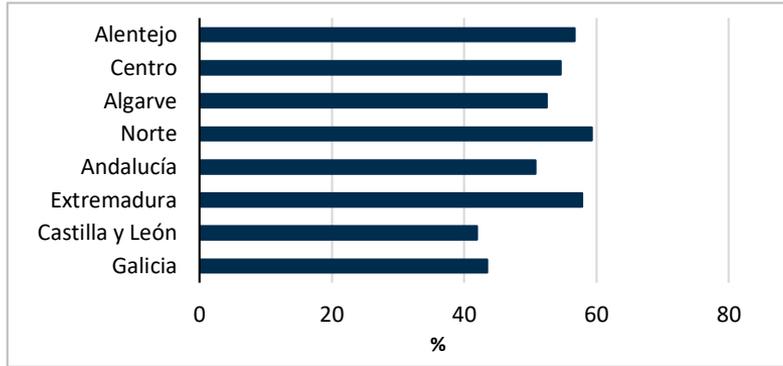


Figura 11: População residente entre os 25-64 anos com nível de escolaridade inferior ao básico (níveis 0-2) nas NUT II transfronteiriças da Península Ibérica (%) (2016)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: Eurostat (2017)

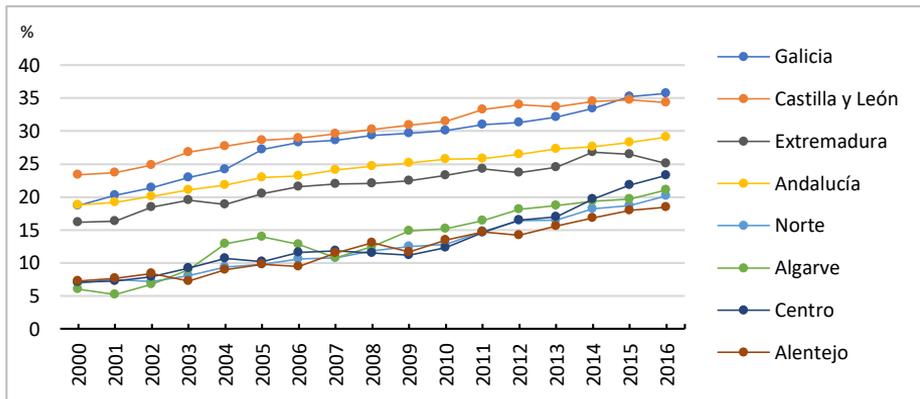
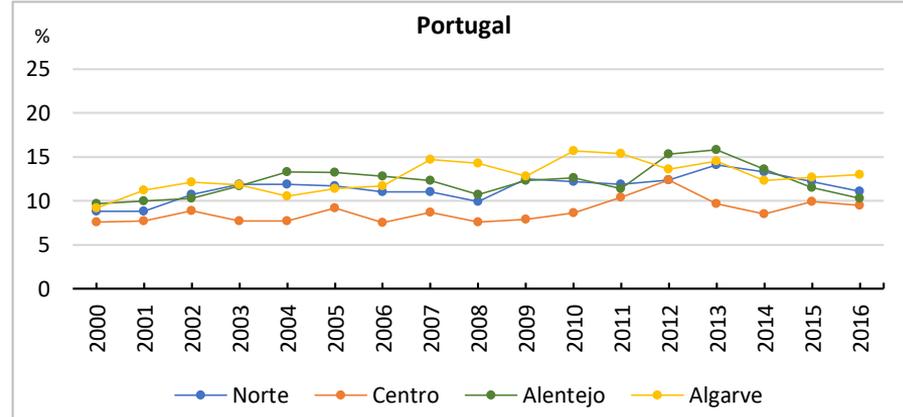
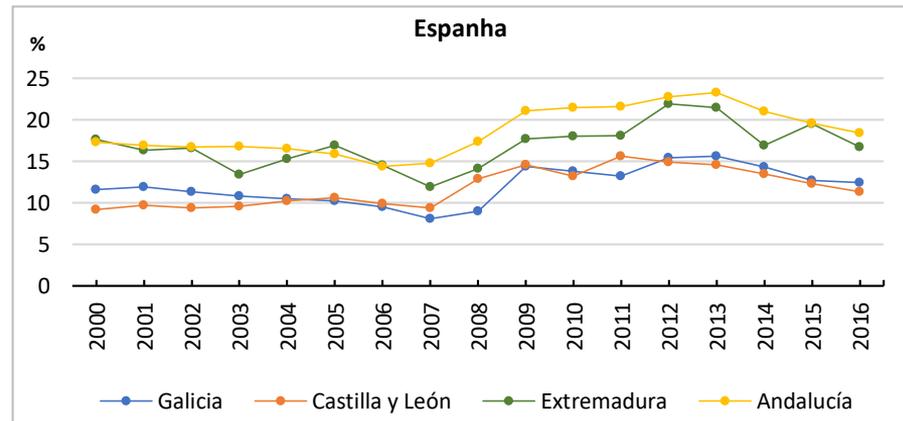


Figura 12: População residente entre os 25-64 anos com nível de escolaridade superior (níveis 5-8) nas NUT II transfronteiriças da Península Ibérica (%) (2016)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: Eurostat (2017)



Figuras 13 e 14: População residente entre os 15-24 anos que não está a frequentar o sistema de ensino nem trabalha nas NUT II transfronteiriças da Península Ibérica (%) (2000-2016)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: Eurostat (2017)

II. Perspetivas para o futuro

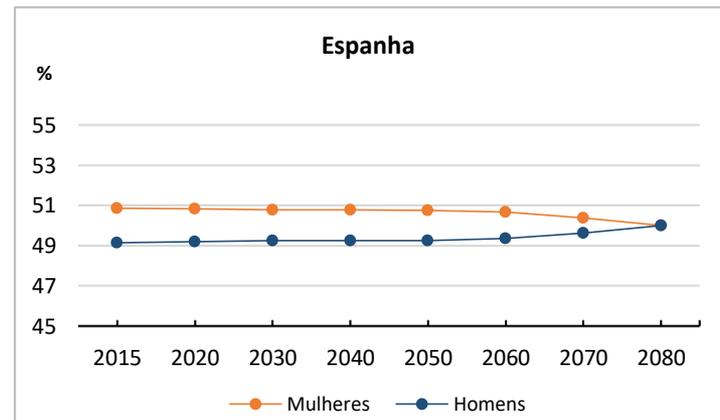
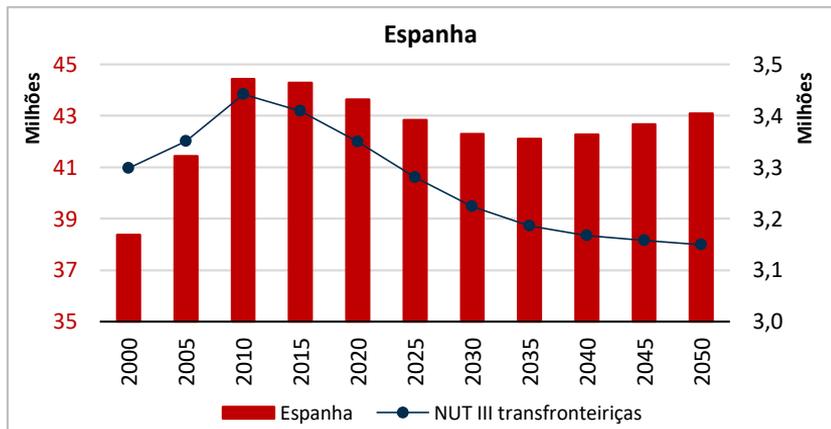
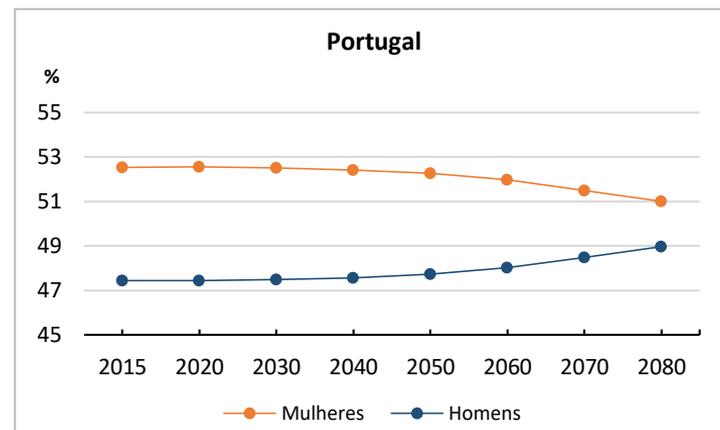
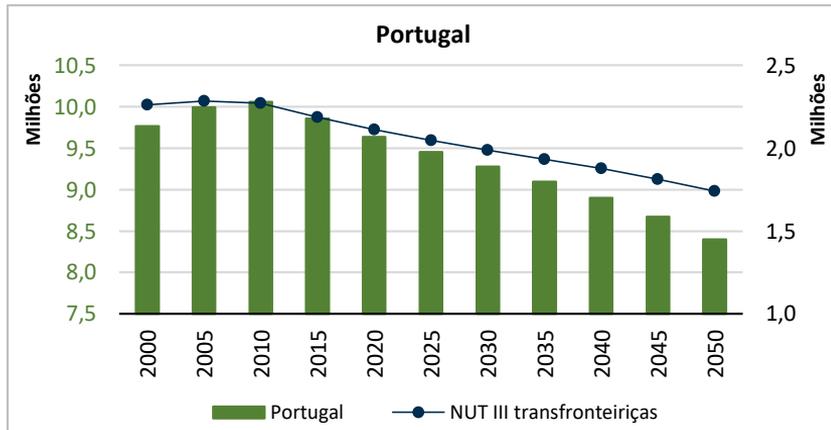
**AUMENTO DAS
PRESSÕES
DEMOGRÁFICAS E
DAS DISPARIDADES
TERRITORIAIS**

**PERSISTÊNCIA DAS
TENDÊNCIAS
SOCIODEMOGRÁFICAS**

II. Perspetivas para o futuro

AUMENTO DAS
PRESSÕES
DEMOGRÁFICAS E
DAS DISPARIDADES
TERRITORIAIS

- **As futuras evoluções demográficas terão grandes implicações territoriais.** Nos últimos anos, a população ibérica tem vindo a diminuir, nomeadamente pela intensificação dos fluxos emigratórios (após 2008) e pela quebra generalizada do saldo natural. Portugal representa apenas 2% da população da UE28, enquanto a Espanha 9%. De acordo com as projeções, Portugal tenderá a manter a tendência de perda populacional, perspetivando-se um decréscimo na ordem dos 2 milhões até 2050. A Espanha revela uma tendência de decréscimo até 2035 e a partir daí um crescimento efetivo, recuperando para cerca de 44 milhões de habitantes em 2050 (figuras 15 e 16). No futuro, haverá um tendência de equalização entre os efetivos do sexo feminino e do sexo masculino.
- As alterações nos padrões demográficos nos dois países começam a revelar indicações territoriais a considerar. Efetivamente, **os territórios de baixa densidade populacional no espaço de fronteira, que apresentam já situações de maior vulnerabilidade demográfica comparativamente aos restantes territórios, serão aqueles que apresentarão as perdas populacionais mais expressivas ao nível da Península Ibérica.** A figura 19 revela-nos que na maioria dos territórios transfronteiriços as perdas serão superiores a 10% do total da população, entre 2015 e 2030. Sobressaem em Portugal as regiões do Alto Tâmega, das Terras de Trás-os-Montes, do Douro e das Beiras e Serra da Estrela, e em Espanha a região de Zamora, com as situações mais críticas (perdas superiores a 15%, entre 2015 e 2030). Na fronteira, apenas as regiões do Algarve e de Huelva demonstram uma dinâmica positiva em termos de crescimento populacional.
- **Até 2050, as regiões de fronteira em Portugal poderão perder cerca de 20% da população residente, enquanto do lado de Espanha a perda pode chegar aos 8%,** enquanto as principais metrópoles e os territórios costeiros reforçaram o seu potencial de fixação populacional e de polarização territorial. **Assim, de acordo com as perspetivas de evolução futura da população é de esperar um aumento das disparidades urbano-rurais e um reforço do desequilíbrio entre os espaços de fronteira e o restante território.**

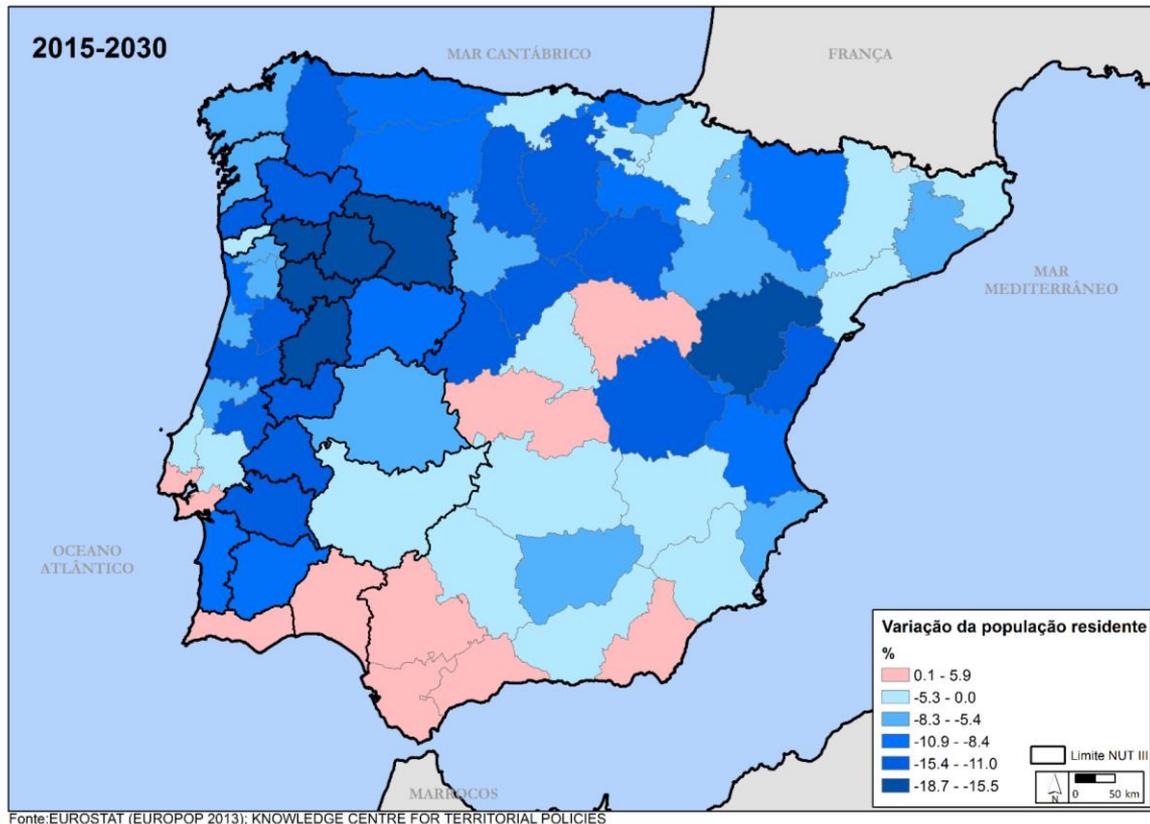


Figuras 15 e 16: População residente e estimada em Portugal, em Espanha e nas regiões NUT III transfronteiriças (2000-2050)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: Eurostat (*baseline projections*) (2017)

Figuras 17 e 18: População residente e estimada em Portugal e em Espanha, por sexo (%) (2015-2080)

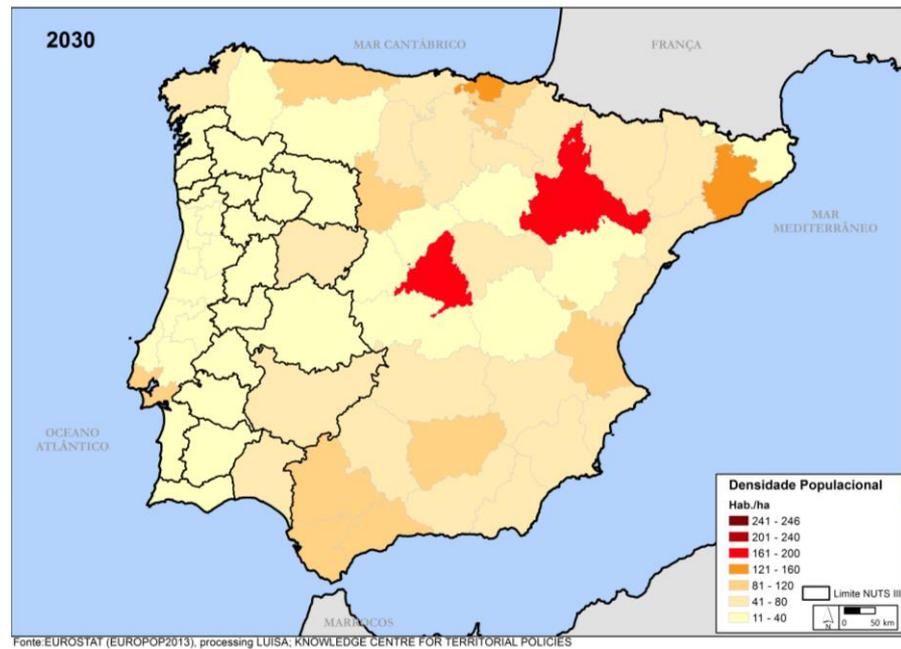
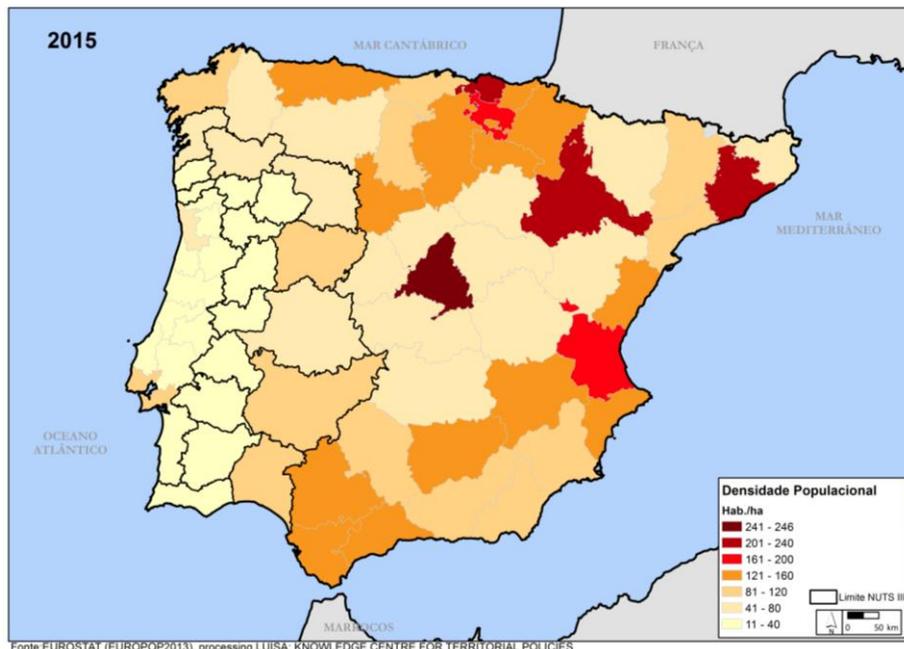
Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: Eurostat (*baseline projections*) (2017)



Figuras 19, 20 e 21: Variação da população residente, por NUT III, na Península Ibérica (2000-2015; 2015-2030)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: Knowledge Centre for Territorial Policies (2017)

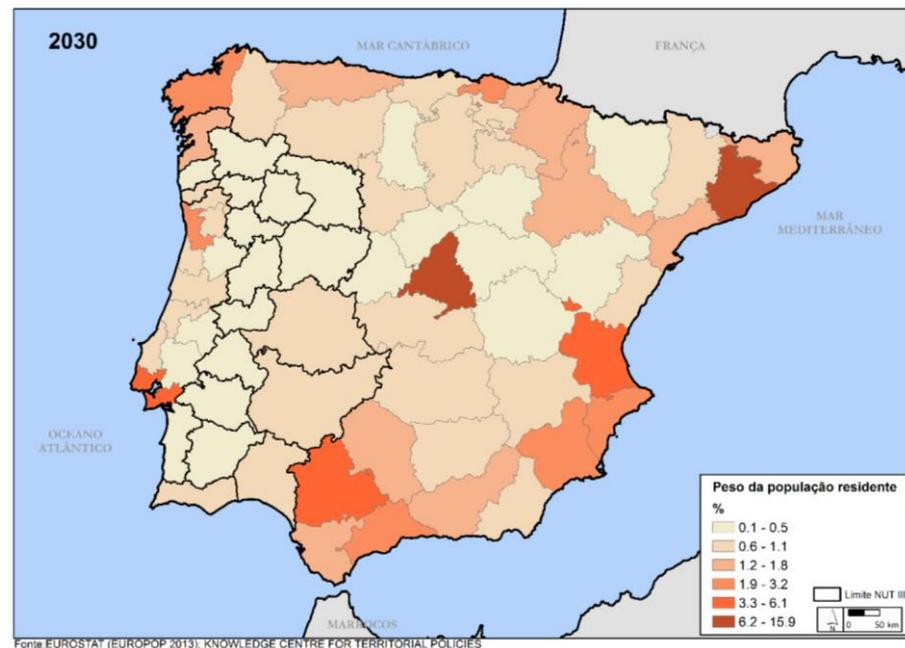
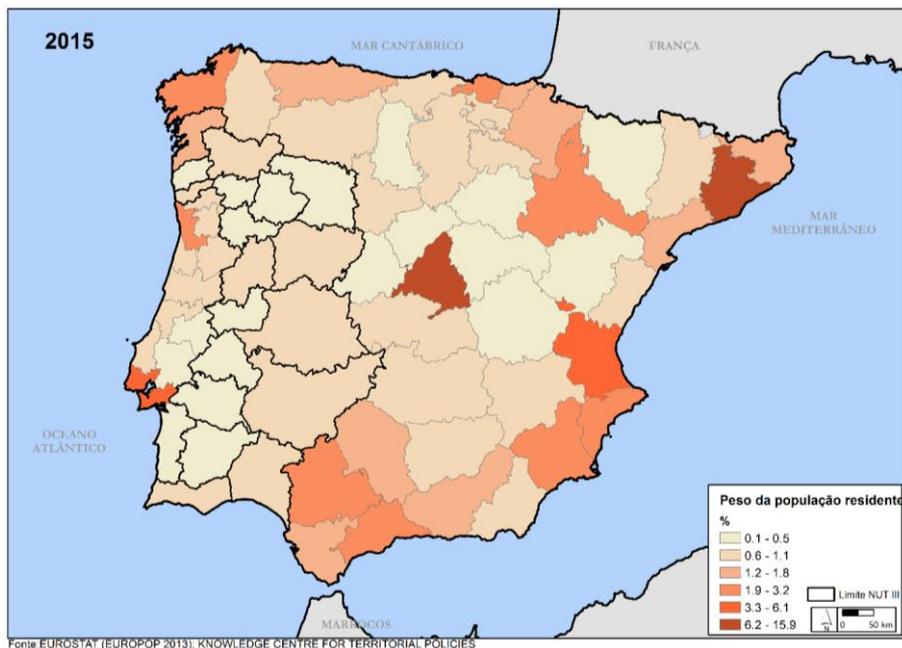
Nota: A tabela de dados segue em anexo (Tabela 1)



Figuras 22 e 23: Densidade populacional ponderada por territórios artificializados, por NUTS III, na Península Ibérica (2015-2030)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: Knowledge Centre for Territorial Policies (2017)

Nota: A tabela de dados segue em anexo (Tabela 1)



Figuras 24 e 25: Peso da população residente, por NUT III, na Península Ibérica (2015-2030)

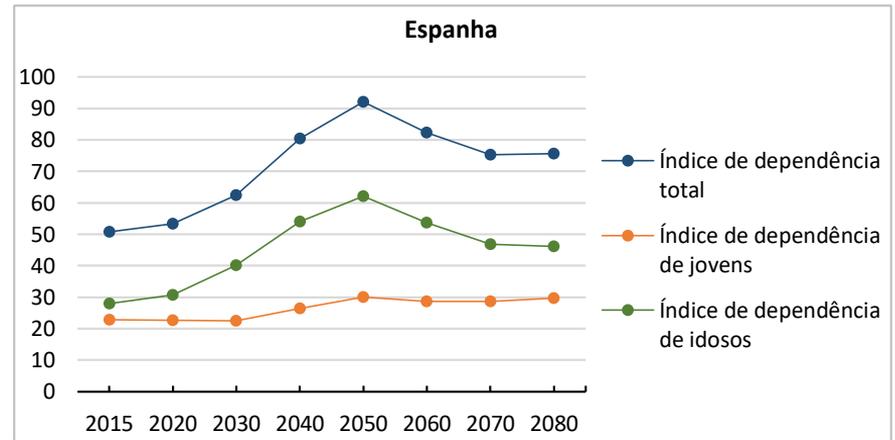
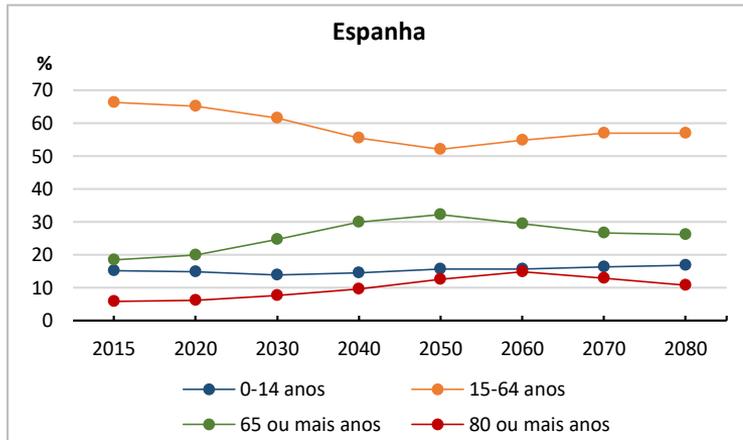
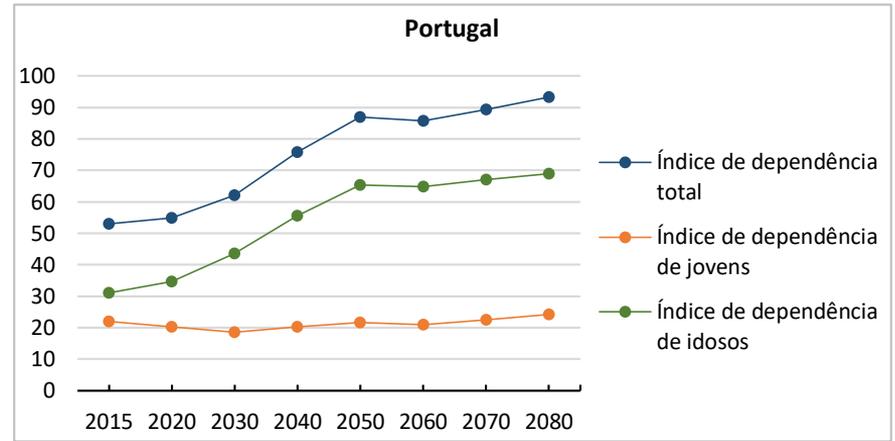
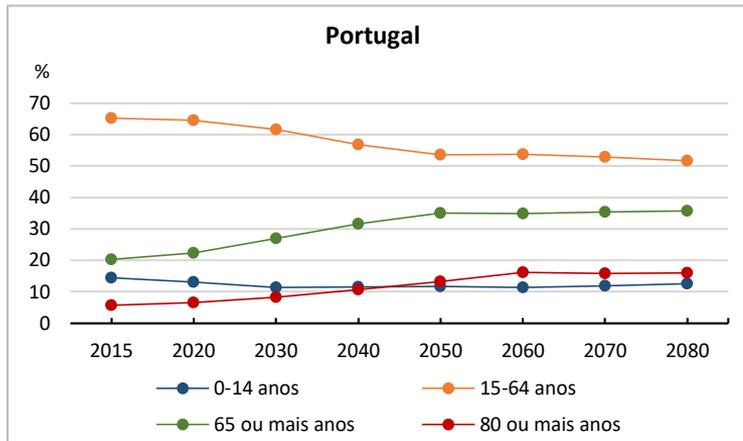
Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: Knowledge Centre for Territorial Policies (2017)

Nota: A tabela de dados segue em anexo (Tabela 1)

II. Perspetivas para o futuro



- **A tendência de envelhecimento da população aumentará.** As linhas de tendência dos diferentes grupos etários revelam que à perda de população jovem e em idade adulta corresponde o aumento da população idosa. Até 2050, Portugal e Espanha manterão a proporção de *stock* populacional com idades até aos 14 anos; passarão de um peso de mais de 65% de população dos 15 aos 64 anos para valores à volta de 50%; e registarão um aumento na ordem dos 10% de população com 65 ou mais anos (de 20% para 30%, sendo que cerca de metade terá 80 ou mais anos). A partir de 2050, haverá uma tendência de estabilização na evolução dos diferentes grupos etários (figuras 26 e 27). Estes factos, contribuirão para o aumento considerável dos vários índices de dependência (total, jovens e idosos), sobretudo até 2050 (figuras 28 e 29).
- No futuro, o envelhecimento generalizado da população residente trará desafios sociais que dificilmente serão revertidos, sobretudo associados à maior exigência de suporte de cuidados de saúde, à diminuição de efetivos em idade ativa, à diminuição da receita pública e ao aumento dos encargos com apoio social direcionado aos idosos.
- Territorialmente, verificamos que o comportamento de localização dos diferentes grupos etários sustenta geografias distintas. Os territórios da faixa costeira e nos núcleos das grandes áreas metropolitanas da Península Ibérica predominam os efetivos populacionais mais jovens e em idade adulta. Em contrapartida, **é nos territórios de menor densidade populacional, de fronteira e de cariz predominantemente rural que está atualmente em predomínio a população idosa** (figuras 30, 32 e 34).
- A evolução futura revela-nos um **cenário de inversão da pirâmide etária**, ao registarem-se significativas reduções na população jovem e adulta, e os idosos a aumentarem exponencialmente. Entre 2015 e 2030, perspectiva-se que a população jovem (0-19 anos) diminua mais de 20%, a população adulta (20-64 anos) registre um decréscimo de 12% e a população idosa (65 ou mais anos) aumente 27% (sobressaindo-se não só nas regiões de fronteira como em todo o território ibérico) (figuras 31, 33 e 35).

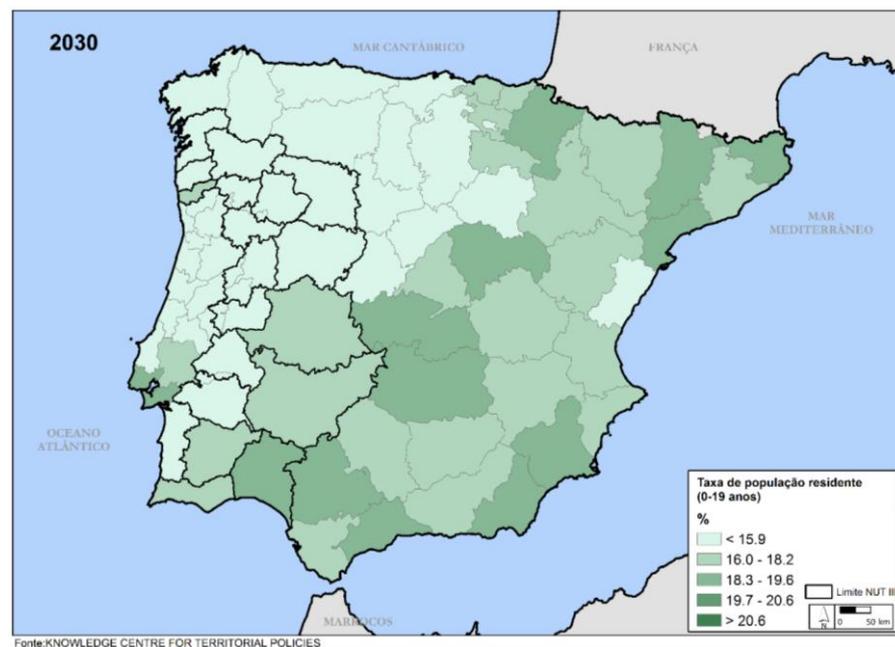
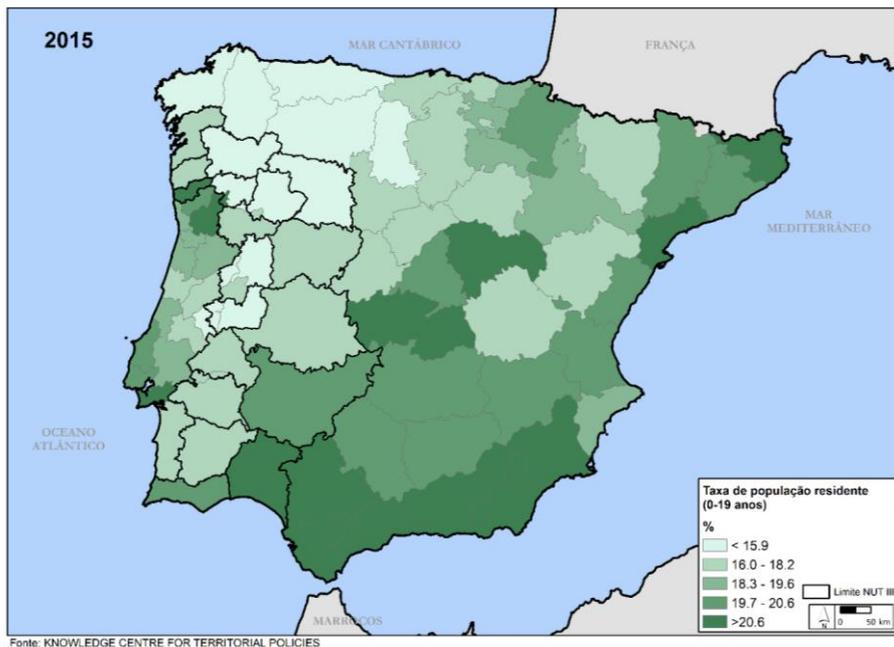


Figuras 26 e 27: População residente por grupo etário em Portugal e Espanha (%) (2015-2080)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: Eurostat (baseline projections) (2017)

Figuras 28 e 29: Índices de dependência em Portugal e Espanha (2015-2080)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: Eurostat (baseline projections) (2017)

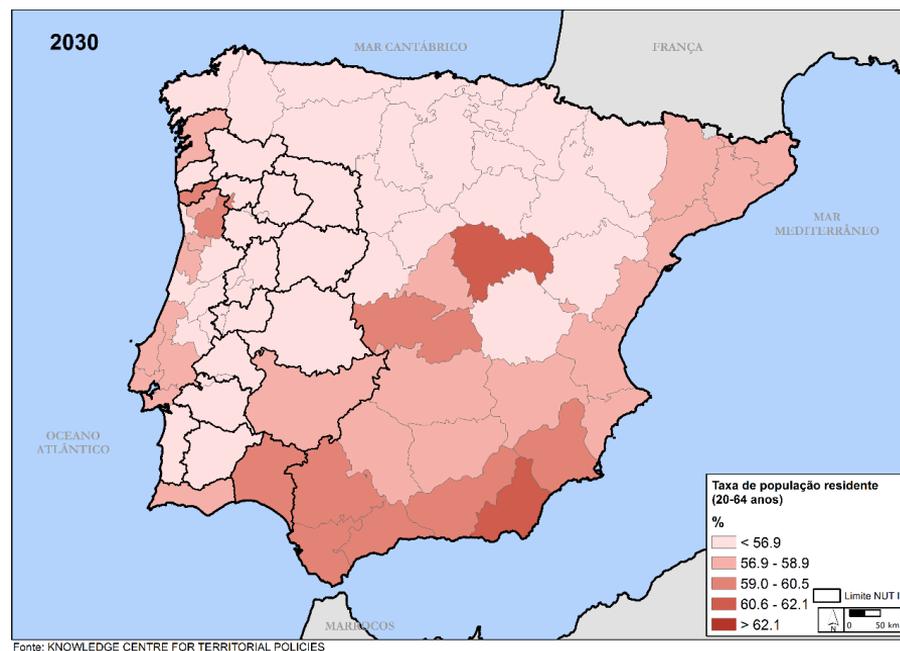
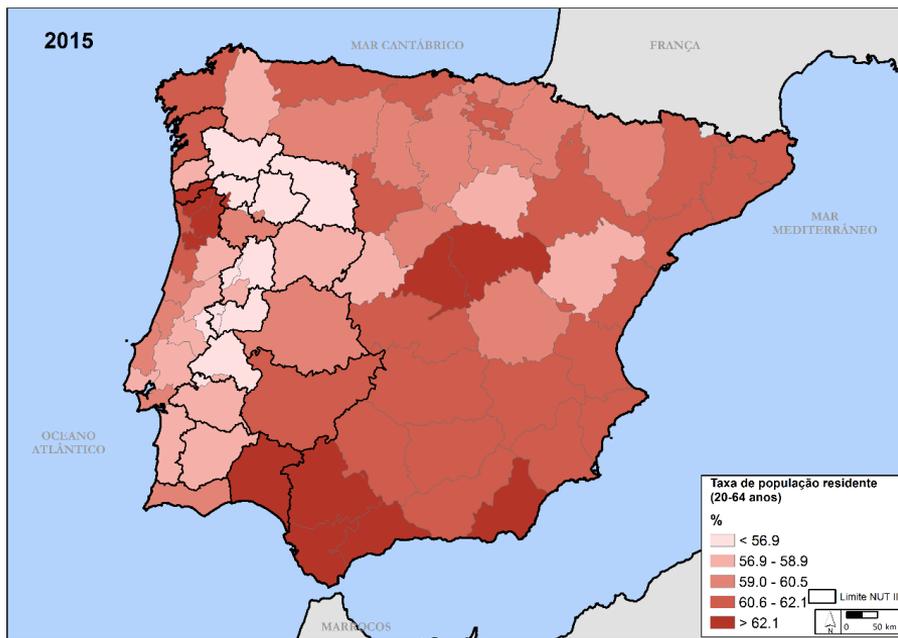


Figuras 30 e 31: Taxa de população residente dos 0-19 anos, por NUT III, na Península Ibérica (2015-2030)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: Knowledge Centre for Territorial Policies (2017)

Nota: Em Portugal, a desagregação geográfica corresponde às NUT III de 2010

A tabela de dados segue em anexo (Tabela 2)

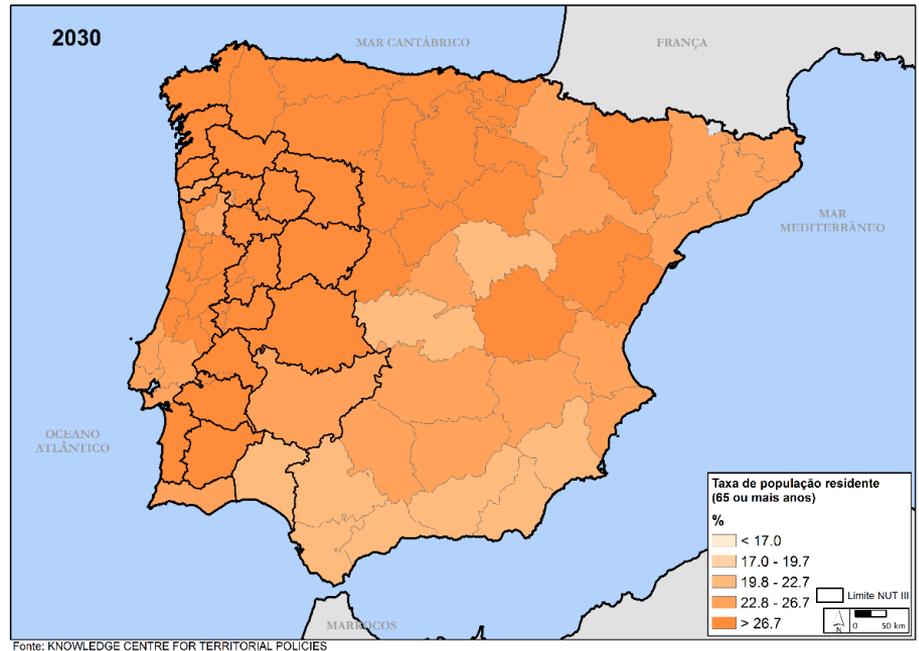
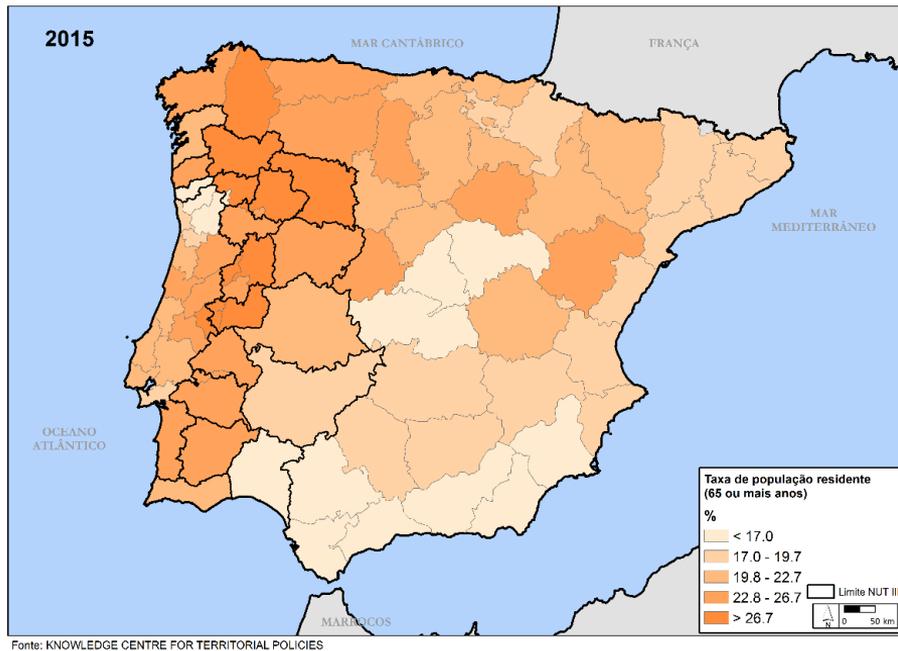


Figuras 32 e 33: Taxa de população residente dos 20-64 anos, por NUT III, na Península Ibérica (2015-2030)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: Knowledge Centre for Territorial Policies (2017)

Nota: Em Portugal, a desagregação geográfica corresponde às NUT III de 2010

A tabela de dados segue em anexo (Tabela 2)



Figuras 34 e 35: Taxa de população residente com 65 ou mais anos, por NUT III, na Península Ibérica (2015-2030)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: Knowledge Centre for Territorial Policies (2017)

Nota: Em Portugal, a desagregação geográfica corresponde às NUT III de 2010
A tabela de dados segue em anexo (Tabela 2)

II. Perspetivas para o futuro



- **O ciclo de vida dos indivíduos nunca foi tão longo e continuará a aumentar.** A esperança de vida à nascença tem aumentado expressivamente nas últimas décadas, e, em 2014, a Espanha foi o país da UE com a esperança de vida à nascença para as mulheres mais elevada (86,2 anos), enquanto para Portugal, o valor era de 84,4 anos (ambos superiores ao valor apurado para a UE28 - 83,6 anos). Para os homens, o valor apurado para Espanha foi de 80,4 anos, superior ao valor da UE28 (78,1 anos), enquanto em Portugal a esperança de vida para o sexo masculino situava-se nos 78 anos. Estes valores expressam os **progressos alcançados em termos de condições de vida e de bem-estar da população e de saúde pública**. Ao aumento dos ciclos de vida correspondeu uma diminuição nas taxas de mortalidade, cuja variação foi significativa. **Para o futuro, perspetiva-se que estes valores registem tendências de um crescimento considerável.** Em 2080, as mulheres espanholas podem esperar viver até aos 92 anos, enquanto as portuguesas tenderão a viver até aos 91,3. Para o sexo masculino, em Espanha e Portugal, os valores situam-se nos 87,9 anos e nos 87 anos, respetivamente.
- **A migração poderá ser um importante fator de mitigação do envelhecimento e da escassez de mão-de-obra**, podendo influenciar novos padrões de fixação da população e de desenvolvimento económico. Contudo, reconhece-se que, embora a migração desempenhe um papel importante na dinâmica populacional dos territórios, **é improvável que sozinha consiga reverter a tendência atual de envelhecimento da população e o declínio populacional, sobretudo nas áreas rurais e nos espaços de fronteira.**
- **Dada que a esperança de vida da mulher é superior à do homem**, é fundamental refletir o envelhecimento demográfico em matéria de **ocupação de tempos livres das mulheres idosas.**

Economía e mercado de traballo



ENQUADRAMENTO AO CAPÍTULO.

A situação atual em termos sociais e as futuras alterações demográficas vão ter fortes implicações no mercado de trabalho da Península Ibérica, particularmente nos espaços transfronteiriços. Por sua vez, uma análise centrada no mercado de trabalho também depende da estrutura de atividades e da capacidade de criação de riqueza. Na Península Ibérica há uma **forte concentração territorial do crescimento do económico e persistem disparidades económico-sociais** entre as áreas metropolitanas e os espaços rurais, sobretudo nos transfronteiriços.

O diagnóstico da situação atual vai considerar as diversidades **territoriais** e está estruturado em quatro domínios: i) uma avaliação da capacidade de criação de riqueza (PIB); ii) uma análise à especificidades das estruturas económicas; iii) uma interpretação das dinâmicas da população e das suas implicações em matéria de mercado de trabalho; iv) uma apreciação à atratividade turística e à sua importância para os territórios; v) uma reflexão em torno das oportunidades económicas dos lugares. No final, desenvolvem-se algumas **perspetivas para o futuro**.

**PRODUTO
INTERNO BRUTO**

**ESTRUTURAS
ECONÓMICAS**

**MERCADO DE
TRABALHO**

**ATRATIVIDADE
TURÍSTICA**

I. Diagnóstico da situação atual

- **A estrutura da produção económica em termos territoriais mostra que o desenvolvimento ocorre de forma assimétrica.** Em 2015, enquanto as metrópoles se evidenciam claramente, as áreas rurais, sobretudo de fronteira entre Portugal e Espanha contribuem pouco para o total de Produto Interno Bruto (PIB) dos dois países. Em 2030, as disparidades territoriais mantêm-se (figuras 37 e 38).
- Analisando as **dinâmicas do PIB** entre 2015 e 2030, verifica-se que todas as regiões aumentam de forma significativa. Na área de estudo são principalmente as regiões de Trás-os-Montes, Baixo Alentejo e Badajoz que se evidenciam, ainda assim há um grande número de regiões que não conseguem acompanhar a dinâmica económica média dos dois países (figura 36).

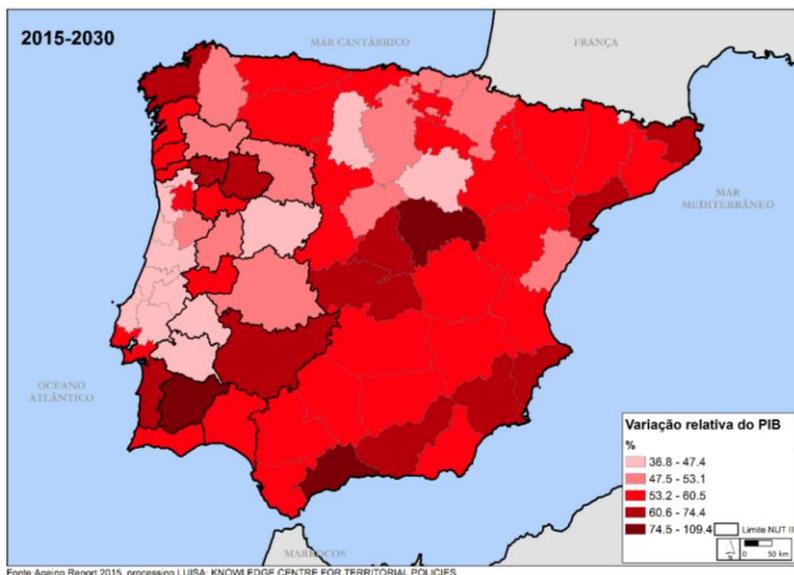


Figura 36: Variação do PIB por NUT III, na Península Ibérica (2015-2030)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: Knowledge Centre for Territorial Policies (2017)

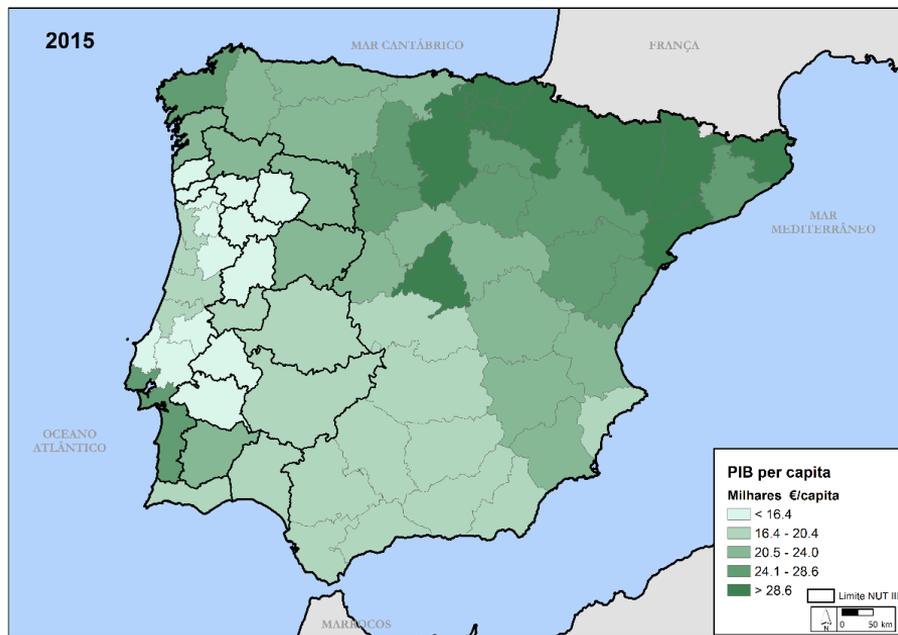


Figuras 37 e 38: Peso do PIB por NUT III, na Península Ibérica (2015-2030)

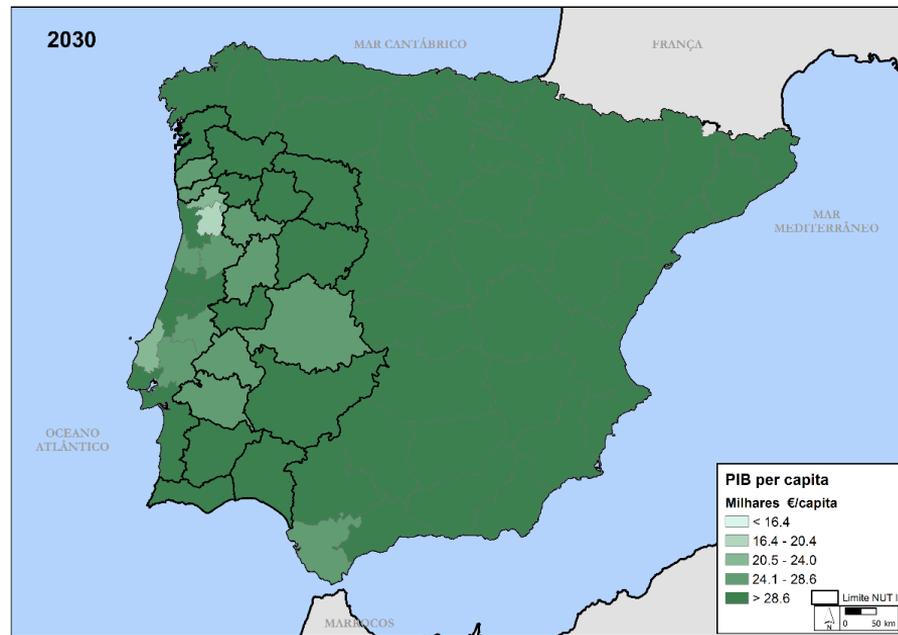
Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: Knowledge Centre for Territorial Policies (2017)

Nota: A tabela de dados segue em anexo (Tabela 3)

- Em 2015, as **NUT III de fronteira** das regiões do Norte, do Centro, do Alto Alentejo e do Alentejo Central **mostravam a dinâmica menos positiva em termos de PIB per capita**. Para o futuro, em 2030, prevê-se que o panorama ibérico desenhe um cenário bem mais positivo (figuras 39 e 40), mas havendo ainda **alguns territórios da fronteira que não conseguirão acompanhar o dinamismo da maioria dos territórios**. Neste contexto transfronteiriço, o Tâmega e Sousa, e o Ave realçam-se com PIB per capita claramente inferiores relativamente às demais regiões.



Fonte: Ageing Report 2015, processing LUISA; KNOWLEDGE CENTRE FOR TERRITORIAL POLICIES



Fonte: Ageing Report 2015, processing LUISA; KNOWLEDGE CENTRE FOR TERRITORIAL POLICIES

Figuras 39 e 40: PIB per capita, por NUT III, na Península Ibérica (2015-2030)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: Knowledge Centre for Territorial Policies (2017)

Nota: A tabela de dados segue em anexo (Tabela 3)

Economia e mercado de trabalho

ESTRUTURAS ECONÓMICAS

- **O tecido empresarial da Península Ibérica** sofreu uma significativa transformação ao longo das últimas décadas. **Da configuração atual do sistema económico ibérico sobressai um tecido produtivo bastante diversificado.** Apesar da quebra generalizada do setor industrial nos últimos anos, a Península Ibérica continua a constituir parte do “coração industrial” da Europa. O processo de reestruturação do tecido industrial ocorrido sobretudo após 2008, contribuiu para a revitalização e desenvolvimento da atividade, permitindo ao setor modernizar-se e tornar-se mais competitivo internacionalmente. O sistema produtivo da base industrial evidencia-se particularmente no Noroeste português e na Região Centro, e nas regiões espanholas de Valência, Catalunha, País Basco, Navarra e Toledo. Em termos agrícolas, Portugal apresenta uma menor capacidade produtiva do que Espanha, que tem vindo a diminuir desde a adesão à Comunidade Europeia. A distribuição da população empregada na agricultura no território ibérico evidencia uma grande importância territorial em Espanha, onde se salientam várias regiões com importantes ligações ao setor. As atividades de serviços traduzem uma geografia que privilegia os grandes metrópoles urbanas e as principais cidades e os territórios da faixa costeira mais ligados ao turismo, mas têm uma considerável representatividade por todo o território da Península Ibérica. O setor da construção evidencia uma concentração geográfica menos expressiva do que as restantes atividades económicas, surgindo ainda assim com alguma importância por todo o território português e espanhol (figuras 42 a 45).
- **As regiões fronteiriças da Península Ibérica,** seguindo a tendência do restante território, **revelam uma estrutura produtiva heterogénea, mas que é ainda bastante dependente de mão-de-obra abundante, muitas vezes de menor custo e com pouca escolaridade.** No Norte de Portugal e na Galiza sobressaem as atividades industriais, sobretudo o setor têxtil, vestuário e calçado, o fabrico de máquinas, componentes de automóvel e aparelhos elétricos e as atividades do ramo mobiliário. Na Região Centro de Portugal, em Castela e Leão e na Andaluzia as atividades relacionadas com o setor agrícola têm um peso importante na economia regional, sobressaindo-se com maior expressão nos territórios espanhóis. No Alentejo, no Algarve e na Extremadura desenham-se importantes núcleos de atividades afetas aos serviços (figura 41).

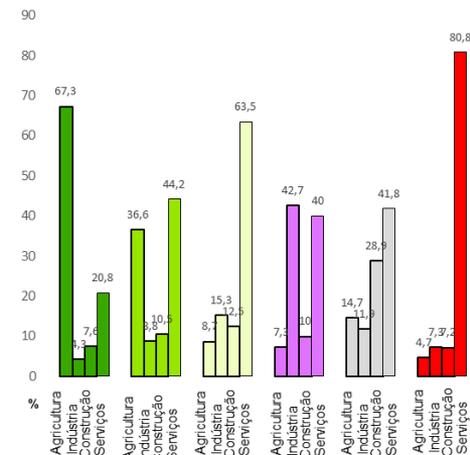
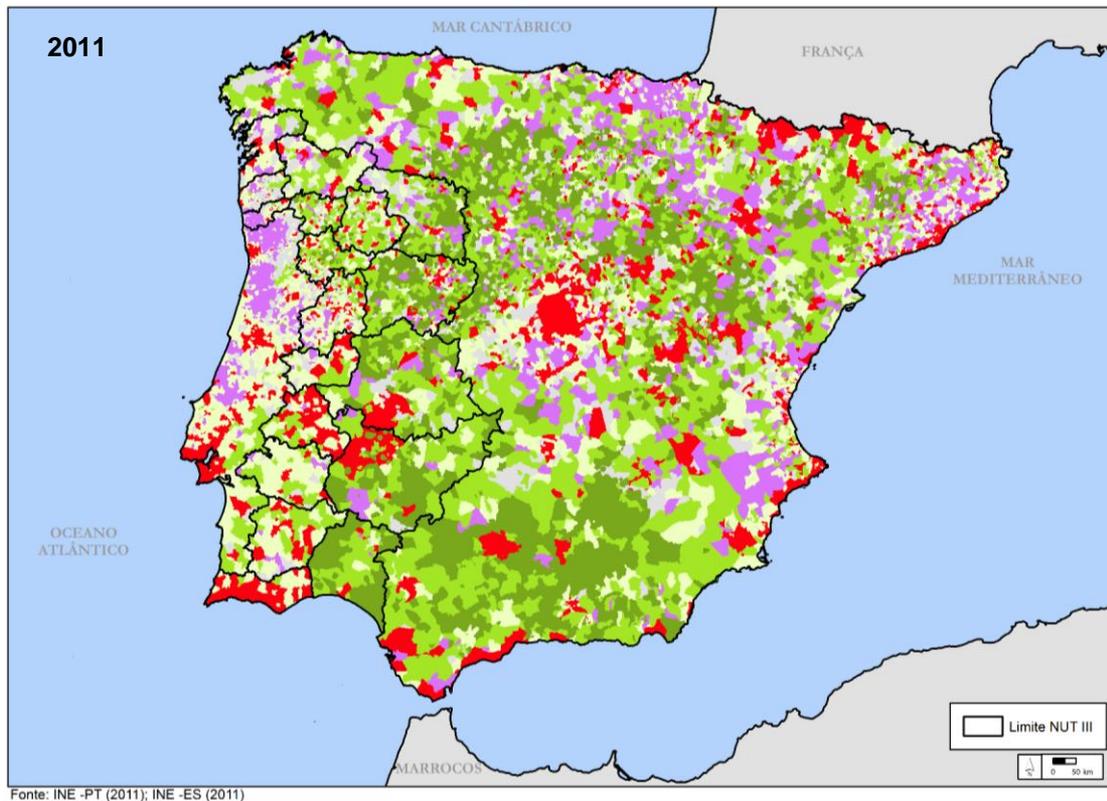


Figura 41: Síntese territorial da distribuição da população residente empregada, por setor de atividade económica, na Península Ibérica (2011)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: INE - Portugal, Censos da população (2011); INE - Espanha, Censos de Población y Viviendas (2011)

Agricultura



Fonte: INE-PT (2011); INE-ES (2011); Cálculos próprios

Indústria



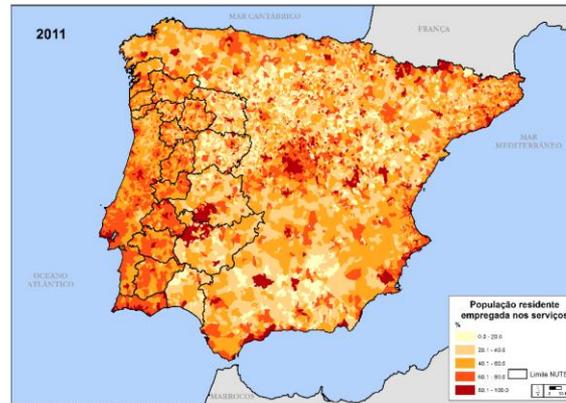
Fonte: INE-PT (2011); INE-ES (2011); Cálculos próprios

Construção



Fonte: INE-PT (2011); INE-ES (2011); Cálculos próprios

Serviços



Fonte: INE-PT (2011); INE-ES (2011); Cálculos próprios

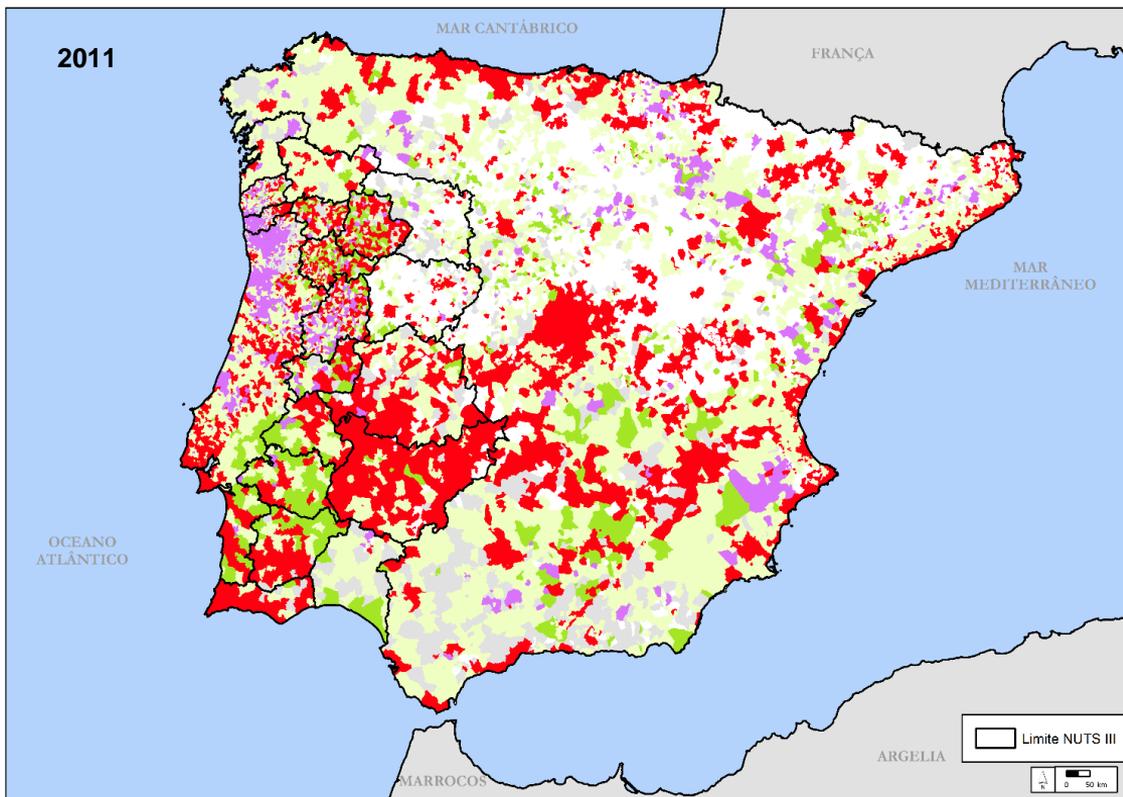
Figuras 42, 43, 44 e 45: População residente empregada, por setor de atividade económica, na Península Ibérica (%) (2011)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: INE - Portugal, Censos da população (2011); INE - Espanha, Censos de Población y Viviendas (2011)

Economia e mercado de trabalho

ESTRUTURAS ECONÓMICAS

- A crise económico-financeira desencadeada no ano de 2008 teve fortes impactos negativos nas estruturas económicas europeias, sobretudo ao nível dos países do sul da Europa (onde se inserem **Portugal e Espanha**). Em Portugal, os níveis de produtividade eram à data bastante baixos, o setor industrial estava atrasado face a outros contextos internacionais e o setor da construção encontrava-se estagnado. A dívida pública aumentava exponencialmente e o Estado não conseguia fazer face às desigualdades sociais. Em Espanha, o cenário era igualmente preocupante. Depois de um longo período de crescimento económico e prosperidade financeira, o país entrou em situação de bolha imobiliária (com os preços dos imóveis a atingirem valores muito elevados) e registou valores de dívida privada muito superiores ao PIB. Após 2008, os dois países tiveram de recorrer a fortes medidas de austeridade para reequilibrar as suas situações económicas, procedendo a cortes salariais, reduções em benefícios e apoios sociais, e um acentuado aumento dos impostos.
- A **retração das estruturas económicas** e, consequentemente, o **agravamento dos níveis de desemprego** foram das consequências mais significativas da crise económico-financeira dos últimos anos, fazendo com que o desemprego fosse considerado como uma das maiores preocupações sociais da última década, sendo transversal a toda a população. Assim, de acordo com dados do Eurostat, em 2008, em Portugal e Espanha, 8% e 11% da população entre os 15-64 anos estavam desempregados, respetivamente. Até 2013, os dois países desenharam uma tendência de crescimento da proporção de desempregados, registando-se neste ano em Portugal 17% de desempregados e em Espanha 26%. Desde então estes valores têm vindo a atenuar-se consideravelmente.
- À data dos Censos da População, a distribuição da população desempregada por setor económico, correspondia ao mosaico distributivo da população empregada por atividade. **Nos territórios transfronteiriços há um predomínio significativo do desemprego no setor dos serviços**, sobretudo nas NUT III do território alentejano, no Algarve, em Cáceres e em Badajoz. No território alentejano, ao desemprego nos serviços aglomera-se o desemprego do setor agrícola, também evidente em Huelva. Os territórios de fronteira do Norte e Centro de Portugal e do Norte de Espanha são bastante afetados pelo desemprego na indústria e no setor da construção (figura 46).



Fonte: INE -PT (2011); INE -ES (2011)

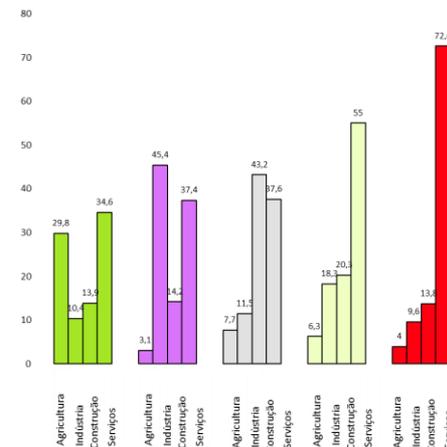


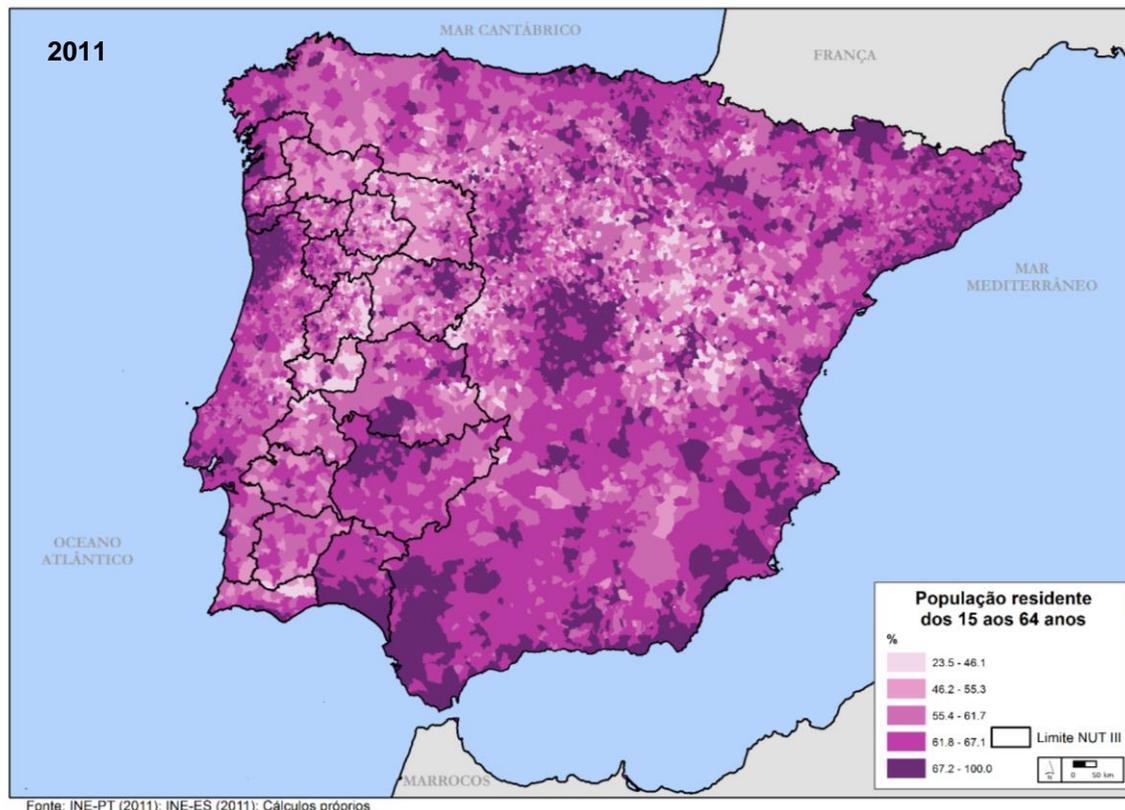
Figura 46: Síntese territorial da distribuição da população residente desempregada, por setor de atividade económica, na Península Ibérica (2011)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: INE - Portugal, Censos da população (2011); INE - Espanha, Censos de Población y Viviendas (2011)

Economia e mercado de trabalho

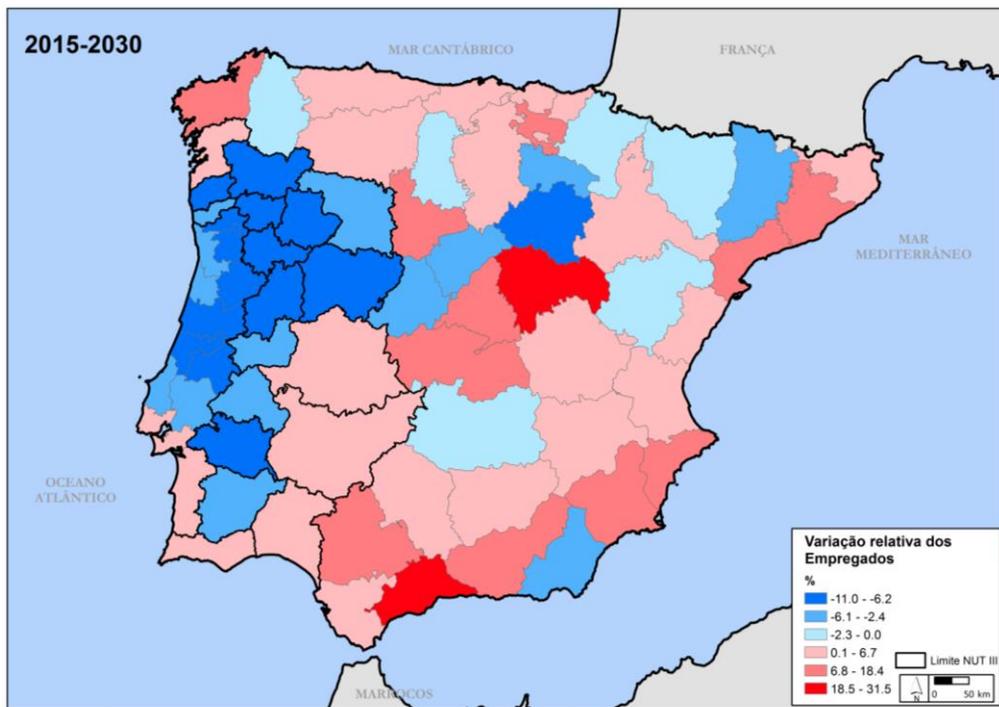
MERCADO DE TRABALHO

- **A estrutura territorial da população em idade ativa segue de perto a estrutura das densidades populacionais**, evidenciando uma maior concentração de ativos nas áreas urbanas. Desta forma, os territórios transfronteiriços, predominantemente rurais, apresentam uma menor força de potenciais ativos (figura 47).
- A tendência de evolução da população empregada nas regiões de fronteira aponta para uma diminuição considerável do número de efetivos. Perspetiva-se que, entre 2015 e 2050, a diminuição de empregados nas regiões fronteiriças portuguesas atinga os 28%, enquanto do lado de Espanha a diminuição será de 13% (figuras 47 a 50), registando tendências mais negativas do que o contexto dos próprios países.
- **Relativamente ao peso da população empregada, a estrutura territorial é claramente desfavorável para os contextos transfronteiriços, favorecendo novamente os contextos urbanos e metropolitanos e, de certa forma, as áreas de vocação turística.** Entre 2015 e 2030 não se vão registar quaisquer alterações no peso da população empregada nas regiões transfronteiriças (figuras 47 a 52).
- Complementarmente, o **contexto demográfico regional** revela que no futuro haverá um aumento da longevidade da população e uma quebra da fecundidade. Estes factos vão implicar a quebra generalizada de **população jovem e de potenciais ativos** (evidenciada nas figuras 49 e 50), com valores na ordem dos -20% e dos -11%, respetivamente. **Estas dinâmicas** evidenciam um conjunto de desafios para estes territórios, sobretudo relativos aos **recursos demográficos necessários para o mercado de trabalho e ao próprio envelhecimento da população ativa**.
- Atualmente há mais jovens a estudar e a prolongarem até mais tarde a sua escolaridade o que terá repercussões nas taxas de atividade dos jovens e na proporção de recursos humanos disponíveis. Contudo, perspetiva-se também uma maior participação da mulher no mercado de trabalho e que as taxas de atividade da população com idades mais avançadas sejam cada vez mais significativas, o que poderá contribuir para minorar os impactos no mercado de trabalho.
- No futuro, as oportunidades de trabalho existentes serão bastante influenciadas pelas **crescentes transformações tecnológicas e pelos novos modelos económicos**. Os sistemas de robótica, automatização e a inteligência artificial estarão cada vez mais presentes, fazendo com que a **mão-de-obra seja progressivamente substituída por processos robotizados e automatizados**, destruindo postos de trabalho e criando-se novas formas de trabalhar. Complementarmente, os cenários apontam para um **crescimento económico com menos emprego** (por força das soluções tecnológicas e digitais), o que propiciará menores necessidades de recursos humanos e um reajustamento dos processos produtivos. Assim, os territórios mais vulneráveis em termos de recursos humanos e serão aqueles que enfrentarão maiores constrangimentos à presença e desenvolvimento de tecidos produtivos intensivos em trabalho.

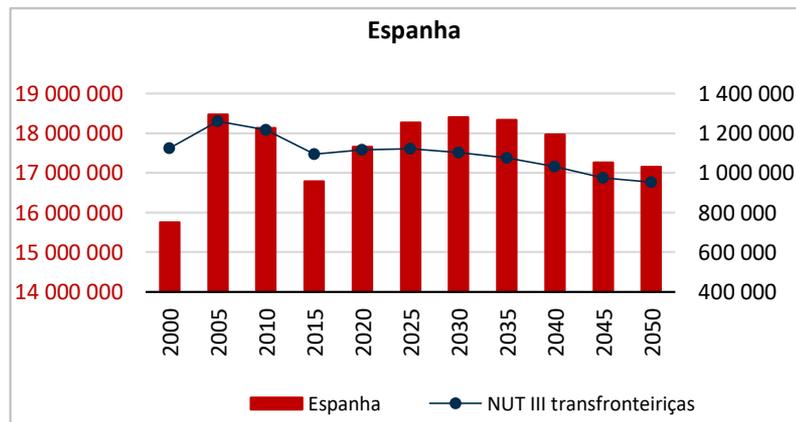
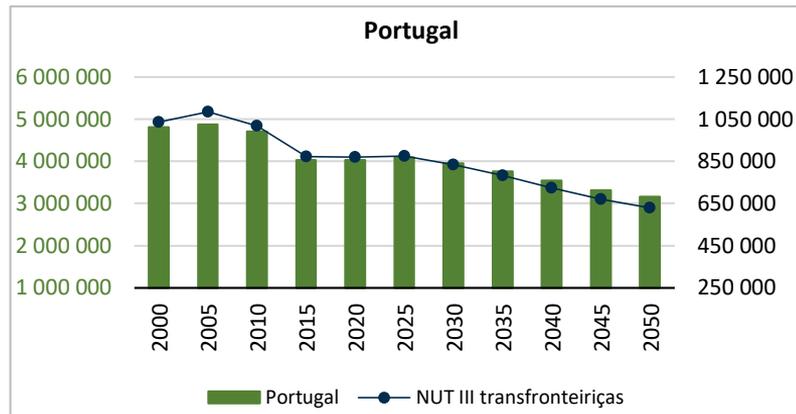


Figuras 47: População potencialmente ativa na Península Ibérica (2011)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: INE - Portugal, Censos da população (2011); INE - Espanha, Censos de Población y Viviendas (2011)



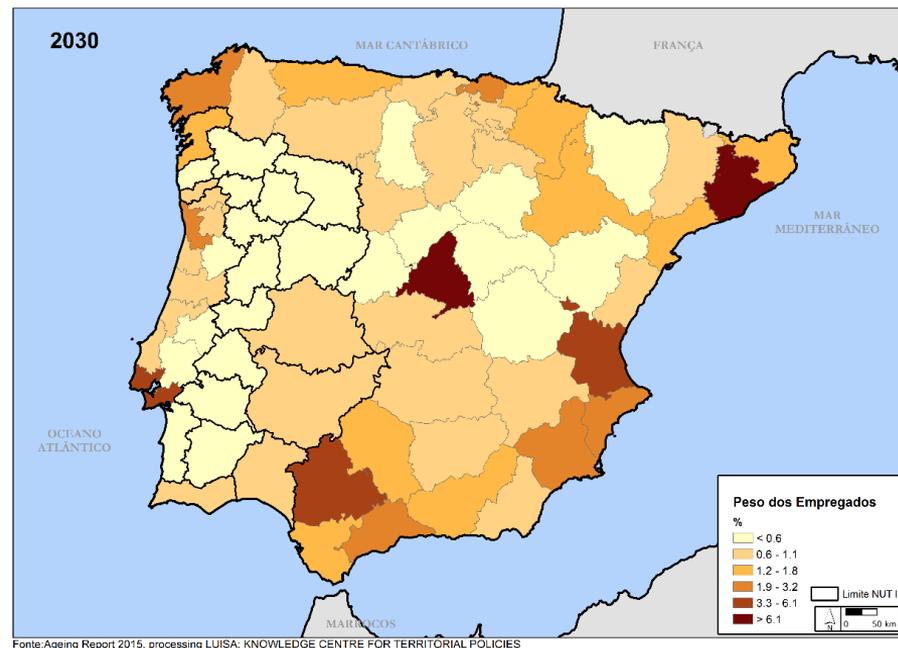
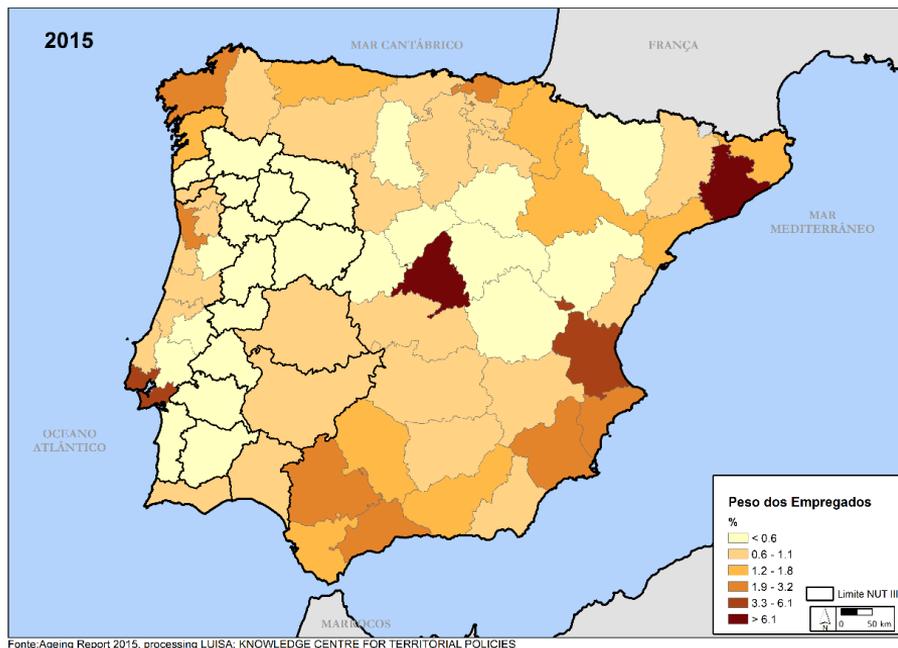
Fonte: Ageing Report 2015, processing LUISA; KNOWLEDGE CENTRE FOR TERRITORIAL POLICIES



Figuras 48, 49 e 50: Variação da população empregada na Península Ibérica (2015-2030)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: Knowledge Centre for Territorial Policies (2017)

Nota: A tabela de dados segue em anexo (Tabela 3)



Figuras 51 e 52: Peso da população empregada, por NUT III, na Península Ibérica (2015-2030)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: Knowledge Centre for Territorial Policies (2017)

Nota: A tabela de dados segue em anexo (Tabela 3)

Economia e mercado de trabalho

ATRATIVIDADE TURÍSTICA

- **O turismo é um setor importante para o crescimento e o emprego na UE**, mas é caracterizado por divergências regionais – cultura e paisagem (litoral e montanhas) – e temporais (por mês e estação). As cidades são tipicamente menos vulneráveis a choques no turismo, uma vez que tendem a ser menos afetadas pela sazonalidade e a sua dependência do turismo é geralmente menor.
- As regiões de fronteira mostram **um número médio diário de turistas, por km², relativamente baixo** (figura 53), comparativamente com as regiões da zona costeira e as principais cidades (como por exemplo, Lisboa, Madrid e Barcelona). A sazonalidade também é fraca, o que significa que a intensidade varia pouco ao longo do ano (figura 54). O verão é por excelência a estação do ano mais popular para o turismo nas regiões de fronteira, à imagem do que acontecem na maioria do restante território da Península Ibérica (figura 56).
- Nas áreas de fronteira, mesmo os territórios com uma elevada qualidade paisagística e cultural mostram uma fraca atratividade. A Galiza é a única NUT que evidencia uma forte intensidade turística e uma forte sazonalidade, o que lhe transmite uma alta vulnerabilidade aos choques e às flutuações (figura 57). Nos territórios de fraca densidade, a atratividade de visitantes e de consumo externo são fatores de desenvolvimento da economia local. Neste âmbito, **importa reforçar a importância do património natural e construído existente nos territórios fronteiriços cuja preservação, divulgação e rentabilização é fundamental para a atratividade e desenvolvimento destes espaços**.
- Os **sítios classificados pela UNESCO como Património Mundial** existentes nas áreas de fronteira demonstram a riqueza cultural e natural inestimável destes territórios (por exemplo, em Portugal, o Alto Douro Vinhateiro e a Cidade-Quartel Fronteiriça de Elvas e suas fortificações, em Espanha, as cidades antigas de Santiago de Compostela, Salamanca, Cárceres, as Murallas Romanas de Lugo ou o Centro Histórico de Córdoba, e ainda os Sítios Pré-Históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Coa e de Siega Verde, comuns aos dois países).
- A existência de alojamentos secundários é também um fator de atratividade dos territórios. **Nos territórios de fronteira identifica-se uma forte presença de segundas residências cujo potencial económico deve ser reforçado**. Estas são normalmente habitações cujos proprietários têm fortes relações familiares com os residentes permanentes, que habitualmente residem nos principais centros urbanos dos dois países ou são emigrantes a residir em países com forte produção de riqueza e que têm grande capacidade de consumo. Este potencial de consumo dos residentes visitantes poderá ser uma mais-valia de desenvolvimento local nos territórios de fronteira, uma vez que os rendimentos produzidos outros locais podem ser enviados ou aplicados neste territórios, nomeadamente através dos migrantes (dos que chegam a Portugal e vêm residir para estes territórios e da população portuguesa a trabalhar no estrangeiro, que investe aqui as suas poupanças e passa aqui as suas férias), dos turistas e dos pensionistas que mudaram de local de residência (por exemplo, voltaram para a área de naturalidade).

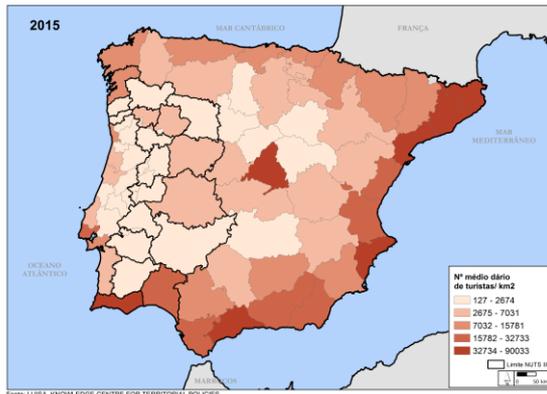


Figura 53: Número médio diário de turistas, por km², por NUT III (2015)

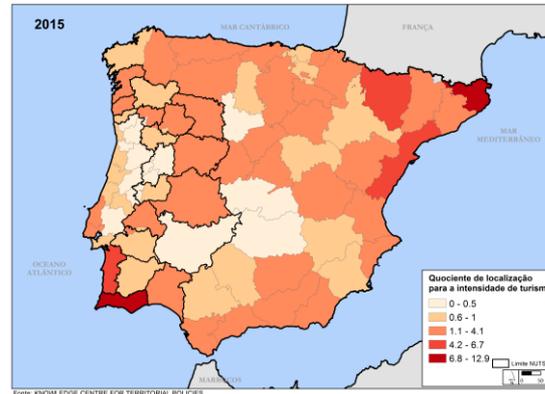


Figura 54: Intensidade turística, por NUT III (2015)

A intensidade do turismo é a razão entre o número médio diário de turistas e o número de habitantes de determinada região (Knowledge Centre for Territorial Policies, 2017).

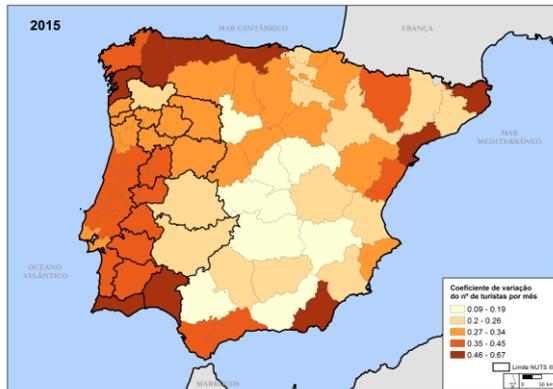


Figura 55: Coeficiente de variação do número de turistas por mês, por NUT III (2015)

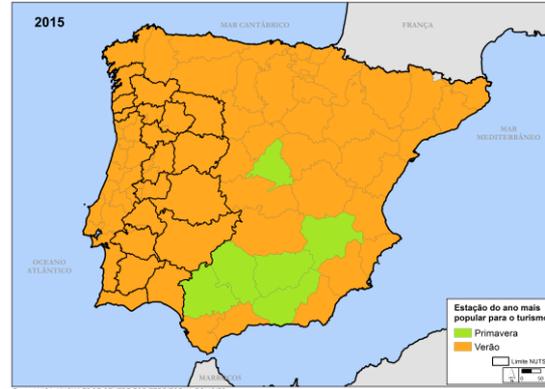
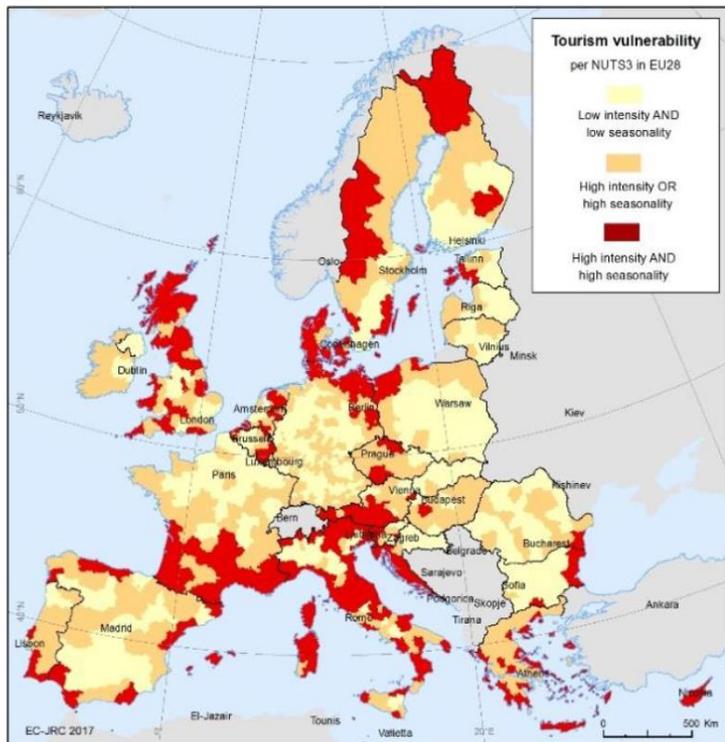


Figura 56: Sazonalidade do turismo, por NUT III (2015)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: Knowledge Centre for Territorial Policies (2017)

Nota: Em Portugal, a desagregação geográfica corresponde às NUT III de 2010

Nota: A tabela de dados segue em anexo (Tabela 5)



“A vulnerabilidade regional ao turismo é a suscetibilidade de uma região ser afetada em caso de disrupções no setor de turismo. As regiões com alta intensidade turística e alta sazonalidade são consideradas mais vulneráveis ao setor do turismo e a fenómenos que possam afetá-lo. Este indicador resulta de pontuações regionais, relativamente à intensidade turística e à sua sazonalidade, com base em quartis (de 1 a 4)” (European Territorial Trends – Facts and Prospects for Cities and Regions, 2017).

TOURISM	Low intensity	High intensity
Low seasonality	Low vulnerability	Medium vulnerability
High seasonality	Medium vulnerability	High vulnerability

Figura 57: Vulnerabilidade ao turismo, por NUT III, na UE28

Fonte: European Territorial Trends – Facts and Prospects for Cities and Regions (2017)

II. Perspetivas para o futuro

- As acessibilidades continuarão a condicionar, mas **cada vez mais a conectividade digital será determinante**. O trabalho poderá ser realizado em qualquer local, podendo aumentar a interligação entre a vida profissional e privada, havendo uma flexibilidade nos horários. Os contratos de trabalho serão mais flexíveis e haverá novas formas de emprego, substituindo os contratos de trabalho a longo prazo.
- As carreiras profissionais baseadas numa prévia formação (básica, profissional ou superior) passarão a ser mais dinâmicas exigindo **formações contínuas ao longo da vida profissional**. No futuro as competências transversais e a capacidade criativa serão mais valorizadas do que as competências especializadas.
- No futuro, as oportunidades de trabalho existentes serão bastante influenciadas pelas **crescentes transformações tecnológicas e pelos novos modelos económicos**. A inovação será mais disruptiva, o trabalho será operado por máquinas controladas pelos homens.
- Os sistemas de robótica, automatização e a inteligência artificial estarão cada vez mais presentes, fazendo com que a **mão-de-obra seja progressivamente substituída por processos robotizados e automatizados**, destruindo postos de trabalho e criando-se novas formas de trabalhar. Complementarmente, os cenários apontam para um **crescimento económico com menos emprego** (por força das soluções tecnológicas e digitais), o que propiciará menores necessidades de recursos humanos e um reajustamento dos processos produtivos.
- Assim, os territórios mais vulneráveis em termos de recursos humanos, nomeadamente os transfronteiriços, serão aqueles que enfrentarão maiores constrangimentos ao desenvolvimento económico.

II. Perspetivas para o futuro

Desafios que se colocam à vida profissional no futuro

Até hoje	Amanhã
 Inovação progressiva	Inovação disruptiva 
 Seres humanos que operam máquinas	Seres humanos que controlam máquinas 
 Contratos a longo prazo e emprego baseado no salário	Contratos flexíveis e normas formas de emprego 
 Carreiras lineares baseadas em formação prévia	Carreiras dinâmicas com reciclagens periódicas e aprendizagem ao longo da vida 
 Especialização por competências	Competências transdisciplinares e competências criativas 
 Trabalho efetuado no local de trabalho e separação entre vida profissional e privada	Trabalho sem horários, em qualquer local e interligação entre vida profissional e privada 

Fonte: Comissão Europeia, Documento de reflexão sobre a dimensão social da Europa (2017)

Qualidade de vida, bem-estar e coesão territorial



ENQUADRAMENTO AO CAPÍTULO.

As dinâmicas territoriais recentes e o atual contexto sociodemográfico e económico expostos nos capítulos anteriores, têm importantes reflexos no **nível de qualidade de vida dos cidadãos** e, conseqüentemente, na sua **perceção de bem-estar, de justiça social e coesão territorial**.

A população está mais escolarizada, tem novos conhecimentos e competências, tornando-se mais exigente e optando por estilos de vida diferenciados. Contudo, está também mais envelhecida e tem maiores necessidades, e persistem ainda na sociedade graves problemas e dificuldades de inclusão e de acesso a serviços básicos. Sendo assim, é cada vez mais importante que os **serviços, os equipamentos e as infraestruturas tenham capacidade de resposta a diferentes necessidades e se consigam reajustar a procura diferenciadas**.

Em termos de qualidade de vida, bem-estar e coesão territorial incide-se atenções nos domínios: 1) desigualdade de género enquanto potenciador de fragilidades sociais e um entrave ao crescimento inclusivo; 2) grupos vulneráveis pela sua situação de maior vulnerabilidade e exclusão social; 3) acesso aos serviços e às redes de apoio social enquanto fatores de equidade territorial e social; 4) qualidade ambiental enquanto fator de atratividade e de diminuição das vulnerabilidades.

DESIGUALDADE DE
GÉNERO

GRUPOS
VULNERÁVEIS

ACESSO AOS
SERVIÇOS E ÀS REDES
DE APOIO SOCIAL

QUALIDADE
AMBIENTAL

Qualidade de vida, bem-estar e coesão social e territorial

DESIGUALDADE DE GÉNERO

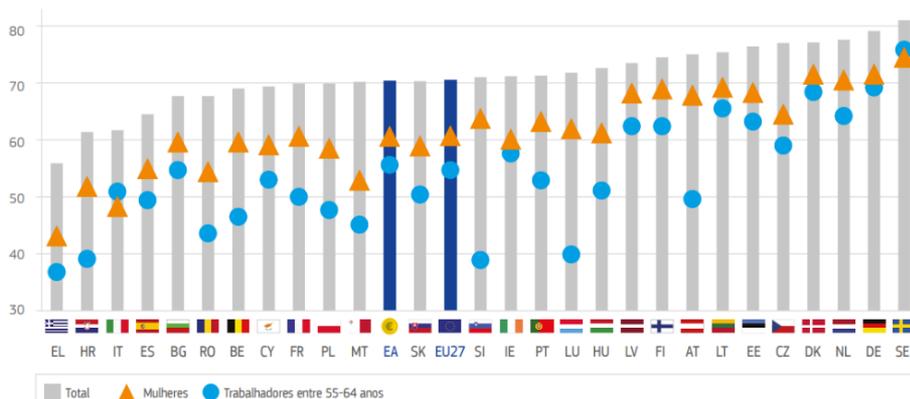
- Em 1957, o Tratado de Roma consagrou o princípio da igualdade de remuneração de mulheres e homens, cumprindo os objetivos de promover a melhoria das condições de trabalho, do nível de vida e da igualdade de género. A igualdade entre homens e mulheres está, de igual forma, consagrada na Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia (UE) desde 2009. Mais recentemente, o Compromisso Estratégico da Comissão para a igualdade de género 2016-2019 identificou as cinco áreas prioritárias de intervenção: “aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho e a igualdade na independência económica de mulheres e homens; reduzir as disparidades salariais e de pensões e, assim, combater a pobreza das mulheres; promover a igualdade entre mulheres e homens na tomada de decisões; combater a violência baseada no género e proteger e apoiar as vítimas da mesma; promover a igualdade de género e os direitos das mulheres no mundo” (Sétimo relatório sobre a coesão económica, social e territorial, 2017).
- Ao longo das últimas décadas, registaram-se nítidos progressos em termos de condições sociais mais equitativas e de garantia dos direitos essenciais em todos os países da UE, contudo, **a igualdade entre homens e mulheres está longe de ser uma realidade**. De acordo com o “Documento de reflexão sobre a dimensão social da Europa” (Comissão Europeia, 2017), continuam a existir **desigualdades** assinaláveis, sobretudo em termos de **mercado de trabalho** e de **participação na vida pública e política**, onde “persistem os estereótipos com base no género e as mulheres continuam a estar sub-representadas no mercado de trabalho, nos cargos decisórios a nível económico e político”, **com expressividade em Portugal e Espanha** (figura 58). Paralelamente, as disparidades entre géneros estendem-se à precaridade do trabalho, às remunerações salariais e às pensões sociais, ao número de horas dedicadas à casa e aos filhos, à participação no mercado de trabalho conjugada com filhos menores e ao isolamento em idades mais avançadas, reconhecendo-se que na Europa “uma em cada seis pessoas idosas vive em situação de pobreza, estando as mulheres idosas particularmente expostas a pensões de baixo valor pecuniário, em resultado de carreiras incompletas” (Documento de reflexão sobre a dimensão social da Europa, 2017) (figura 59).
- Em termos de compromissos, a **estratégia da Comissão Europeia para a igualdade de género** identificou os seguinte parâmetros: “i) facilitar o equilíbrio entre as responsabilidades profissionais e de prestação de cuidados; ii) partilhar de forma mais equitativa as responsabilidades relativas a prestação de cuidados e tarefas domésticas; iii) criar estruturas de acolhimento para 33% das crianças com menos de três anos e 90% das crianças entre os três anos e a idade escolar obrigatória (os objetivos fixados nos termos do Acordo de Barcelona em 2002); iv) fornecer apoio à prestação de cuidados a outros dependentes; v) incentivar o empreendedorismo feminino; vi) promover a igualdade de género na investigação; vii) melhorar a integração das mulheres migrantes no mercado de trabalho” (Comissão Europeia, 2017).

**5 IGUALDADE
DE GÉNERO**



A ONU reconhece como Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030 a necessidade de alcançar a igualdade de género e de empoderar todas as mulheres e raparigas.

As taxas de emprego variam: estão a aumentar, mas continuam a ser mais baixas para as mulheres e os trabalhadores mais velhos
em %, 4.º trimestre de 2016



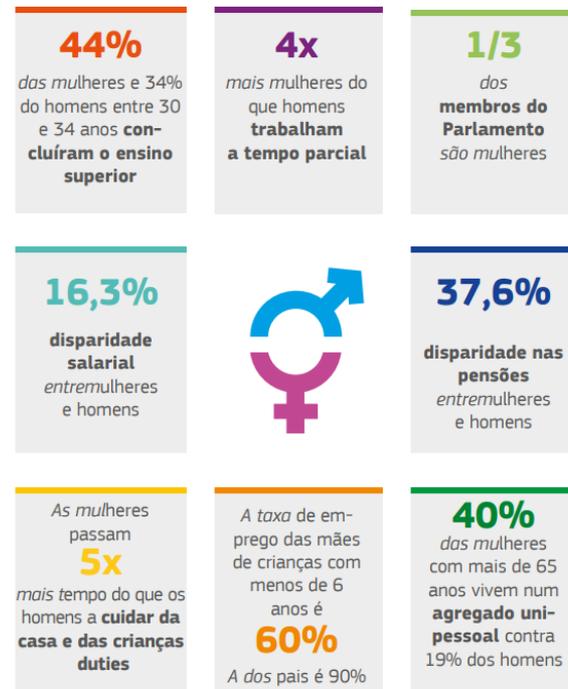
Fonte: Comissão Europeia.

Figura 58: Variação da taxa de emprego (total, mulheres, trabalhadores entre 55-64 anos) (2016)

Fonte: Comissão Europeia, Documento de reflexão sobre a dimensão social da Europa (2017)

Persistem as disparidades entre homens e mulheres a todos os níveis

2016 ou últimos dados disponíveis



Fonte: Comissão Europeia.

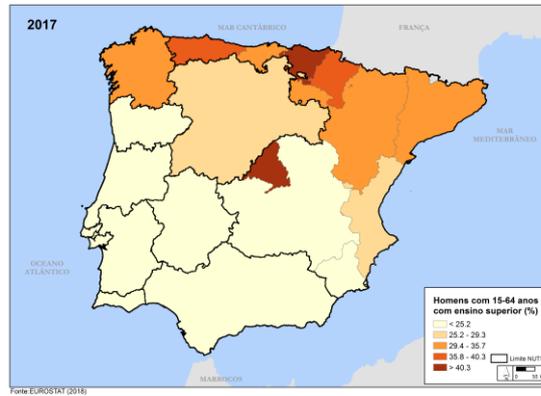
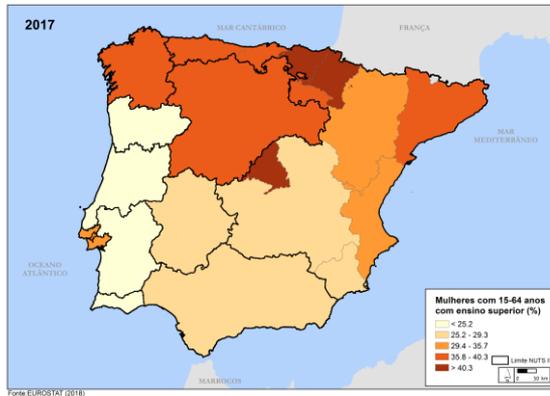
Figura 59: Disparidades entre os géneros na União Europeia

Fonte: Comissão Europeia, Documento de reflexão sobre a dimensão social da Europa (2017)

Qualidade de vida, bem-estar e coesão social e territorial

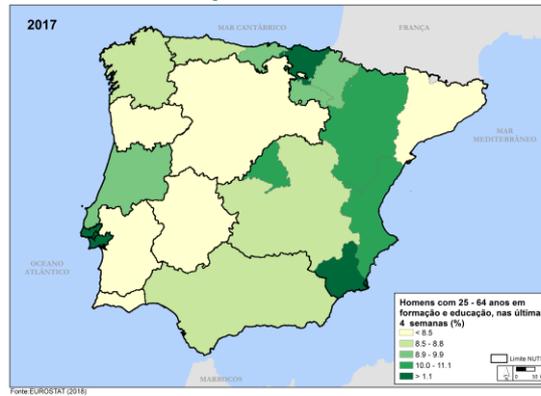
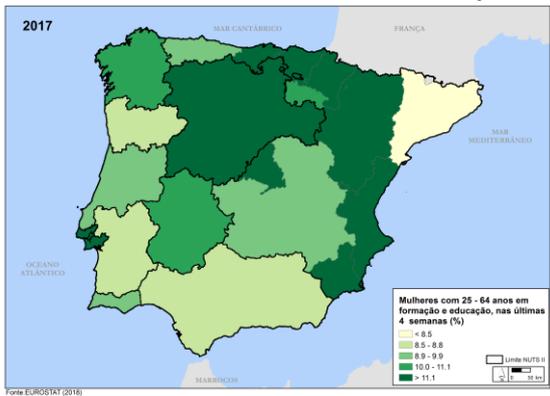
- **No contexto da Península Ibérica os stocks populacionais do sexo feminino tendem a prevalecer aos contingentes populacionais do sexo masculino** e, de acordo com as projeções dos cenários demográficos, esta tendência deverá manter-se no futuro. Para além disso, na Península Ibérica, as mulheres vivem mais anos do que os homens. À nascença, as mulheres podem esperar viver mais 5,8 anos do que os homens em Espanha, e mais 6,2 anos em Portugal; aos 65 anos, a diferença de esperança de vida entre homens e mulheres é de 4,2 anos em Espanha e de 3,8 anos em Portugal, em favorecimento do sexo feminino (PORDATA, 2016).
- **Em termos de escolaridade, a situação também é mais favorável para as mulheres do que para os homens.** Em 2017, 26,1% das mulheres portuguesas com 15-64 anos e 35,8% das mulheres espanholas tinham ensino superior, por sua vez, do lado de Portugal, o ensino superior do sexo masculino atingia os 17% e em Espanha os 30,6%. Nas regiões fronteiriças os territórios melhor preparados em termos de escolaridade superior são as NUT II espanholas da Galiza e de Castela e Leão (figuras 60 e 61). A situação é igualmente favorável para as mulheres no que respeita à participação em formações e educação contínua, com valores muito idênticos nos dois países da Península Ibérica (10% em Portugal e 10,6% em Espanha). Para os homens registam-se valores de 9,6% em Portugal e de 9,2% em Espanha. Nas regiões de fronteira, evidenciando-se as NUT II da Galiza, de Castela e Leão e da Extremadura em termos de participação feminina, e a Região do Centro em termos de participação masculina em ações de em formação e educação nas últimas 4 semanas (figuras 62 e 63).
- Portugal e Espanha, conjuntamente com a Itália, detêm as taxas mais elevadas de abandono escolar precoce, sobretudo impulsionada pelas altas taxas de abandono do sexo masculino. De acordo com a figura 64, em Portugal e Espanha, **as jovens do sexo feminino dos 18-24 anos são menos suscetíveis a abandonarem o ensino e a formação antes de concluírem o ensino, sendo que as diferenças (mulheres-homens) são mais consideráveis na Região Norte de Portugal, e na Galiza e na Extremadura, em Espanha.** Segundo o “Sétimo relatório sobre a coesão económica, social e territorial” (2017), os “problemas pessoais ou familiares, as dificuldades na aprendizagem, uma situação socioeconómica frágil constituem razões potenciais, mas o ambiente escolar, as relações professor-aluno e a qualidade do ensino podem também desempenhar um papel importante” na hora dos jovens decidirem abandonar precocemente a escola.

O nível de escolaridade das mulheres é superior ao dos homens



Figuras 60 e 61: Proporção de mulheres e homens com 15-64 anos com ensino superior, por NUT II, na Península Ibérica (2017)

As mulheres apostam mais na sua formação



Figuras 62 e 63: Proporção de mulheres e homens com 25-64 anos em formação e educação nas últimas 4 semanas (2017)

Fonte (figuras 52 a 55): Elaboração própria; fonte dos dados: EUROSTAT (2018)

Nota: A tabela de dados segue em anexo (Tabela 6)

Os homens abandonam a escola mais precocemente

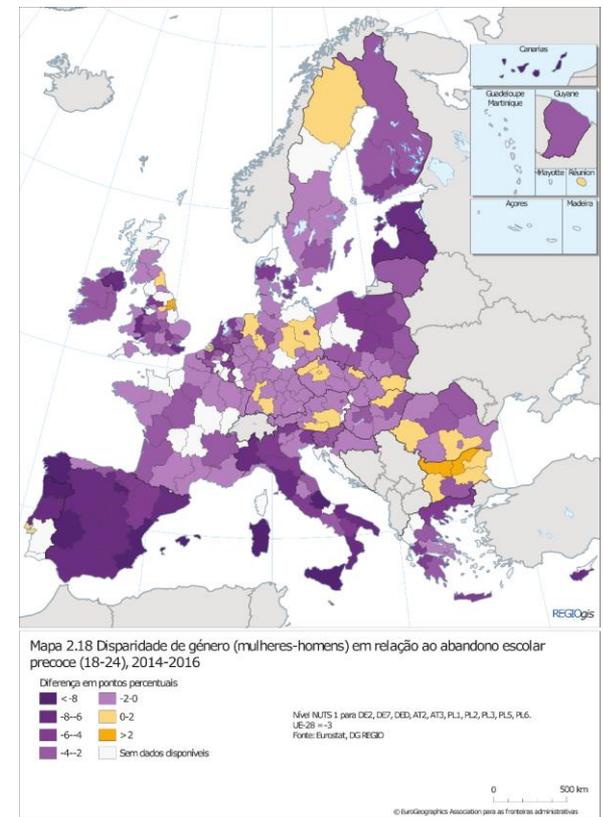


Figura 64: Disparidade de género em relação ao abandono escolar precoce (2014-2016)

Fonte: A Minha Região, A Minha Europa, O Nosso Futuro – Sétimo relatório sobre a coesão económica, social e territorial (2017)

Qualidade de vida, bem-estar e coesão social e territorial

- Nos últimos anos, a mulher aumentou consideravelmente a sua participação no mercado de trabalho e na sociedade, alcançou elevados níveis de escolaridade, conquistou um novo leque de expectativas de vida e aumentou a sua liberdade e o seu contributo na vida pública e política. Contudo, como já foi referido, continuam a persistir fortes desigualdades de género.
- **Na Península Ibérica, as disparidades são sentidas com expressividade no que se relaciona com o mercado de trabalho e com o acesso a lugares de poder e de decisão política.** De acordo com os dados estatísticos de 2016, as taxas de emprego dos homens são superiores às das mulheres em quase todas as regiões da UE. Na Península Ibérica, a diferença entre as taxas de emprego das mulheres e dos homens é relativamente preocupante nas regiões NUT II de fronteira, que registam, à exceção do Algarve, valores superiores à média da UE (a NUT II da Extremadura detém as maiores disparidades) (figura 65).
- Em 2016, a **diferença no salário entre homens e mulheres** em Portugal era de 17,5% (superior à média da UE28 de 16,2%), enquanto em Espanha era de 14,2%. Se, por um lado, esta diferença tem vindo a registar uma tendência de decréscimo em Espanha desde 2007, por outro lado, em Portugal este valor tem vindo a aumentar consideravelmente desde então, fazendo com que o país registe das disparidades salariais mais acentuadas entre os Estados-Membros.
- O reconhecimento da **sub-representação da mulher na vida política e nos órgãos de decisão**, originou que, um pouco por todo o mundo, os estados estejam a adotar medidas de ação (por exemplo, Lei da Paridade) de modo a solucionar ou pelo menos atenuar as desigualdades de género existentes. Ao longo das últimas décadas, o sexo feminino tem afirmado a sua presença na vida política. Entre 2007 e 2017, a percentagem de mulheres em assembleias regionais evoluiu de forma positiva na Península Ibérica. Nas regiões de fronteira, sobressai-se negativamente a NUT II de Castela e Leão. Por outro lado, a Região da Andaluzia destaca-se por entre as regiões da Europa com uma representação de mulheres em assembleias regionais superior a 50% (figuras 66 e 67).
- O reconhecimento da persistência de desigualdades entre homens e mulheres vem intensificar a **importância de reforçar a criação de políticas de apoio à igualdade de género**. Estas políticas terão um impacto positivo na redução das desigualdades sociais e na criação de novas oportunidades nos territórios de fronteira.

A taxa de emprego é inferior nas mulheres

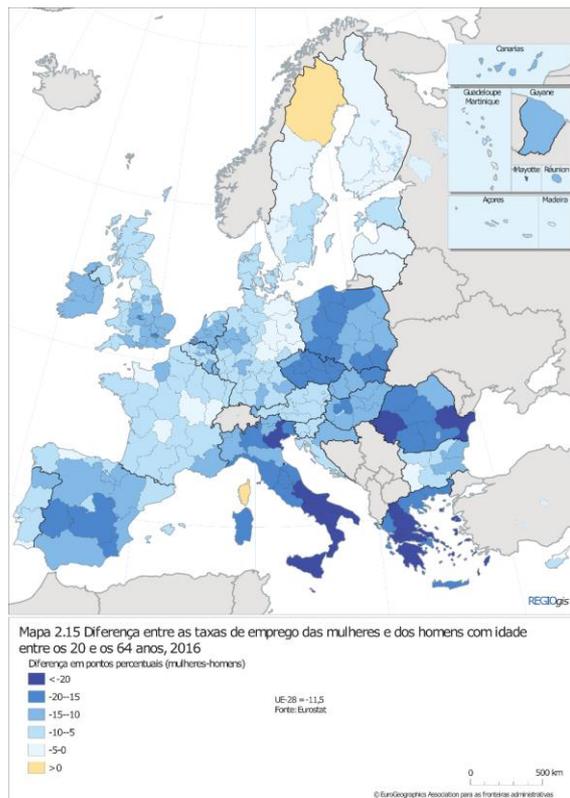


Figura 65: Diferença entre as taxas de emprego das mulheres e dos homens (20-64 anos) (2016)

Fonte: A Minha Região, A Minha Europa, O Nosso Futuro – Sétimo relatório sobre a coesão económica, social e territorial (2017)

A participação da mulher na vida pública aumentou, mas o sexo feminino continua a ter uma fraca representatividade na política regional e nacional

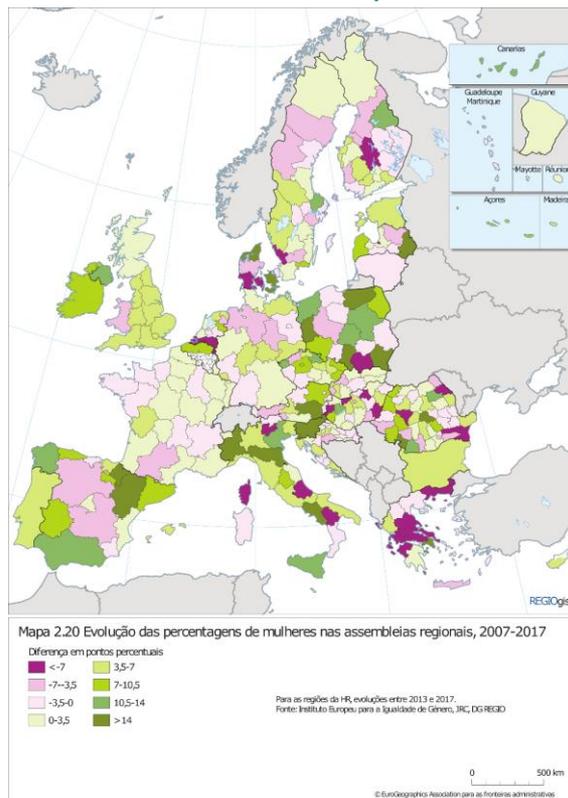


Figura 66: Evolução das percentagens de mulheres em assembleias regionais (2007-2017)

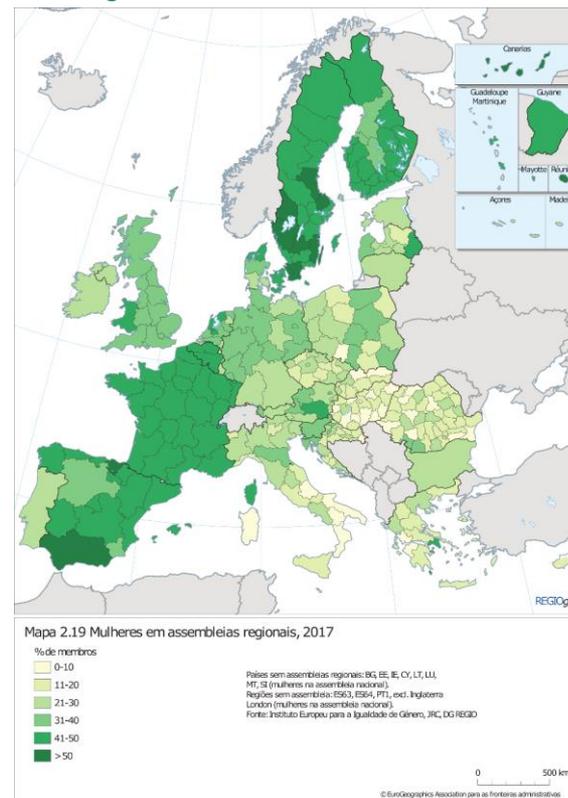


Figura 67: Mulheres em assembleias regionais (2017)

Qualidade de vida, bem-estar e coesão social e territorial

I. POPULAÇÃO IDOSA

GRUPOS
VULNERÁVEIS

- Como foi referido anteriormente, **o envelhecimento dos territórios de fronteira entre Portugal e Espanha é uma realidade cada vez mais presente e que tenderá a aumentar**, demonstrando-se como um dos desafios mais importantes para o futuro destes territórios. Portugal e Espanha são dos países mais envelhecidos da União Europeia e as **regiões de fronteira evidenciam-se no mapa da Europa envelhecida e deprimida**, enfrentando uma dupla vulnerabilidade (são áreas de povoamento escasso e envelhecido e simultaneamente mal conectadas com os restantes territórios, em termos físicos e socioeconómicos).
- De acordo com o “Documento de reflexão sobre a dimensão social da Europa” (Comissão Europeia, 2017), “atualmente, **quase um terço das pessoas com mais de 65 anos de idade vive sozinha e dois terços das pessoas com mais de 75 anos dependem de cuidados de saúde informais** que são prestados sobretudo pelos familiares em primeiro grau”. No futuro, a maior longevidade da população trará novos desafios, sobretudo com o que se relaciona com o reforço dos “serviços sociais muito para além do setor dos cuidados de saúde, desde os sistemas de ensino até à necessidade de alojamento e mobilidade adaptada às pessoas de idade”. Assim, “o envelhecimento da população pode ser uma fonte de novos empregos devido à rápida evolução do setor da economia social, seja atividades de lazer ou prestação de cuidados. Mas o envelhecimento também cria novas necessidades que é preciso satisfazer”, o que terá implicações na “sustentabilidade financeira dos sistemas de segurança social e, por sua vez, na situação orçamental dos países”.
- **Nos territórios de fronteira de Portugal e Espanha, o retrato dos perfis de vulnerabilidade social evidencia as múltiplas debilidades associadas sobretudo a uma estrutura etária bastante envelhecida**, onde se sobressai: isolamento e fragilidade dos laços pessoais e familiares; perda de liberdade e mobilidade; forte dependência de suporte social; reduzida disponibilidade de rendimentos; perda de autonomia; níveis de saúde física e mental mais fragilizados; maior risco de pobreza e de exclusão social; condições de habitabilidade inadequadas; fraca inserção na sociedade; debilidade de acesso a equipamentos e serviços.

**VULNERABILIDADES DA
POPULAÇÃO IDOSA NOS
TERRITÓRIOS DE
FRONTEIRA DE PORTUGAL
E ESPANHA**

Isolamento e fragilidade dos laços pessoais e familiares

Reduzida disponibilidade de rendimentos

Níveis de saúde física e mental mais fragilizados

Condições de habitabilidade inadequadas

Perda de autonomia

Fraca inserção na sociedade

Perda de liberdade e mobilidade

Forte dependência de suporte social

Maior risco de pobreza e de exclusão social

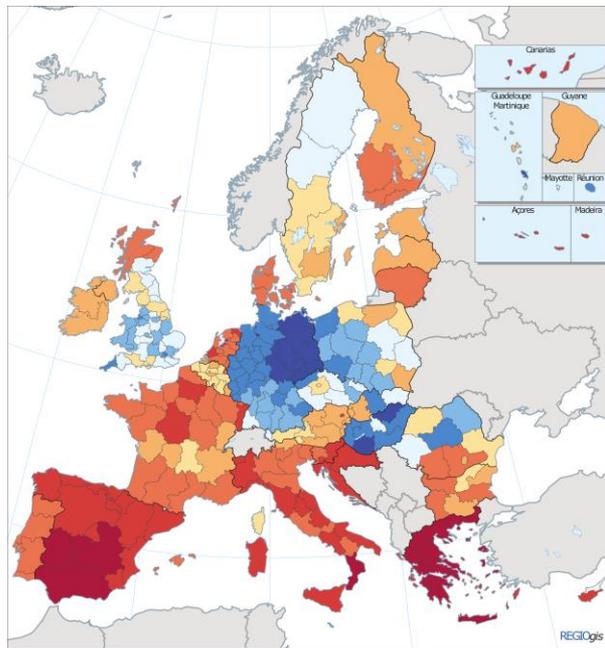
Debilidade de acesso a equipamentos e serviços

Qualidade de vida, bem-estar e coesão social e territorial

II. POPULAÇÃO DESEMPREGADA

GRUPOS
VULNERÁVEIS

- A crise económico-financeira que começou em 2008, desencadeou níveis de desemprego e precariedade laboral bastante acentuados. Em contrapartida, o setor público, por imposições de ajustes financeiros, diminuiu os apoios sociais e a assistência a um elevado número de pessoas em situação de desemprego e de precariedade (sobretudo entre 2011 e 2013). **O facto do desemprego ser transversal a grande parte das faixas etárias e grupos sociais, torna-o uma das grandes preocupações sociais das últimas décadas nos territórios da Península Ibérica**, que foram dos mais afetados por este flagelo no contexto europeu, colocando em causa os níveis de coesão e inclusão social dos dois países, uma vez que o desemprego é considerado um dos principais fatores de maior vulnerabilidade a situações de rutura e isolamento social. O facto de haver um elevado número de pessoas que têm dificuldade em se integrar no mercado de trabalho faz com que uma das maiores preocupações europeias seja a criação de emprego.
- Entre 2008 e 2016, Portugal e Espanha situaram-se entre os países europeus que mais viram aumentar as suas taxas de desemprego. Portugal passou de uma taxa de desemprego de cerca de 8% para 11% e a Espanha aumentou dos 11% para quase 20%. **Nas áreas transfronteiriças a situação é claramente preocupante** (em Portugal, sobressaem negativamente a Região Norte e o Alentejo e, em Espanha salientam-se as NUT II da Extremadura e da Andaluzia, onde as taxas de desemprego eram em 2016 superiores a 20%) (figuras 68 e 69). **Os territórios de fronteira de Portugal e Espanha enfrentam problemáticas acrescidas, uma vez que aos fortes níveis de desemprego, aliam normalmente as problemáticas relacionadas com o envelhecimento da população, os baixos níveis de escolaridade e formação e a forte dependência de apoios sociais.**
- Com a recessão económica dos últimos anos, emergiram também situações negativas para as camadas populacionais mais jovens que se encontram atualmente em situações de grande fragilidade. **A crise fez aumentar o número de jovens que não estudam, não trabalham, nem estão em formação (NEET) sobretudo nos territórios menos desenvolvidos e em transição.** As NUT II da Extremadura e da Andaluzia têm os valores mais elevados na Península Ibérica (figura 70). O aumento dos NEET na Península Ibérica e nos territórios de fronteira, em particular, faz repensar a necessidade de readaptação quer no sistema de ensino, quer no mercado de trabalho. Por outro lado, ritmo acelerado da emigração jovem qualificada nos espaços da raia revelam as fragilidades deste mercado de trabalho que não apresenta ainda a necessária capacidade de absorção dos recursos qualificados e especializados, desenvolvendo-se muitas vezes em torno de situações de precariedade.



Mapa 2.8 Evolução das taxas de desemprego, 2008-2016

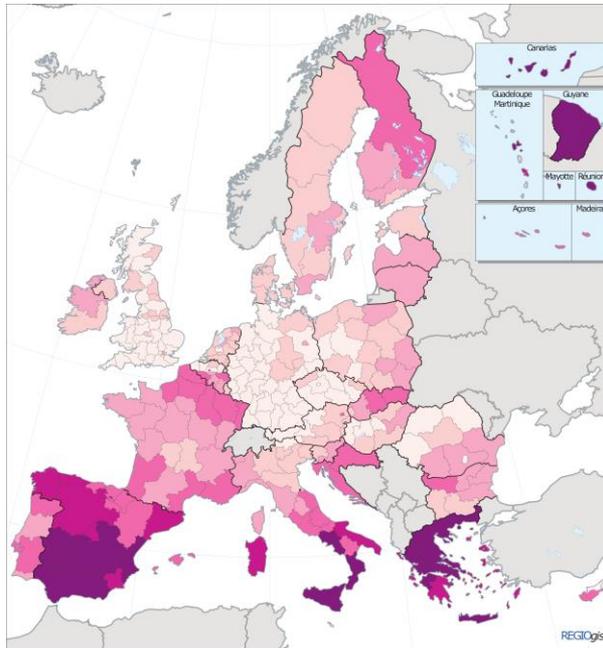
Variación en pontos percentuais



UE-28 = 1,5
Fontes: Eurostat, DG REGIO

0 500 km

© EuroGeographics Association para as fronteiras administrativas



Mapa 2.7 Taxa de desemprego, 2016

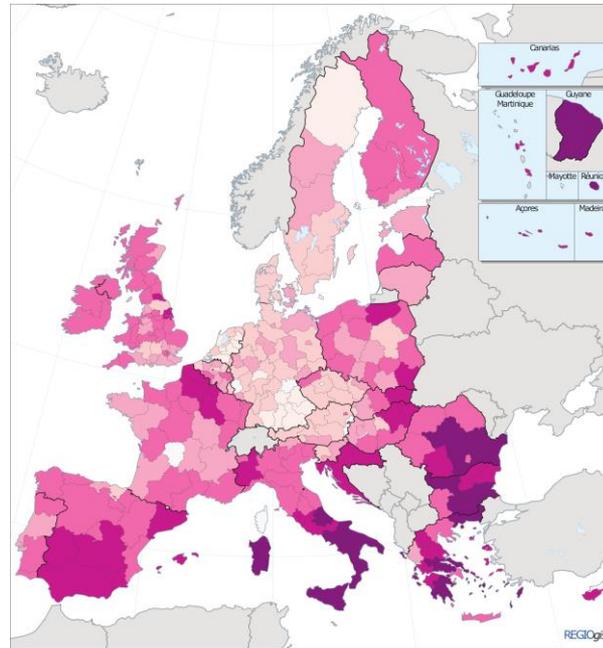
% da população ativa



UE-28 = 6,6
Fonte: Eurostat

0 500 km

© EuroGeographics Association para as fronteiras administrativas



Mapa 3 Jovens (15-24) que não trabalham, não estudam nem frequentam ações de formação (NEET), 2016

% da população com idade entre os 15 e os 24 anos



UE-28 = 11,5
Fonte: Eurostat

0 500 km

© EuroGeographics Association para as fronteiras administrativas

Figura 68: Evolução das taxas de desemprego (2008-2016)

Figura 69: Taxa de desemprego (2016)

Figura 70: Jovens que não trabalham nem estudam - NEET (2016)

Fonte: A Minha Região, A Minha Europa, O Nosso Futuro – Sétimo relatório sobre a coesão económica, social e territorial (2017)

Qualidade de vida, bem-estar e coesão social e territorial

III. POPULAÇÃO COM BAIXOS NÍVEIS DE VIDA

GRUPOS
VULNERÁVEIS

- “Em 2015, quase um quarto (23,7%) das pessoas na UE foram registadas como encontrando-se em risco de pobreza ou exclusão social”. **A pobreza continua a ser um problema importante nas sociedades modernas e um dos fatores de maiores desigualdades entre os Estados-Membros.** Neste âmbito, a Estratégia Europa 2020 tem como um dos seus principais pilares o combate a situações de pobreza e exclusão social, procurando reduzir em 20 milhões o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza e de exclusão social, assente nos pressupostos de um Crescimento Inclusivo em todas as regiões da Europa. De acordo com dados de 2015, Portugal, Espanha, o sul de Itália, Croácia, Grécia, Bulgária, Roménia e Bulgária oriental eram as regiões mais longe da consecução dos objetivos da UE (figura 73), colocando assim em causa os níveis de coesão, igualdade e bem-estar das suas populações (Sétimo relatório sobre a coesão económica, social e territorial, 2017).
- **A população com baixos níveis de vida e em risco de pobreza e exclusão social é uma realidade nos territórios de fronteira de Portugal e Espanha,** apresentando-se como um dos **principais desafios da coesão social nos dois países.** Em 2015, 28,6% da população de Espanha e 26,6% da população a residir em Portugal vivia em risco de pobreza (uma situação um pouco mais grave do que a registada pela média dos países UE - 23,7%).
- A análise por grau de urbanização evidencia que **é nos territórios mais rurais tanto portugueses como espanhóis que a vulnerabilidade a situações de pobreza ou exclusão social é mais forte** (figura 71). Entre 2008 e 2015, o aumento da percentagem de população nesta situação foi sentido com maior intensidade nas regiões espanholas.
- A representação à NUT II para 2014 sobressai as regiões da **Extremadura e da Andaluzia por entre as situações mais preocupantes a nível europeu em termos de população em risco de pobreza** (figura 72).

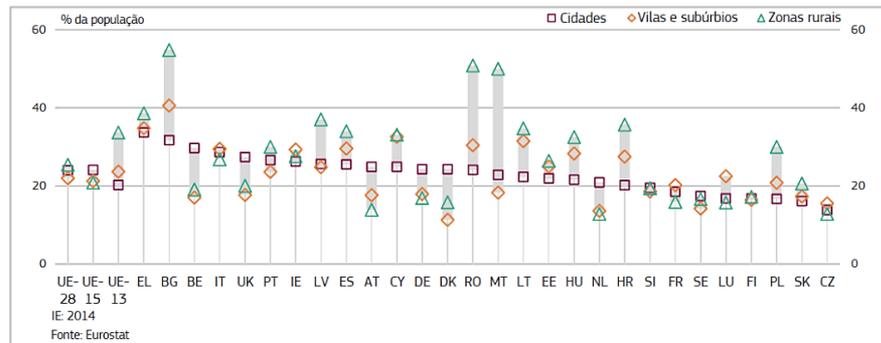


Figura 71: Percentagem de população em risco de pobreza ou exclusão social por grau de urbanização (2015)

Fonte: A Minha Região, A Minha Europa, O Nosso Futuro – Sétimo relatório sobre a coesão económica, social e territorial (2017)

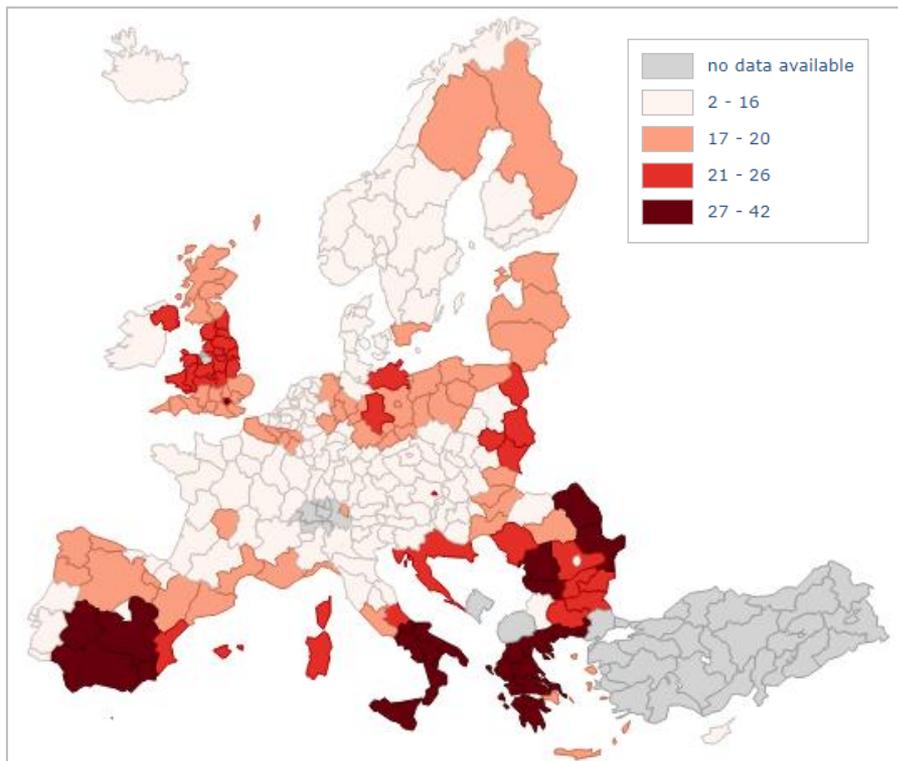


Figura 72: População em risco de pobreza (2014)

Fonte: Comissão Europeia, Cluster mapping tool (2018)

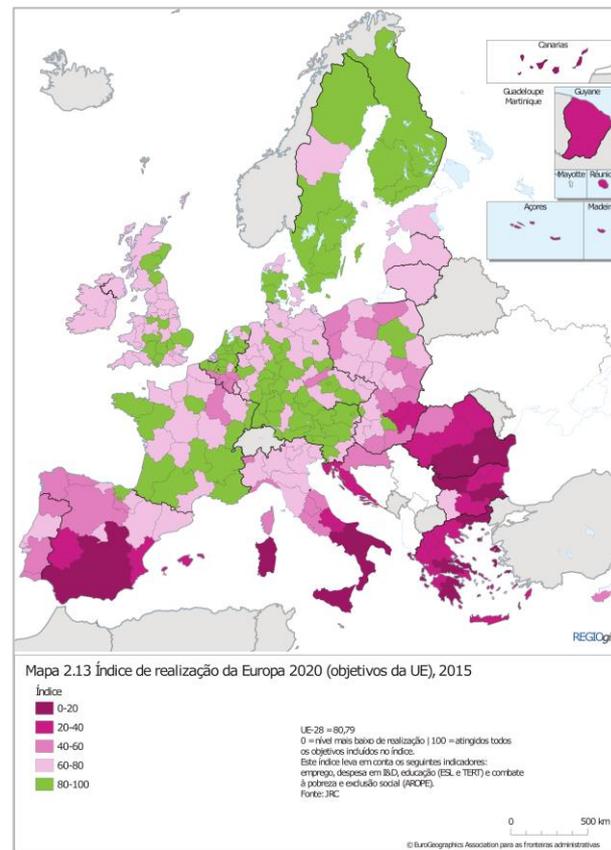


Figura 73: Índice de realização da Europa 2020 (2015)

Fonte: A Minha Região, A Minha Europa, O Nosso Futuro – Sétimo relatório sobre a coesão económica, social e territorial (2017)

Qualidade de vida, bem-estar e coesão social e territorial

ACESSO AOS
SERVIÇOS E ÀS REDES
DE APOIO SOCIAL

- O processo de urbanização decorrido ao longo das últimas décadas proporcionou um desenvolvimento territorial sem precedentes, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (mais e melhor emprego, mais rendimentos, melhor alimentação, mais educação, conhecimento e informação e maior acesso a equipamentos e serviços).
- **Na Península Ibérica, o processo de urbanização beneficiou claramente as áreas metropolitanas de maior dimensão** (em termos populacionais, económicos e funcionais) **e algumas áreas do litoral** com maior capacidade atrativa.
- A distribuição desigual dos equipamentos e serviços pelo território ibérico é ainda uma realidade, contribuindo para a existência de **disparidades no acesso** aos mesmos por parte da população, potenciadas não só pelo local onde os indivíduos residem, mas também pelo grupo económico ou social a que pertencem. Assim, torna-se essencial ter em consideração o espaço geográfico e social dos indivíduos, avaliar que diferentes fatores podem comprometer o acesso aos serviços e de que forma os diferentes níveis de acesso podem comprometer a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.
- **A distribuição dos equipamentos e serviços deve assegurar a equidade de oportunidades e de direitos dos cidadãos**, como fator de desenvolvimento inclusivo e de qualidade de vida e bem-estar das populações. Neste âmbito, no contexto da Península Ibérica, verifica-se que os territórios transfronteiriços estão perante uma situação de maior iniquidade de acesso tanto aos serviços locais como regionais, uma vez que sustentam maiores necessidades de deslocação até aos serviços mais próximos (figuras 74 e 75). A maioria das NUT III de fronteira apresenta uma dupla vulnerabilidade, ao conjugar a iniquidade de acesso a equipamentos e serviços com situações de baixo dinamismo económico e social (figura 76).
- Tendo em consideração as perspetivas demográficas futuras (menos jovens, mais idosos, diminuição do número de efetivos), é necessário reajustar a oferta de equipamentos e serviços de acordo com esta nova realidade e potenciar políticas públicas de fomento da equidade de acesso a todos os cidadãos, tendo em consideração as suas necessidades e limitações físicas, psicológicas e sociais. Num momento em que o desenvolvimento é cada vez mais assente em infraestruturas digitais e tecnologias móveis, o **incremento do acesso digital aos serviços de interesse geral pode constituir um importante fator de equidade de acesso**, permitindo a um maior número de cidadãos aceder aos serviços necessários ou permitindo que os serviços se desloquem até junto dos cidadãos.

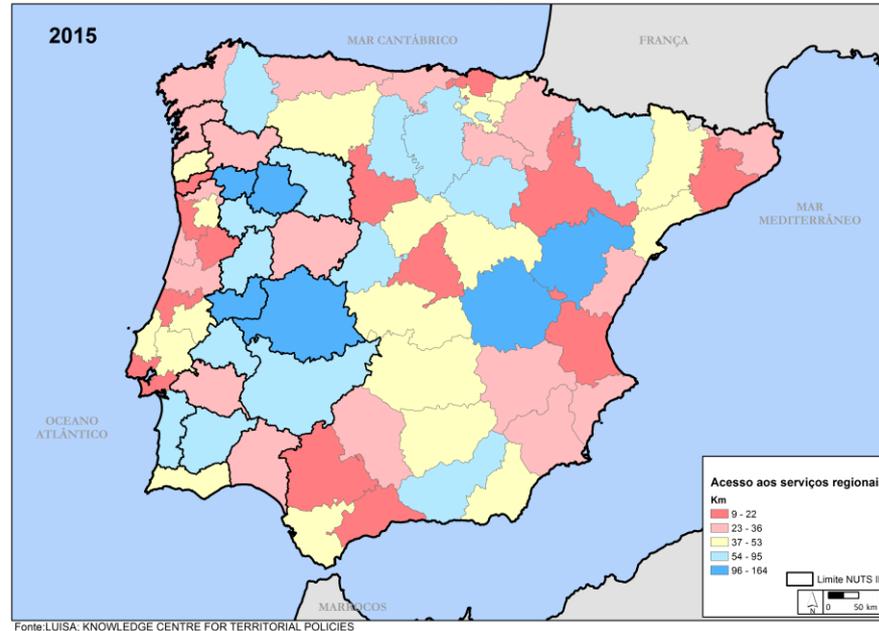
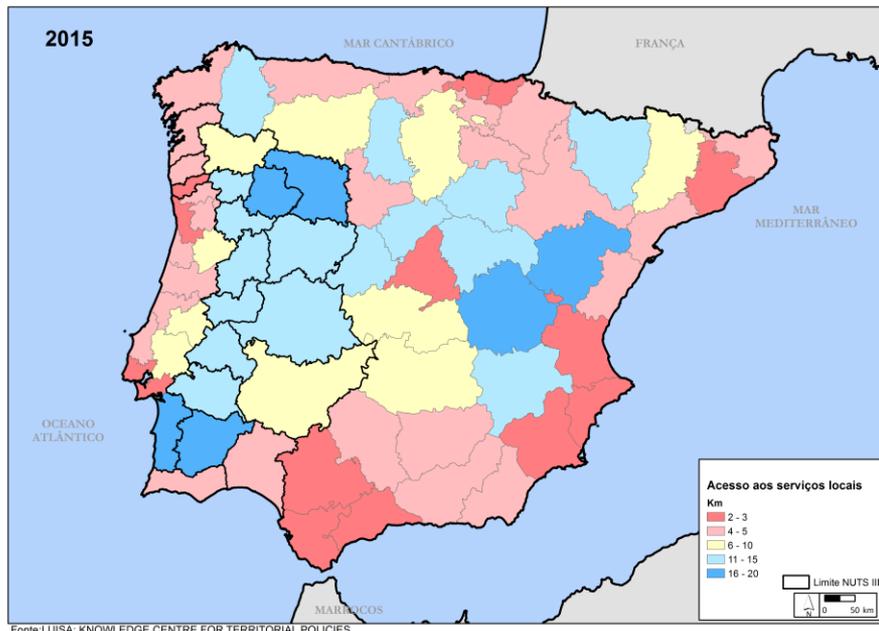
ACESSO AOS SERVIÇOS LOCAIS

Distância média por pessoa até ao serviço local mais próximo (servindo idealmente entre 5 a 10 mil pessoas num raio de 5 km). Incluem-se aqui, nomeadamente, as escolas, pequenas instalações de saúde, serviços de assistência à infância, instalações desportivas e pequenos mercados. Este índice é calculado em quilómetros (dados de 2011).

ACESSO AOS SERVIÇOS REGIONAIS

Distância média por pessoa até ao serviço regional mais próximo (servindo idealmente entre 500 mil a 1 milhão de pessoas num raio de 100 km). Incluem-se aqui, por exemplo, os centros especializados para educação e saúde, grandes instalações para atividades desportivas e culturais, organizações governamentais e serviços de alta tecnologia. Este índice é calculado em quilómetros (dados de 2011).

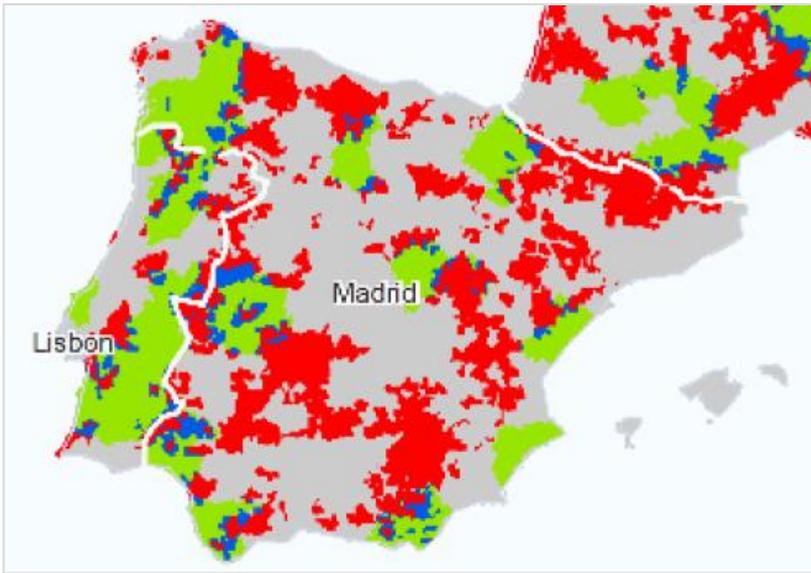
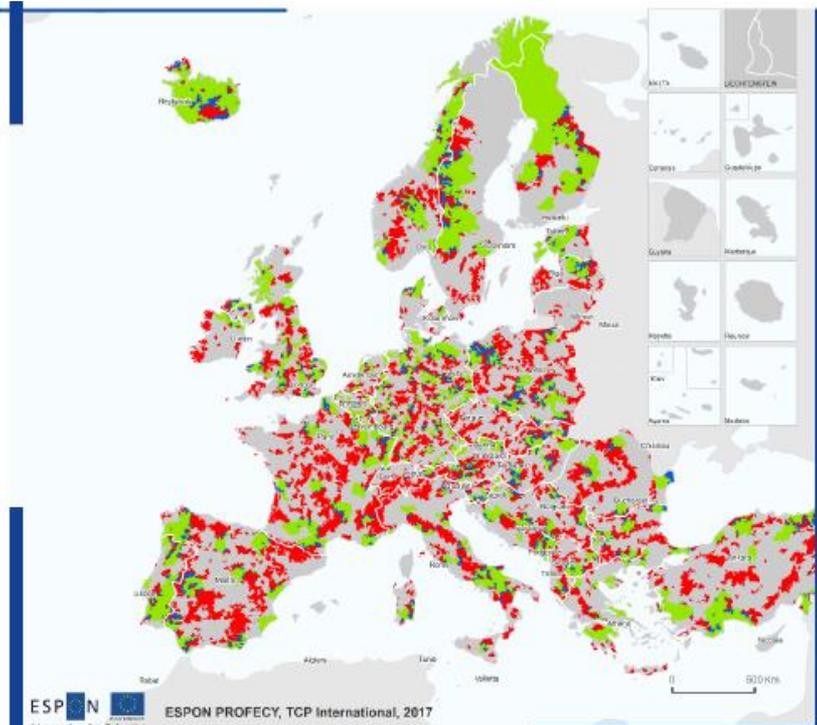
As áreas transfronteiriças têm fracos níveis de equidade de acesso aos serviços locais e regionais.



Figuras 74 e 75: Acesso aos serviços locais e regionais, por NUT III, na Península Ibérica (2015)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: Knowledge Centre for Territorial Policies (2017)

Nota: A tabela de dados segue em anexo (Tabela 4)



- Potenciais económicos fracos e situação socioeconómica frágil
- Faca acessibilidade aos serviços localizados nos centros locais/regionais
- Fraca acessibilidade e potenciais económicos fracos e situação socioeconómica frágil

**Overlay of results of the four individual delineations:
Main drivers of inner peripherality
(lack of access vs. economic and demographic situation)**

Legend:

- non-IP area
- Main driver: poor economic potentials and poor socio-economic situation
- Main driver: lack of access to centres and/or services
- Main drivers: poor accessibility and poor economic potentials/poor socio-economic situation

Level: grid cells (2.5x2.5 km)
Source: TCP International, 2017
Origin of data: TCP International Accessibility Model, 2017
CC - UMS RATE for administrative boundaries

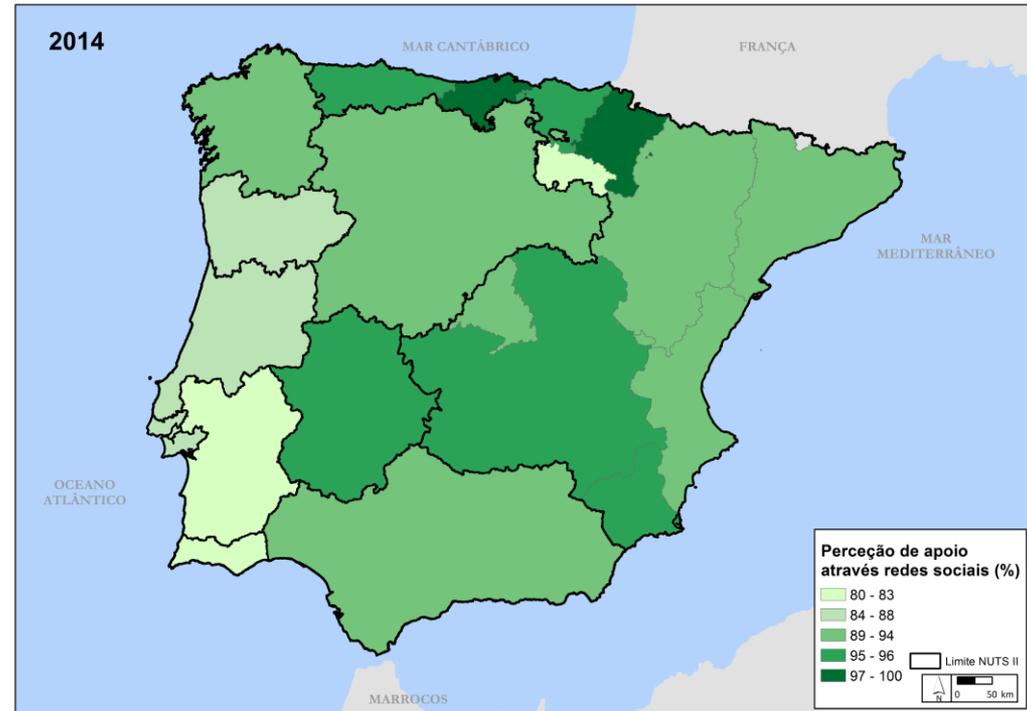
Note:
Outermost regions excluded from analysis.

Figura 76: Sobreposição de diferentes fatores de periferia (falta de acesso vs. situação económica e demográfica)

Fonte: ESPON, PROFECY – Inner Peripheries: National territories facing challenges of access to basic services of general interest (07/08/2017)

INSERÇÃO EM REDES SOCIAIS

- A **inserção na sociedade, o contacto com os outros e a qualidade das relações pessoais, familiares e profissionais** são aspetos essenciais para os **níveis de bem-estar e qualidade de vida das populações**. Assim, os diferentes níveis de perceção da rede social onde cada indivíduos está inserido tem conseqüências positivas ou negativas em vários aspetos do seu quotidiano, mas também no estado emocional e nas vivências de cada um (OCDE).
- Uma **boa rede social** pode contribuir para um melhor desempenho em sociedade, para uma melhor inserção no mercado de trabalho e para a criação de oportunidades. Por outro lado, uma **rede social fraca** pode gerar oportunidades sociais económicas fracas, isolamento social e fragilidades mentais (OCDE).
- No que se relaciona com, as redes de apoio social, ou seja a rede de proximidade a que os indivíduos percecionam que podem recorrer em caso de necessidade (familiares ou amigos), verifica-se, de acordo com dados da OCDE, que **em Espanha há uma forte perceção de apoio**, uma vez que 95% das pessoas afirmam conhecer alguém com quem poderiam contar num momento de necessidade, e que **em Portugal existe uma perceção mais moderada**, uma vez que este valor se situa nos 87% (a média da OCDE é de 89%).
- A cartografia do indicador evidencia os níveis mais baixos registado sobretudo nas regiões portuguesas (sobretudo no Alentejo e no Algarve), enquanto a região da Extremadura se sobressai numa situação mais favorável (figura 77).



Fonte: OCDE, Regional Well-Being (2018)

Figura 77: Perceção de apoio através de redes sociais, por NUT II, na Península Ibérica (2014)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: OCDE, Regional Well-Being (2014)

Nota: A tabela de dados segue em anexo (Tabela 6)

Qualidade de vida, bem-estar e coesão social e territorial



QUALIDADE AMBIENTAL

- **As questões ambientais têm sido foco de importantes medidas políticas de coesão social e territorial**, em prol da qualidade de vida e do bem-estar das populações e de proteção e equilíbrio do meio ambiente e dos ecossistemas. Assim, reconhecendo que para a qualidade de vida também concorre a qualidade ambiental, é importante atendermos a alguns aspetos que podem avaliar os níveis de qualidade ambiental, por exemplo, o acesso aos recursos naturais e os níveis de poluição.
- **A qualidade dos recursos naturais e paisagísticos** explicada pela presença de áreas protegidas, de paisagens e de ecossistemas naturais particularmente ricos em biodiversidade e recursos culturais e simbólicos **potenciam a qualidade de vida das populações e a atratividade dos territórios transfronteiriços**.
- Os níveis de poluentes na atmosfera têm também implicações diretas na qualidade de vida e na saúde dos cidadãos e na sustentabilidade do ambiente. Em termos de **população exposta às PM 10**, no contexto da Península Ibérica, ambos os países apresentam valores muito favoráveis. **Os territórios transfronteiriços ibéricos sustentam baixos níveis de exposição**, sendo que a maioria das NUT III apresenta valores dentro dos limites impostos pela Diretiva da UE sobre Qualidade do Ar (2008/50/CE) (figura 78).
- Do mesmo modo, as **concentrações de dióxido de azoto ou dióxido de nitrogénio (NO₂)** (um poluente emitido sobretudo pelos veículos, indústria de geração de energia e habitações) apresentam uma forte presença nos territórios da Península Ibérica. Face à maior importância da edificação, à maior pressão urbanística e populacional e à maior concentração de veículos e indústrias nas áreas mais urbanas sobretudo localizadas litoral, é nestes territórios que se detetam as maiores concentrações de NO₂, em detrimento de uma **melhor qualidade ambiental existente nos territórios de fronteira**. **Para 2030, prevê-se a situação ambiental associada às concentrações de NO₂ deverá melhorar por todo o contexto ibérico, sobretudo nas áreas da raia** (figuras 79 e 80).

“A exposição ao PM10 é a principal componente responsável pelos problemas de saúde devido à poluição do ar, pois contribui para o risco dos cidadãos desenvolverem doenças cardiovasculares e respiratórias, bem como cancro nos pulmões. Este indicador mede a percentagem de indivíduos expostos às concentrações de PM10 no ar acima dos valores-limite estabelecidos pela legislação (Diretiva da UE sobre Qualidade do Ar (2008/50/CE))” Knowledge Centre for Territorial Policies (2017).

O NO2 é um dos principais poluentes emitidos pelos veículos, indústria de geração de energia e habitações. Este poluente tem um elevado impacto na saúde humana.

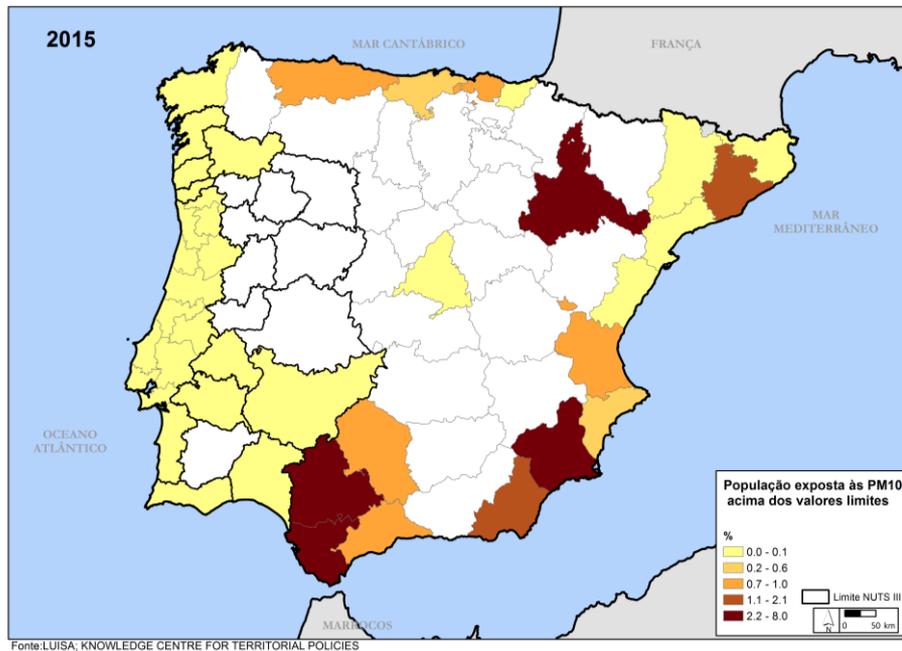
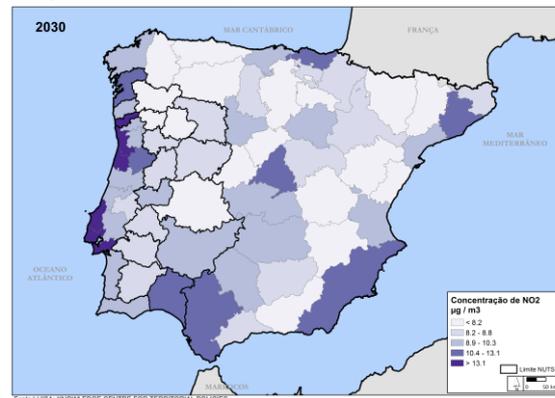
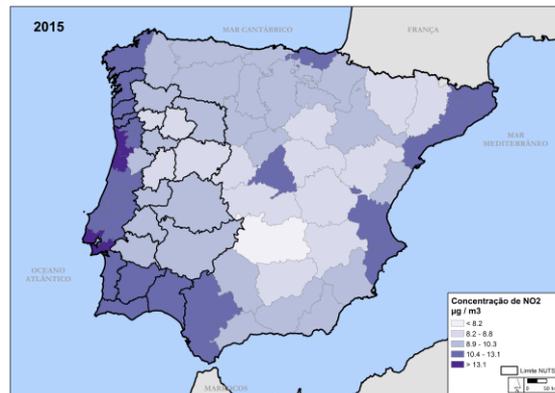


Figura 78: População exposta às PM 10 acima dos valores limite (2015)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: Knowledge Centre for Territorial Policies (2017)



Figuras 79 e 80: Concentrações médias anuais de NO₂ (2015-2030)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: Knowledge Centre for Territorial Policies (2017)

Nota: A tabela de dados segue em anexo (Tabela 1)

Qualidade de vida, bem-estar e coesão social e territorial

- As alterações climáticas são cada vez mais uma evidência com fortes impactos territoriais, ambientais, sociais e económicos, perspetivando-se que os territórios sejam ainda mais vulneráveis à sua ocorrência no futuro. No contexto da Península Ibérica, os seus efeitos são já evidentes, mas perspetiva-se o seu agravamento nos próximos anos. Os efeitos das alterações climáticas terão **expressão territoriais diversas, desencadeando diferentes riscos e níveis de vulnerabilidade**, em muito associados ao aumento da temperatura e às alterações nos padrões de precipitação. A ocorrência de mais dias de calor ou frio extremo (ondas de calor e vagas de frio), o crescente risco de seca ou a ocorrência de episódios de inundaçã (por efeitos de chuvas intensas), terão grandes impactos negativos ao nível da disponibilizaçã de recursos e em vários setores económicos (por exemplo, na produçã agrícola e nos setores industrial e empresarial), mas também no quotidiano das populações (que, por entre outros problemas, poderão enfrentar a escassez de recursos como a água ou a auto-produçã de alimentos).
- No contexto europeu, a **Península Ibérica encontra-se numa situaçã de grande vulnerabilidade futura aos impactos de diferentes riscos climáticos**. No âmbito dos territórios transfronteiriços, apenas as regiões do Alentejo, de Cáceres e Huelva demonstram uma situaçã menos apreensiva (figura 81).
- Assim, importa ter em consideraçã que os territórios de raia que sustentam áreas de maior depressã social e funcional (sustentando baixos stocks populacionais, envelhecidos, pouco instruídos e com fraca capacidade de acesso à informaçã e de sustentabilidade económica, e escassez de equipamentos de suporte) apresentam níveis de suscetibilidade bastante consideráveis, entendendo-se que aqui é necessário existir um reforço das medidas de mitigaçã dos efeitos e das medidas de adaptaçã por parte dos indivíduos, dos organismos, dos serviços e das infraestruturas (em prol de uma sociedade mais resiliente e com maior capacidade de resposta e atuaçã). **A falta de preparaçã e de resposta dos territórios de fronteira poderá contribuir para que no futuro as alterações climáticas sejam um fator de agravamentos das desigualdades sociais existentes e de injustiça territorial, podendo até intensificar os fluxos de abandono destes espaços.**

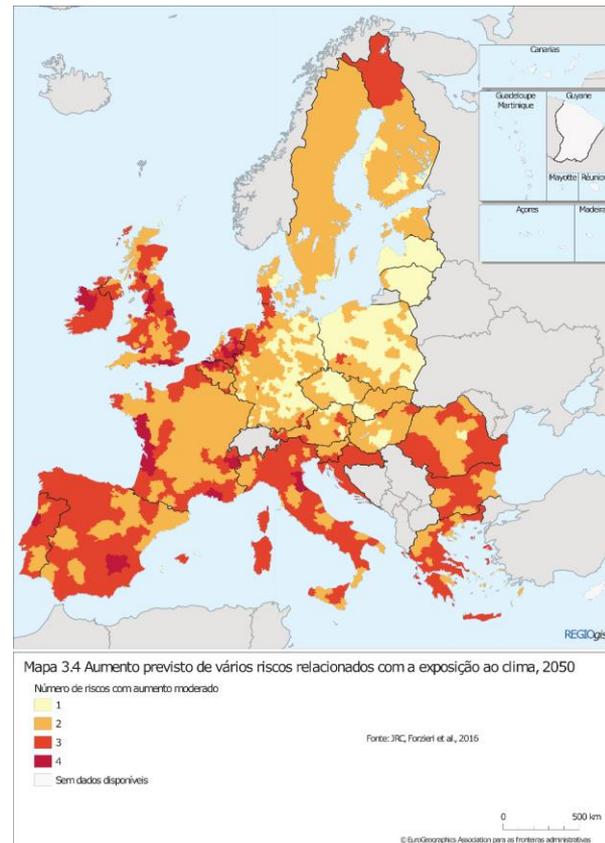


Figura 81: Aumento previsto de vários riscos relacionados com a exposiçã ao clima (2050)

Fonte: A Minha Região, A Minha Europa, O Nosso Futuro – Sétimo relatório sobre a coesã económica, social e territorial (2017)

II. Perspetivas para o futuro

- **A perceção dos indivíduos em termos de qualidade de vida, bem-estar e felicidade é um tema bastante subjetivo** (sobretudo influenciado pelas vivências e experiências pessoais de cada indivíduo) e que tem a si inerente um conjunto de fatores que contribuem para níveis de perceção mais positivos ou negativos. Neste capítulo, atendemos a alguns indicadores importantes em termos de qualidade de vida e bem-estar da população e de coesão social e territorial – questões de género, texturas das vulnerabilidade sociais, acesso a serviços e inserção em redes sociais, acessibilidades viárias e redes digitais, e qualidade ambiental.
- **Em termos de indicações para o futuro dos territórios fronteiriços de Portugal e Espanha importa entendermos em que ponto se encontram atualmente os níveis de avaliação da satisfação com a vida destas populações.** A população residente nos países da OCDE atribuiu um valor médio de 6,5 de satisfação com a sua vida (escala de 0 a 10), com valores consideravelmente altos a registar-se, por exemplo, na Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suíça. Quando consideramos a avaliação dos espanhóis, verificamos que estes consideram ter um nível médio de vida (6,4, em conformidade com a média da OCDE). Por outro lado, a população a residir em Portugal é um pouco menos otimista, classificando-se com uma das médias mais baixas da OCDE (5,2), juntando-se a países como a Grécia, Hungria e Turquia. Os territórios de fronteira da Península Ibérica acompanham as tendências nacionais. As regiões do Centro e do Algarve são as que se avaliam de forma mais negativa, enquanto a NUT II da Extremadura regista a melhor média no contexto da raia (figuras 82 e 83).

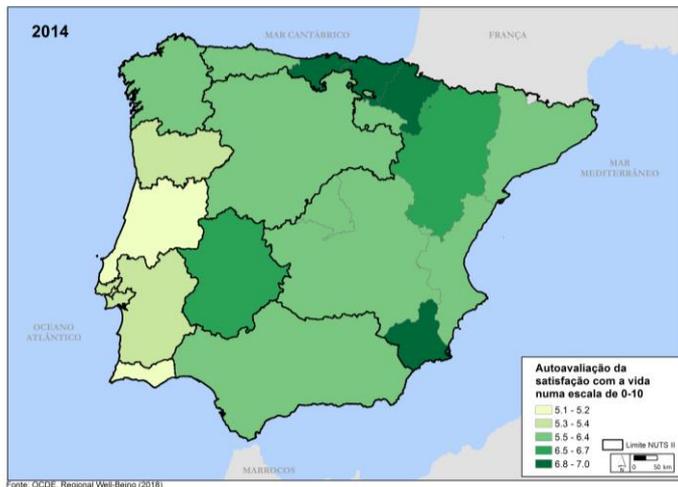


Figura 82: Autoavaliação da satisfação com a vida, por NUT II, na Península Ibérica (2014)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: OCDE, Regional Well-Being (2014)

Nota: A tabela de dados segue em anexo (Tabela 6)

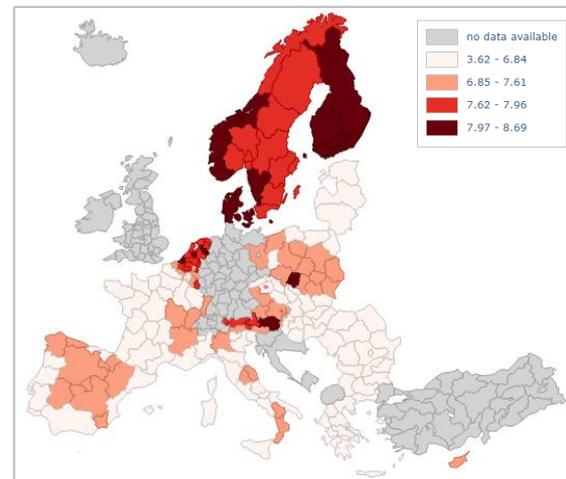


Figura 83: Autoavaliação da satisfação com a vida (2014)

Fonte: OCDE, Regional Well-Being (2014)

DIMENSÕES DA QUALIDADE DE VIDA

- O Eurostat produziu uma publicação que fornece estatísticas recentes acerca da **qualidade de vida da população** da União Europeia. A publicação encontra-se organizada em 9 dimensões que são consideradas importantes para que os cidadãos possam procurar/construir efetivamente níveis satisfatórios de qualidade de vida, de acordo com as suas preferências, capacidades e prioridades.
- Para cada domínio, o Eurostat reuniu um conjunto de indicadores de balanço. Aqui apresentamos uma síntese de alguns desses indicadores, organizados por domínios, contruída para Portugal e Espanha, em comparação com a UE28 (figura 84).
- Com este exercício pretendemos deixar algumas pistas de evolução futura em caso de inação perante um cenário que traduz uma **situação preocupante para Portugal e Espanha no que se refere a importantes indicadores de monitorização da qualidade de vida dos seus cidadãos**.
- **Deve ser dada uma atenção especial** (figura 84) ao risco de pobreza, à incapacidade de algumas famílias fazer face às despesas, ao desemprego, às baixas qualificações e salários, às disparidades entre Homens e Mulheres, à qualidade ambiental e aos níveis de governança.



Fonte: Eurostat, Quality of life (<http://ec.europa.eu/eurostat/web/gdp-and-beyond/quality-of-life/data>)

Condições de vida				Emprego					Saúde				
Taxa de risco de pobreza após transferências sociais (%)		Famílias com grandes dificuldades incapazes de fazer face às despesas (%)		População com baixos salários (%) (dados 2014)		Pessoas que vivem em habitações com intensidade de trabalho muito baixa (%)	Taxa de desemprego (%) (pop. 15-74 anos)		Esperança de vida à nascença		Pessoas com doença prolongada ou problemas de saúde (%) (pop. 16 ou mais anos)		
Mulheres	Homens	Total	Agregado com um adulto com 65 mais anos	Mulheres	Homens	População com menos de 60 anos	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	
UE28	17,9	16,6	9,1	8,2	21,2	13,5	10,5	8,8	8,4	83,6	78,2	35	30,7
Espanha	22,1	22,6	16,6	11,5	19,8	9,8	14,9	21,4	18,1	86,3	80,5	32,6	29
Portugal	19,6	18,2	17	17,4	17,0	6,6	9,1	11,3	11,1	84,3	78,1	45,4	37

Educação				Segurança económica e física		Governança e direitos básicos		Ambiente natural e vivido		
População por nível de escolaridade (%)		Participação em ações de educação e formação (%)		Incapacidade de enfrentar despesas inesperadas (%)	Crime, violência e vandalismo (%)	Índice de Gini (%) (dados 2015)	Disparidade salarial entre sexos (%)	Poluição, lixo ou outros problemas ambientais (%)	Ruído por parte dos vizinhos ou vindo da rua (%)	
Inferior ao básico	Ensino Superior	Mulheres	Homens			(escala de 0 a 100)				
UE28	26,5	27,3	11,7	9,8	36,4	13	31	16,2	14	17,9
Espanha	42,6	32,7	10,2	8,6	38,7	10,3	34,6	14,2	10,1	16,2
Portugal	52,9	21,5	9,7	9,6	38,3	7,8	34	17,5	13,1	23,1

Figura 84: Indicadores de qualidade de vida (2016)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: Eurostat (2018); PORDATA (2018)

Conetividade, economia e qualidade de vida



ENQUADRAMENTO AO CAPÍTULO.

As redes viárias continuam a condicionar o desenvolvimento económico e a qualidade de vida das populações. No futuro as redes digitais vão ser determinantes. Sendo assim, é cada vez mais importante que **as infraestruturas digitais tenham capacidade de resposta a diferentes necessidades e se reajustem a procuras e necessidades diferenciadas. Os níveis de acessibilidades e o grau de infraestruturização são indicadores fundamentais para avaliar o grau de coesão territorial.** Nas últimas décadas realizaram-se avultados investimentos nas infraestruturas viárias que resultaram num desenvolvimento positivo dos territórios ibéricos, e também dos territórios transfronteiriços. **Ainda assim, continuam a assinalar-se algumas fragilidades territoriais, sobretudo nos territórios de fronteira.** A análise aqui desenvolvida é prospetiva, pois compara 2015 com 2030.

Em termos de conectividade, economia e qualidade de vida os domínios tratados são: 1) rede rodoviária e oportunidades económicas; 2) acessibilidade viária; 3) acessibilidades e redes digitais.

REDE RODOVIÁRIA E
OPORTUNIDADES
ECONÓMICAS

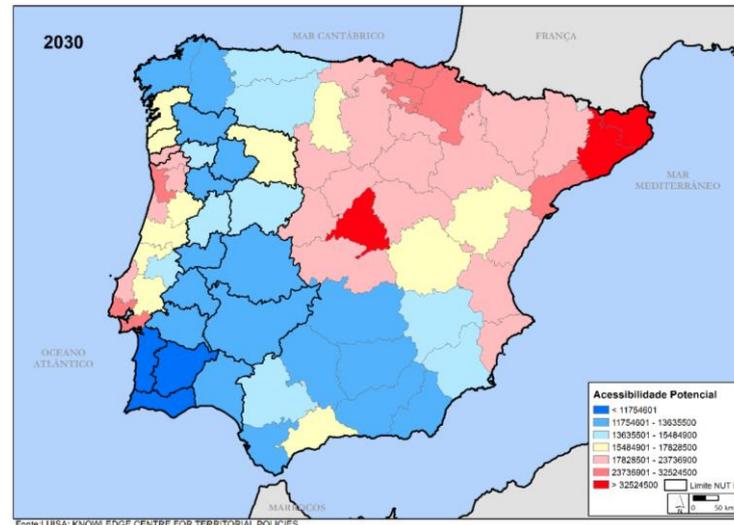
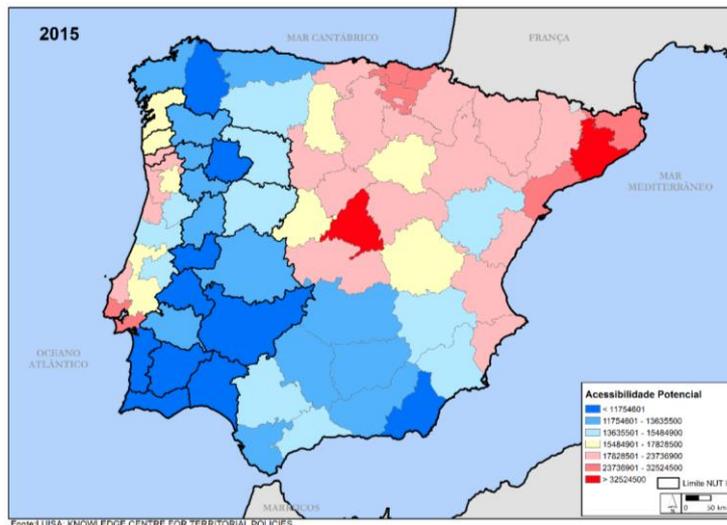
ACESSIBILIDADE
VIÁRIA

ACESSIBILIDADE E
REDES DIGITAIS

Conetividade, economia e qualidade de vida

- Interessa agora analisar o **grau de oportunidades de um determinado lugar** atendendo ao nível de serviços oferecidos pela rede rodoviária e à proporção de pessoas que acedem (Knowledge Centre for Territorial Policies, 2017). Normalmente é utilizada a acessibilidade potencial como indicador (aos valores mais altos correspondem oportunidades maiores). Em 2015, **as regiões fronteiriças eram claramente discriminadas negativamente** face aos contextos metropolitanos e urbanos.
- Em 2030, a situação vai melhorar genericamente para toda a Península Ibérica, mas as áreas mais fragilizadas, nomeadamente as transfronteiriças, continuam a ter um baixo nível de oportunidades económicas (figuras 85 e 86). Quando comparada com a realidade da Europa, a situação das áreas de fronteira entre Portugal e Espanha revela-se ainda mais frágil, **perspetivando-se para 2030** efetivamente baixos níveis de desenvolvimento na maioria dos territórios em estudo (figura 87).

REDE RODOVIÁRIA E OPORTUNIDADES ECONÓMICAS



Figuras 85 e 86: Acessibilidade potencial, por NUT III, na Península Ibérica (2015-2030)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: Knowledge Centre for Territorial Policies (2017)

Nota: A tabela de dados segue em anexo (Tabela 4)

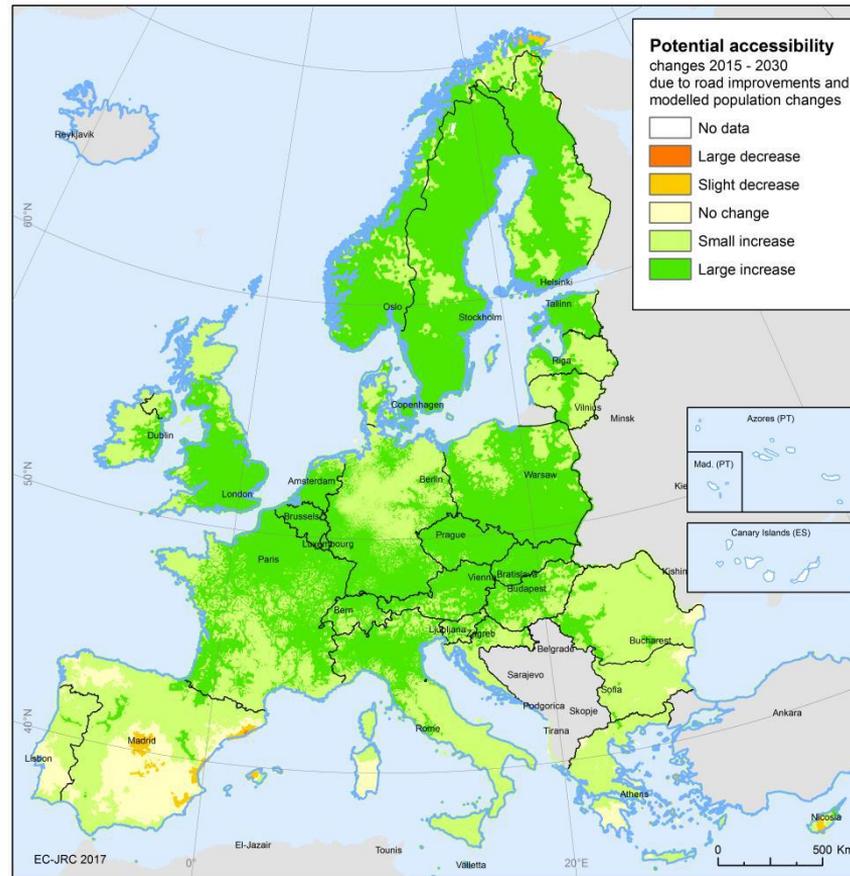


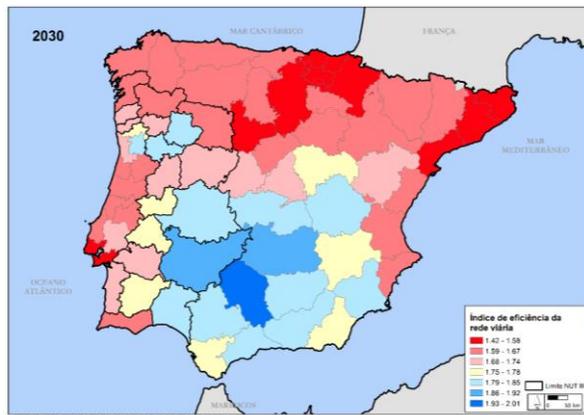
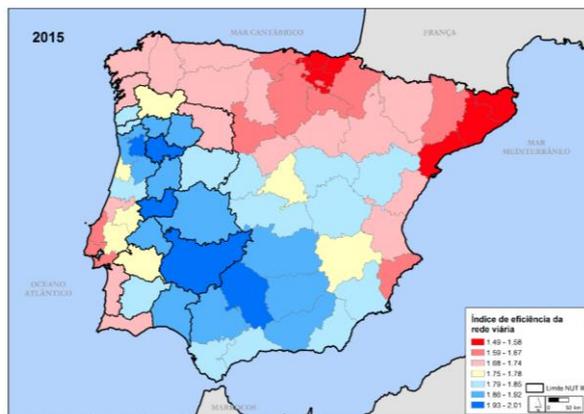
Figura 87: Acessibilidade potencial (2015-2030)

Fonte: European Territorial Trends – Facts and Prospects for Cities and Regions (2017)

Conetividade, economia e qualidade de vida

ACESSIBILIDADE VIÁRIA

- Os níveis de acessibilidades e o grau de infraestruturção dos territoriais são indicadores fundamentais para avaliar o grau de coesão territorial e de inclusão e participação na sociedade. Neste domínio, reconhece-se que os avultados investimentos das últimas décadas em infraestruturas e redes de suporte resultaram num desenvolvimento positivo dos territórios ibéricos. **Ainda assim, continuam a assinalar-se algumas fragilidades territoriais a este nível.**
- Os territórios de fronteira continuam a estar **piores infraestruturados e a apresentar menores facilidades de deslocação e de acesso aos equipamentos e serviços mais importantes, colocando em causa os níveis de equidade de oportunidades e de direitos dos cidadãos.**
- Em termos de **eficiência da rede viária** (conexões rodoviárias de um determinado local), verifica-se que as regiões transfronteiriças apresentam **atualmente os valores mais negativos no contexto da Península Ibérica** (sobretudo nas NUT III do Douro, da Beira Baixa e de Badajoz) (figura 88).
- As perspetivas de evolução entre 2015-2030 (figura 89) mostram que **haverá uma evolução positiva dos espaços fronteiriços de Portugal e Espanha, mas ainda assim continuarão numa situação desfavorável relativamente à maioria dos territórios ibéricos.**
- O potencial de acessibilidade por via rodoviária apresenta grandes disparidades no seio da União Europeia, favorecendo sobretudo regiões e cidades no centro da Europa (Comissão Europeia e UN-HABITAT, 2016). Atualmente, muitas regiões europeias são ainda servidas por uma rede viária pouco eficiente, contudo perspectiva-se que a sua acessibilidade será reforçada após a **conclusão da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T)**, ainda assim **as regiões fronteiriças de Portugal e Espanha serão das menos favorecidas** com este melhoramentos (figura 90).
- Comparativamente ao contexto europeu, **as regiões transfronteiriças de Portugal e Espanha apresentam também um serviço ferroviário pouco denso, com menor frequência e velocidade média de ligações ferroviárias diretas**, o que contribui também para o incremento da situação de perifericidade destes territórios e para reduzida ligação a importantes centros europeus e mundiais (figura 91).



Figuras 88 e 89: Índice de eficiência da rede viária, por NUT III, na Península Ibérica (2015-2030)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: Knowledge Centre for Territorial Policies (2017)

Nota: A tabela de dados segue em anexo (Tabela 4)

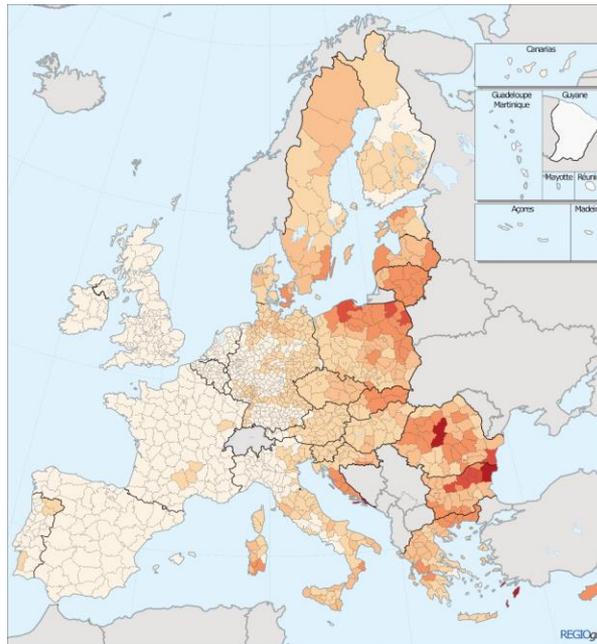


Figura 90: Evolução prevista na acessibilidade rodoviária devido à conclusão da rede RTE-T

Fonte: A Minha Região, A Minha Europa, O Nosso Futuro – Sétimo relatório sobre a coesão económica, social e territorial (2017)

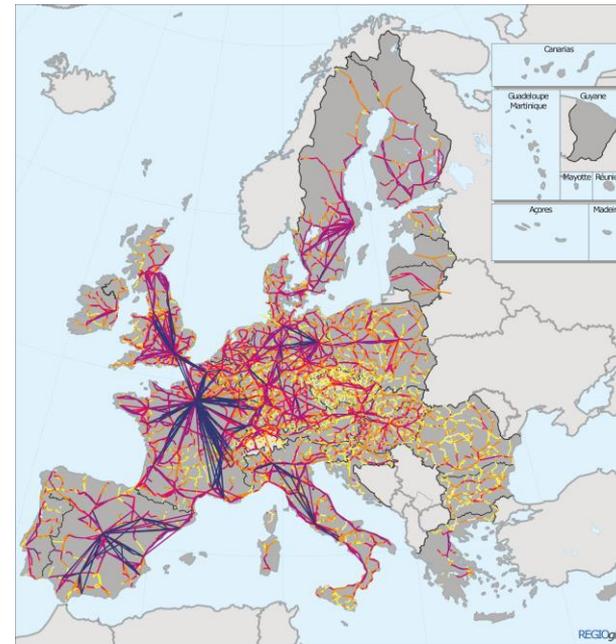
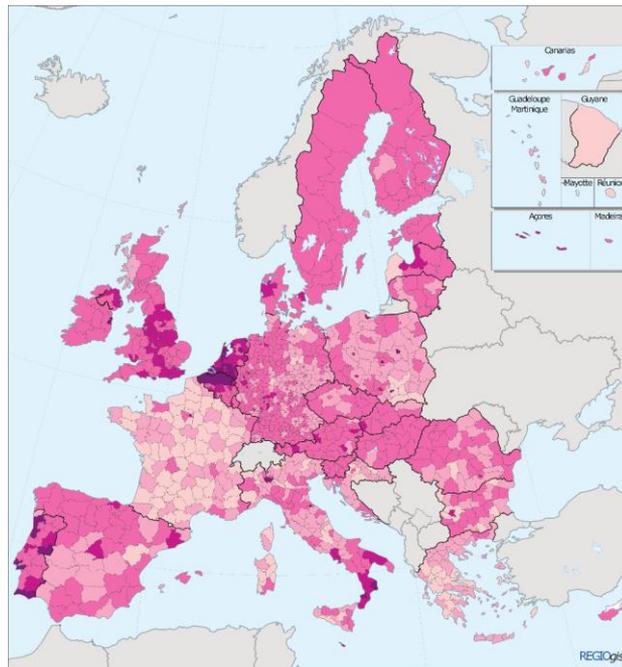


Figura 91: Velocidade média de ligações ferroviárias diretas (2014)

Conetividade, economia e qualidade de vida

ACESSIBILIDADE E REDES DIGITAIS

- **As perspetivas de futuro evidenciam uma sociedade e uma economia cada vez mais baseadas nas tecnologias de comunicação e informação e nas redes digitais.** Num futuro próximo, as novas tecnologias e os serviços digitais serão integrados nos processos de produção, na prestação de serviços e na maioria das tarefas do quotidiano da população (através da internet, das ligações entre máquinas inteligentes, do uso de robôs e de sistemas de produção avançados). Neste âmbito, o domínio das competências tecnológicas e digitais é cada vez mais importante, sendo exigidas maiores capacidades de aprendizagem e adaptação aos cidadãos.
- Complementarmente, os cenários de futuro apontam para a crescente importância do estabelecimento de ligações entre territórios, pessoas, serviços e organizações, com base em processos tecnológicos e digitais, contribuindo para novos modelos de governança, um desenvolvimento territorial mais inclusivo e inteligente, para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e o fomento da coesão territorial.
- **O incremento do acesso às redes digitais poderá revelar-se uma mais-valia no combate do isolamento das regiões mais isoladas e remotas da Península Ibérica** (onde se inserem os territórios de fronteira), integrando-os em modelos de governação mais transparentes, inclusivos e descentralizados; poderá igualmente contribuir para o incentivo da cidadania, criando comunidades mais ativas e fomentando uma maior resiliência urbana; complementarmente, poderá desencadear novas oportunidades para os territórios e para os cidadãos.
- Portugal e Espanha seguem a evolução positiva da UE28 no que respeita às redes digitais, apresentando coberturas de redes de nova geração e de banda larga bastante significativas (figura 92 e 93). **Nos territórios transfronteiriços, os desafios passam por reforçar a aposta na implementação destas redes**, potenciando os recursos que lá existem e fomentando a atratividade dos mesmos a novos residentes e atividades económicas, colmatando as disparidades que ainda existem entre as áreas mais urbanas e os espaços de cariz rural.



Mapa 1.16 Cobertura de acesso de próxima geração por região NUTS 3, 2016

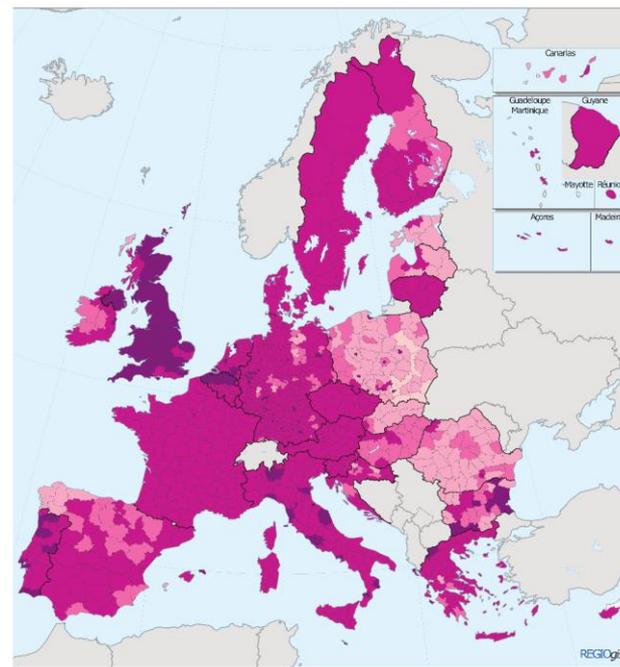
% de agregados familiares



O acesso de próxima geração (APG) inclui VDSL, Cabo Digital 3.0 e FTTP.
UE = 76 %
Fonte: Comissão Europeia (2017b).

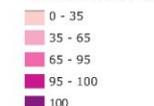
0 500 km

© EuroGeographics Association para as fronteiras administrativas



Mapa 1.17 Cobertura de banda larga fixa por região NUTS 3, 2016

% de todos os agregados familiares



UE = 98 %
Fonte: DG CONNECT, Relatório europeu de 2017 sobre os progressos em matéria digital

0 500 km

© EuroGeographics Association para as fronteiras administrativas

Figuras 92 e 93: Cobertura de acesso de próxima geração e cobertura de banda larga fixa, por NUT III (2016)
Fonte: A Minha Região, A Minha Europa, O Nosso Futuro – Sétimo relatório sobre a coesão económica, social e territorial (2017)

Desempenho regional, governança e desafios



ENQUADRAMENTO AO CAPÍTULO.

De acordo com o Sétimo Relatório de Coesão Económica, Social e Territorial “em 2014, cerca de **um terço da população da UE vivia em regiões fronteiriças terrestres**, cujo PIB era aproximadamente 28% do total da UE, o que implica um PIB per capita de 88% da média da UE”, o que demonstra a importância destes territórios no contexto europeu. Contudo, as fronteiras continuam a constituir um obstáculo à circulação de bens, serviços, pessoas, capitais e ideias, o que impede a plena realização dos benefícios da integração e o pleno desenvolvimento destes territórios.

O diagnóstico às áreas de fronteira entre Portugal e Espanha sobressai **as disparidades existentes e os níveis inferiores de desempenho regional** comparativamente aos restantes territórios. A **qualidade de governança** é fundamental num momento em que se anseia por governos mais responsáveis e transparentes, por uma maior conexão entre diferentes entidades e por um maior envolvimento dos cidadãos nos processos de governação e decisão. Face ao desenvolvido, desenvolve-se um conjunto de **desafios a refletir num processo que se quer de mudança**.

DESEMPENHO
REGIONAL

QUALIDADE DA
GOVERNANÇA

DESAFIOS

Desempenho Regional, Governança e Desafios

DESEMPENHO REGIONAL

- Nas últimas décadas, a integração entre Estados-Membros da UE e países vizinhos tem sido progressivamente alargada. Contudo, apesar da eliminação de muitas barreiras institucionais e regulamentares, **as fronteiras continuam a constituir um obstáculo à circulação de bens, serviços, pessoas, capitais e ideias**, o que impede a plena realização dos benefícios da integração. Neste contexto, a cooperação territorial desempenhou um papel importante na atenuação dos efeitos negativos das fronteiras internas e teve resultados concretos no que diz respeito à segurança, aos transportes, à educação, à energia, aos cuidados de saúde, à formação e à criação de emprego a nível transfronteiriço.
- **O diagnóstico às áreas de fronteira entre Portugal e Espanha sobressai as disparidades socioeconómicas existentes entre estes territórios e os restantes espaços da Península Ibérica condicionando as oportunidades de cooperação e de integração.** Em termos de **progresso social** (capacidade da sociedade satisfazer as necessidades humanas básicas, estabelecer as condições para as pessoas e comunidades melhorarem e manterem a sua qualidade de vida, e criar as condições para as pessoas alcançarem o seu pleno potencial) as regiões de fronteira da Península Ibérica encontram-se numa situação intermédia, consideravelmente inferior aos elevados resultados das regiões nórdicas e neerlandesas (figura 94). O mesmo é identificado em termos de **desempenho da inovação regional**, cujo indicador nos demonstra que a inovação na Europa continua altamente concentrada num número limitado de regiões e revela-se de modo moderado na raia da Península Ibérica (figura 95). Complementarmente, as áreas em estudo situam-se entre os territórios pior classificados em termos de **competitividade regional** (figura 96).
- Deste modo, sobressai a necessidade de **serem reforçadas as medidas de conexão** entre o tecido empresarial, os centros de investigação e de conhecimento e outras organizações, de forma a fomentar-se a criação de riqueza, de conhecimento e inovação e contribuir para a redução dos níveis de pobreza e vulnerabilidade social existentes. Os cenários para 2023 e 2030 perspetivam que as regiões pior classificadas nos índices de desempenho social e económico, entre as quais se encontram as áreas abrangidas por este estudo, serão as que vão sentir um **maior impacto dos programas da política de coesão 2014-2020**, uma vez que estas são as áreas mais necessitadas e as principais beneficiárias de incentivos do financiamento comunitário (figuras 101 e 102).

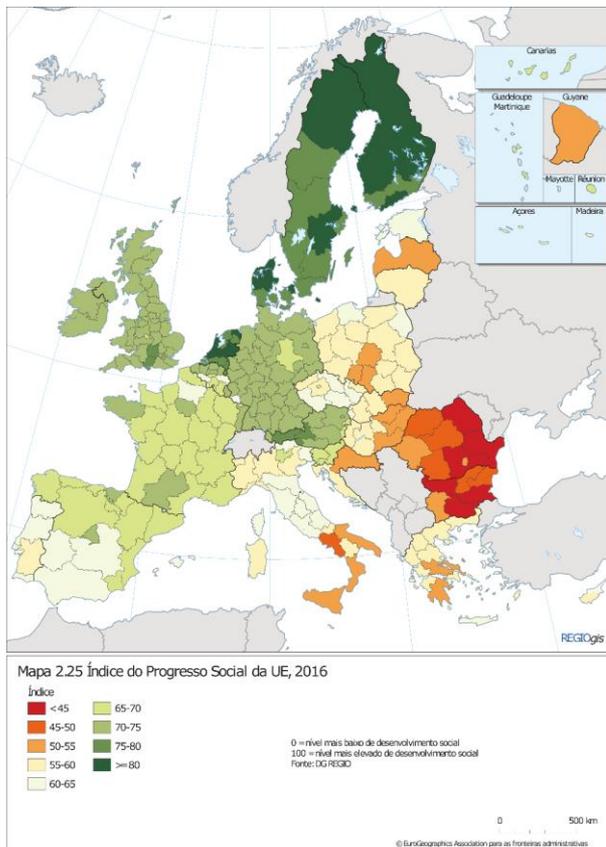


Figura 94: Índice do Progresso Social da UE (2016)

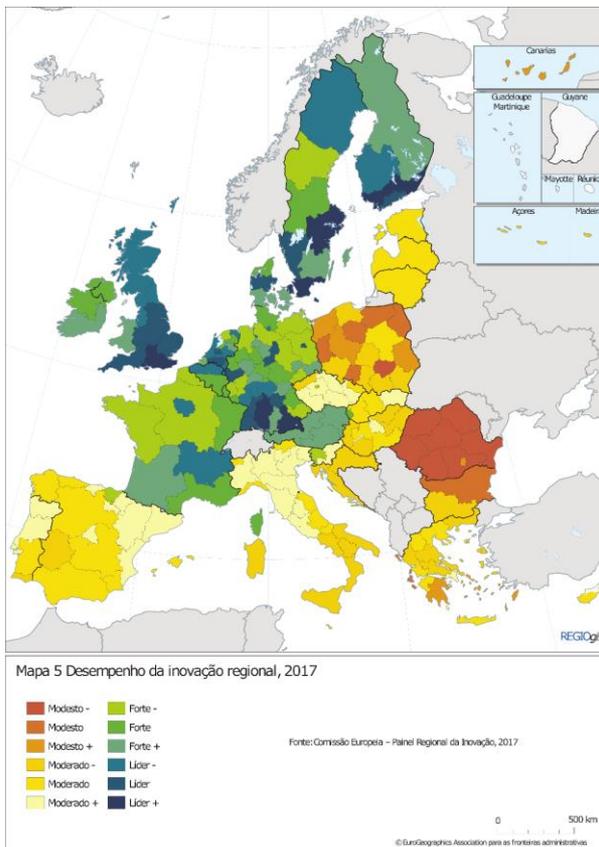


Figura 95: Desempenho da inovação regional (2017)

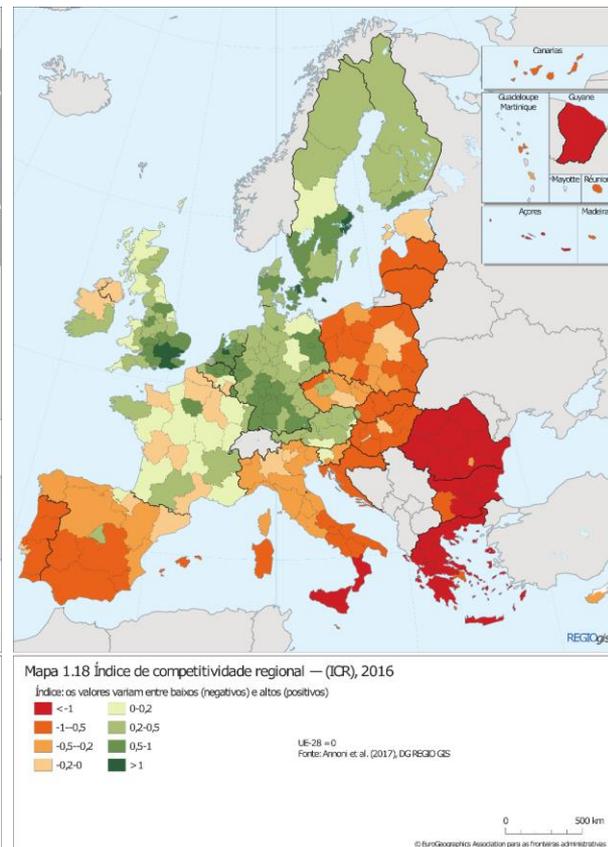
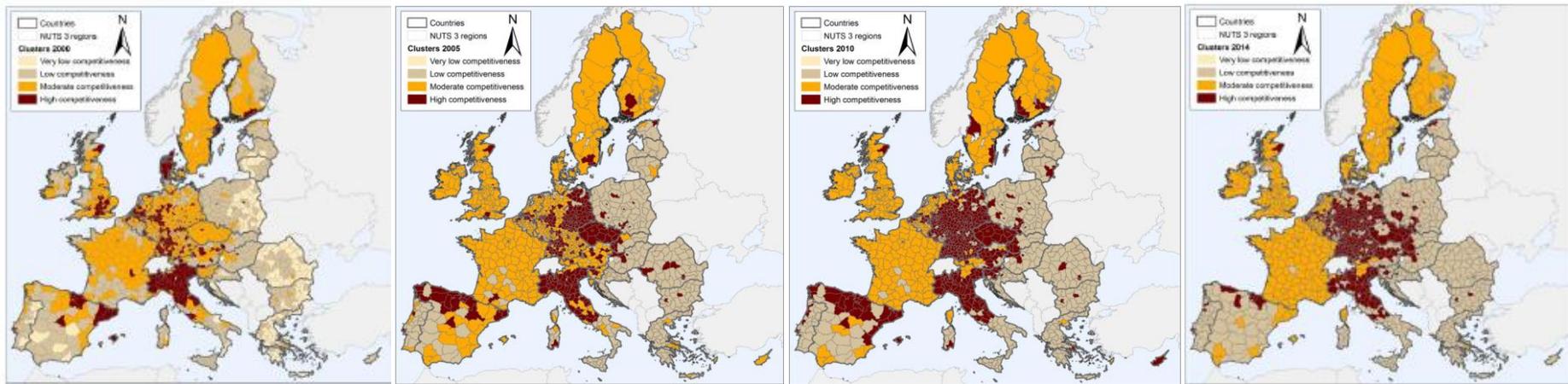


Figura 96: Índice de competitividade regional (2016)

Fonte: A Minha Região, A Minha Europa, O Nosso Futuro – Sétimo relatório sobre a coesão económica, social e territorial (2017)

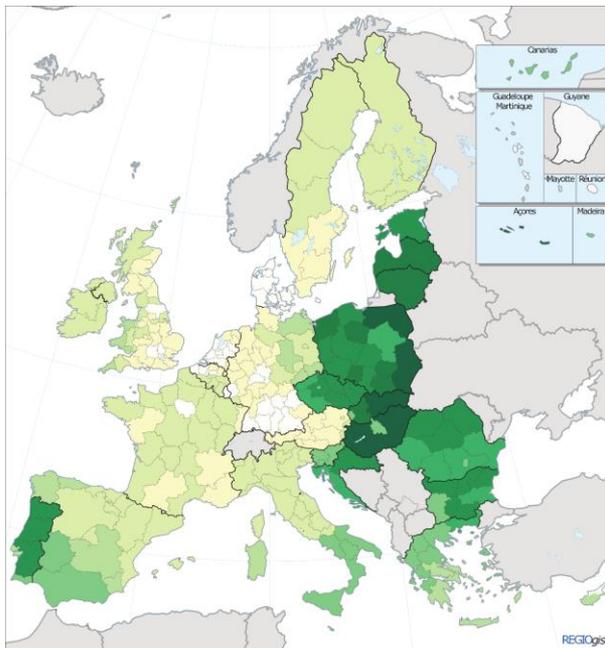
- Em **2000**, na Península Ibérica a competitividade regional era muito heterogénea, transparecendo grandes disparidades. As regiões mais competitivas eram Madrid, a Catalunha e o País Basco, Navarra e La Rioja, em Espanha, e a Área Metropolitana de Lisboa, em Portugal. No outro extremo, as regiões com baixa e muito baixa competitividade estavam claramente presentes nas regiões de fronteira. As regiões de competitividade moderada dominavam territorialmente.
- No período **2000-2005**, houve uma tendência geral de desenvolvimento. Todas as regiões com uma competitividade muito baixa conseguiram progredir para a categoria de baixa competitividade e, por conseguinte, a classe de competitividade muito baixa desapareceu do mapa, provando que o processo de convergência foi bem conseguido. Além disso, o norte de Espanha, incluindo algumas regiões de fronteira, ganharam claramente competitividade.
- Entre **2005 e 2010**, a tendência ascendente travou na Península, salvo em algumas regiões do litoral português e espanhol que conseguiram demonstrar alguma vitalidade e desenvolvimento, pois os primeiros sinais da crise começaram a ser visíveis. Assim, várias regiões perderam competitividade. Nas regiões de fronteira, os níveis de competitividade permaneceram consideravelmente baixos, sobretudo quando comparados com os territórios da Europa Central.
- De **2010 para 2014**, os impactos da crise são notórios pois houve uma desaceleração económica, muito visível em Espanha e Portugal. Não houve casos de convergência de regiões moderadamente competitivas para regiões altamente competitivas.



Figuras 97, 98, 99 e 100: Níveis de competitividade das regiões europeias, por NUT III (2000, 2006, 2010 e 2014)

Fonte: European Territorial Trends - Facts and Prospects for Cities and Regions (2017)

Nota: a explicação metodológica segue em anexo (página 125)



Mapa 6.1 Impacto dos programas da política de coesão 2014-2020 no PIB, 2023

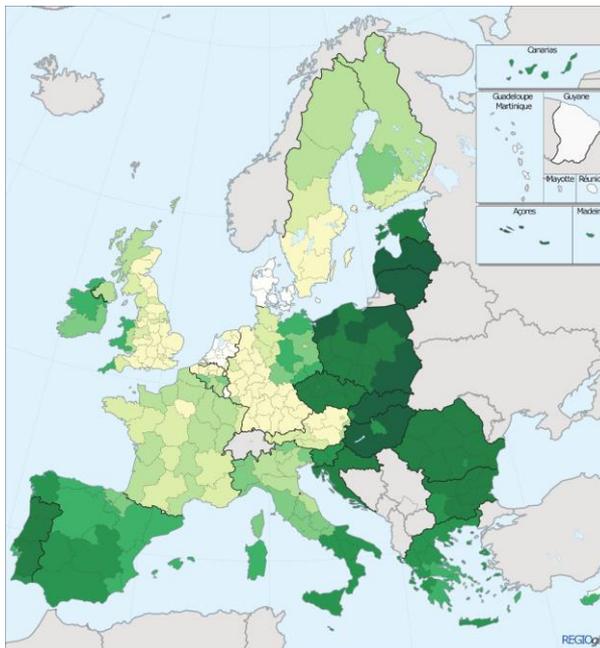
%acima da base de referência

<0,05	2-3
0,05-0,1	3-4
0,1-0,5	4-5
0,5-1	>5
1-2	

Fonte: RHOMOLO

0 500 km

© EuroGeographics Association para as fronteiras administrativas



Mapa 6.2 Impacto dos programas da política de coesão 2014-2020 no PIB, 2030

%acima da base de referência

<0,10	0,50-1
0,10-0,15	1-2
0,15-0,20	2-4
0,20-0,30	>4
0,30-0,50	

Fonte: RHOMOLO

0 500 km

© EuroGeographics Association para as fronteiras administrativas

Figuras 101 e 102: Impacto dos programas da política de coesão 2014-2020 (2023-2030)

Fonte: A Minha Região, A Minha Europa, O Nosso Futuro – Sétimo relatório sobre a coesão económica, social e territorial (2017)

Desempenho Regional, Governança e Desafios

QUALIDADE DA GOVERNANÇA

- **A qualidade da governança e a confiança nas instâncias governativas são essenciais para o bom funcionamento da sociedade e para a garantia dos níveis de bem-estar, confiança e coesão social.** Atualmente são exigidos governos mais responsáveis e transparentes, promovendo uma maior interação entre as organizações e um maior envolvimento dos cidadãos nos processos de governação e decisão. A maior abertura do poder governativo e a implementação de processos de governança mais transparentes permitirá melhorar os serviços prestados, reduzir a ocorrência de fraudes, corrupção e má administração e reforçar a confiança e participação dos cidadãos.
- Contudo, quando verificamos a avaliação relativa à **eficácia da governação em Portugal e Espanha** verificamos que os níveis são idênticos ou inferiores a 1996, o que tem influência direta no nível de confiança dos cidadãos nas instituições, pois os dois países apresentam níveis inferiores em 2015 comparativamente a 1996. Uma vez que **a eficácia da governação tem fortes implicações na satisfação dos cidadãos com a sua vida**, torna-se fundamental melhorar a qualidade da governação nos dois países e aproximar as instâncias governativas dos cidadãos (figuras 103 e 104).
- A análise regional permite-nos verificar que os **territórios de fronteira** situam-se, uma vez mais, entre as **piores situações a nível europeu** no que se refere à **qualidade governamental** (sobretudo nas regiões da Andaluzia, Galiza, Castela e Leão e no Algarve), sendo que a qualidade da governação e das organizações públicas continua a representar um dos principais obstáculos ao desenvolvimento das regiões com taxas de crescimento continuamente baixas (figura 105). A persistência de baixos resultados nestas regiões faz antever que as melhorias nos níveis de governação podem demorar algum tempo, sendo para isso necessários esforços de todos os níveis de administração e uma maior participação e envolvimento dos cidadãos e das organizações em geral.
- As fragilidades da governação e das organizações públicas estão também patentes nas situações de má administração do dinheiro público e nas situações de fraude e de corrupção. De acordo com os dados da OCDE, tanto em Portugal como em Espanha, **os níveis de perceção de corrupção por parte dos cidadãos são bastante elevados**, assumindo uma configuração geográfica bastante homogénea por todo o território da Península. Em 2014, Portugal atingiu os 81,3% (sendo que a região pior classificada era o Alentejo, com 86%) e Espanha atingiu os 71,4% (onde o País Basco era claramente a região mais preocupante com 79,9%) (figura 106).
- A falta de transparência e de parcialidade do poder governativo e dos organismos públicos têm, como referido anteriormente, um forte impacto nos níveis de participação dos cidadãos, sobretudo no que se relaciona com os atos eleitorais. A situação de crise económica e os sucessivos casos noticiados de incumprimento dos estados português e espanhol têm contribuído para **níveis de participação eleitoral muito abaixo do desejado** (figura 107). A situação portuguesa é pior que a espanhola.



Figura 103: Eficácia da governação (1996 e 2015)



Figura 104: Confiança dos cidadãos nas instituições (1996 e 2015)

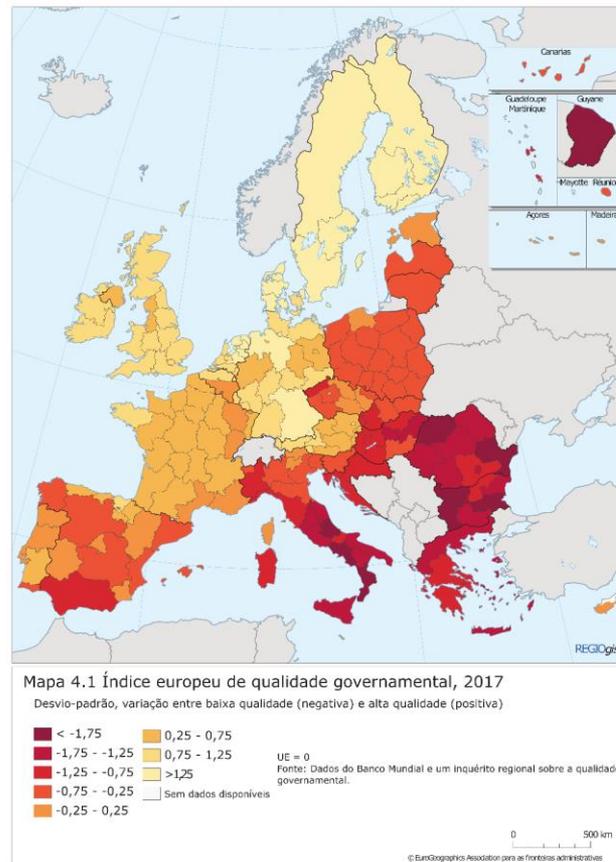


Figura 105: Índice europeu de qualidade governamental (2017)

Fonte: A Minha Região, A Minha Europa, O Nosso Futuro – Sétimo relatório sobre a coesão económica, social e territorial (2017)

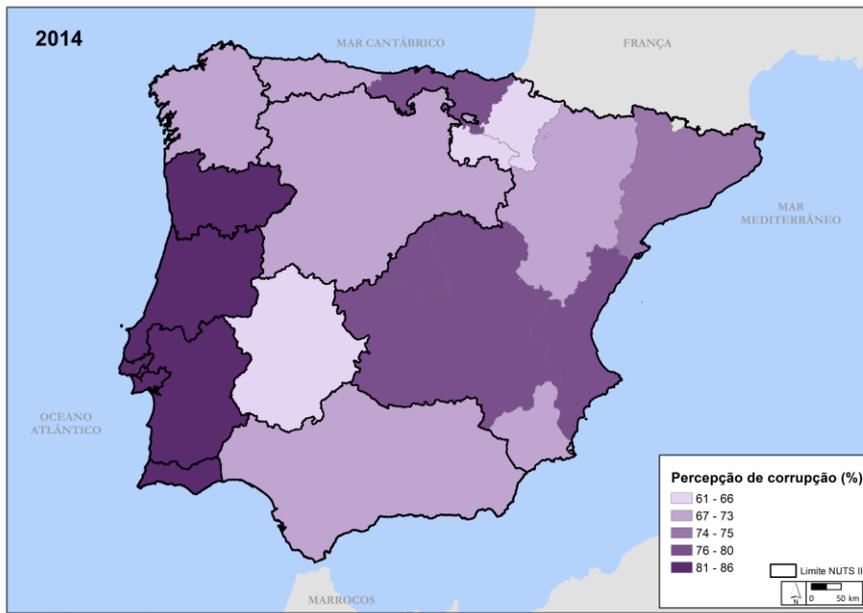


Figura 106: Percepção do nível de corrupção, por NUT II, na Península Ibérica (2014)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: OCDE, Regional Well-Being (2014)

Nota: A tabela de dados segue em anexo (Tabela 6)

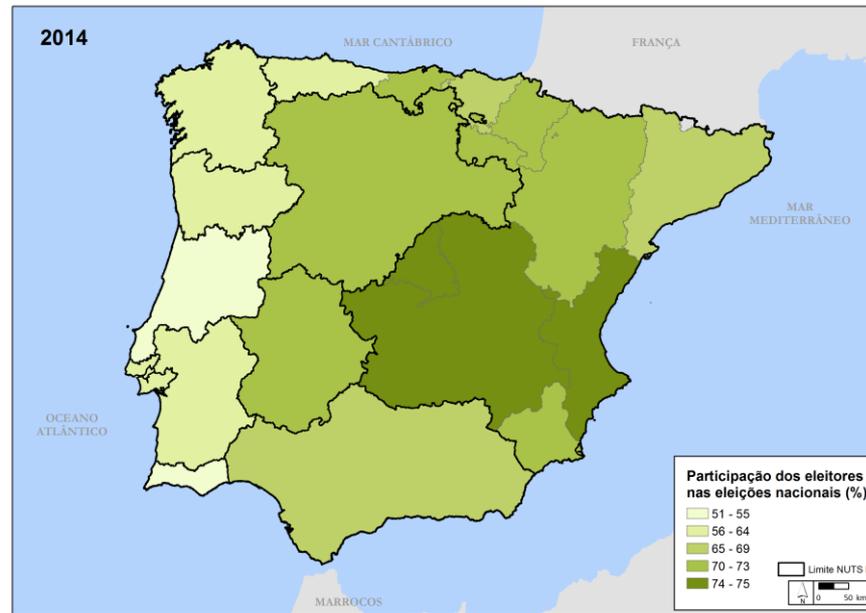


Figura 107: Participação dos eleitores nas eleições nacionais (%), por NUT II, na Península Ibérica (2014)

Fonte: Elaboração própria; fonte dos dados: OCDE, Regional Well-Being (2014)

Nota: A tabela de dados segue em anexo (Tabela 6)

Desempenho Regional, Governança e Desafios



DESAFIOS

- Não existem soluções simples para resolver os **défices regionais no plano da produtividade e da inclusão**, pois não é fácil criar as condições que permitam às regiões melhorar a sua produtividade e criar mais empregos e de melhor qualidade. É **preciso promover políticas de desenvolvimento regional que procurem favorecer a produtividade e o crescimento de todas as regiões, privilegiando os investimentos estratégicos** face aos subsídios.
- Os investimentos que favorecem a difusão de inovação e as boas práticas vão criar possibilidades de progresso regional. Assim, **o reforço das vantagens concorrenciais dos territórios deve assentar em investimentos integrados, serviços locais adaptados e numa forte participação**. Uma boa governança joga um papel importante na produtividade. Bons dispositivos de governança para a gestão de investimentos públicos podem contribuir para diminuir os desequilíbrios territoriais. Em Portugal é fundamental reforçar a desconcentração e a descentralização e aumentar a capacidade da administração infranacional.
- Face aos desafios que se traçam para o futuro das atividades económicas e dos mercados de trabalho, reconhece-se uma **crescente necessidade de serem implementadas estratégias de cooperação e inovação económica e social**. Em conjunto, as economias transfronteiriças podem reforçar a sua importância geoeconómica, afirmar os potenciais locais e desenvolver estratégias mais eficazes de crescimento, de afirmação internacional e de captação de investimento estrangeiro.

Desempenho Regional, Governança e Desafios

As tendências atuais dos territórios de fronteira tenderão a afirmar-se no futuro:

AS DENSIDADES
POPULACIONAIS MAIS
BAIXAS DA PENÍNSULA
IBÉRICA

A POPULAÇÃO
RESIDENTE MAIS
ENVELHECIDA

FRAGILIDADES NO
MERCADO DE TRABALHO
E NA CAPACIDADE DE
CRIAÇÃO DE
RIQUEZA

MENORES NÍVEIS DE
ACESSO A
EQUIPAMENTOS E
SERVIÇOS BÁSICOS

TÊM IMPORTANTES REFLEXOS NO NÍVEL DE QUALIDADE DE VIDA DOS CIDADÃOS E, CONSEQUENTEMENTE, NA SUA PERCEÇÃO DE JUSTIÇA SOCIAL E COESÃO TERRITORIAL.

Desempenho Regional, Governança e Desafios

DESAFIOS

- Em termos de **exposição aos riscos da globalização e das mudanças tecnológicas**, as regiões de fronteira enfrentam igualmente grandes desafios, sobretudo quando comparadas com outras do contexto europeu, sendo a Galiza uma das regiões mais afetadas por fatores considerados de risco (figura 108).
- As políticas públicas para a coesão territorial visam combater as disparidades regionais existentes, no entanto é crucial reforçar as abordagens mais integradas e especificadas para os territórios de fronteira. Dada a fraca articulação territorial nos espaços transfronteiriços é importante **intensificar a infraestruturação e o desenvolvimento de plataformas de interface** de modo a potenciar os diferentes locais, garantindo igualdade de oportunidades e acesso ao emprego e aos serviços básicos, e aumentando a atratividade destes territórios (novos residentes, atividades e visitantes).
- **Atrair e criar novas oportunidades para as população residentes nos espaços de fronteira** dependerá, em muito, por um lado, da criação de condições para estes territórios atraírem investimento e atividades e, por outro lado, da sua capacidade para valorizar economicamente os recursos únicos e inimitáveis que estes territórios têm. A capacidade de atração de visitantes é também determinante para aumentar os níveis de produção transacionável, nesse sentido, é importante revitalizar as economias de consumo ou residenciais.

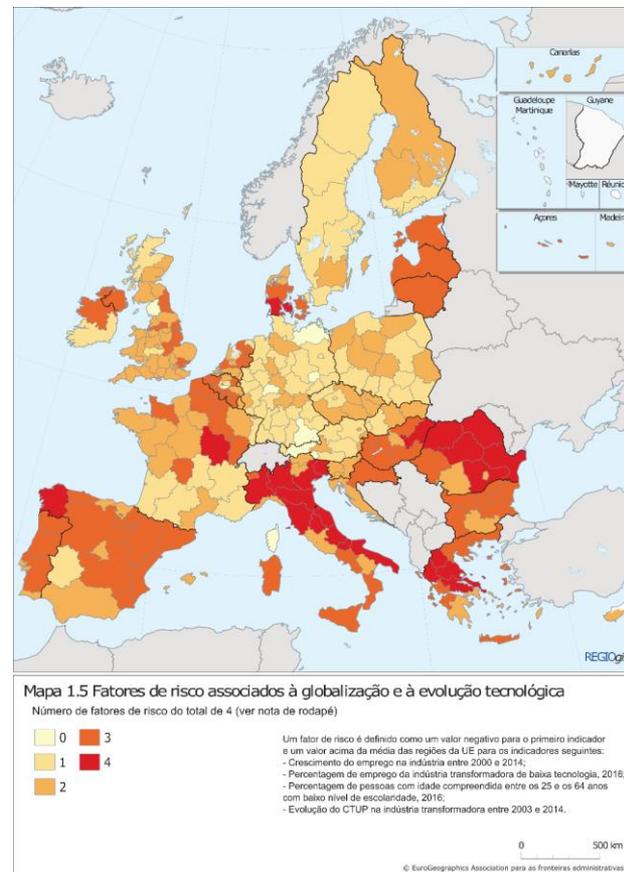


Figura 108: Fatores de riscos associados à globalização e à evolução tecnológica

Fonte: A Minha Região, A Minha Europa, O Nosso Futuro – Sétimo relatório sobre a coesão económica, social e territorial (2017)

Desempenho Regional, Governança e Desafios



DESAFIOS

- Atrair e criar novas oportunidades para as população residentes nos espaços de fronteira dependerá, em muito, por um lado, da criação de condições para estes territórios atraírem investimento e atividades e, por outro lado, da sua capacidade para valorizar economicamente os recursos únicos e inimitáveis que estes territórios encerram. A capacidade de atração de visitantes é também determinante para aumentar os níveis de produção transacionável, nesse sentido, é fundamental revitalizar as economias de consumo ou residenciais.
- Em todos os casos, a **qualidade de vida oferecida por estes territórios é determinante**, devendo para tanto ser levados em **consideração os novos estilos de vida que privilegiam o contacto com a natureza, a alimentação saudável, o exercício físico**. Para isso é fundamental melhorar a conciliação do trabalho com a vida familiar, melhorando a prestação de serviços de transporte ao nível das regiões e garantindo uma melhor provisão de serviços de Interesse geral diários.
- O nível local das políticas públicas de desenvolvimento são normalmente negligenciadas. É fundamental refletir as políticas de desenvolvimento regional, urbano e rural, tendo em **vista implementar investimentos públicos mais territorializados, adaptados às necessidades dos diferentes tipos de regiões e cidades, no plano da economia e do bem-estar**.
- Reconhece-se que a **cooperação luso-espanhola transfronteiriça é fundamental para o seu desenvolvimento**. Nesse sentido, é crucial fomentar parcerias e iniciativas conjuntas a diferentes níveis e tendo em vista o estímulo à construção de uma maior coesão social e económica transfronteiriça. **As regiões de fronteira podem incentivar ainda mais os seus espaços de partilha e comunhão de interesses**. Fortalecer as relação entre estes territórios poderá aproximar as estruturas económicas e sociais e **dar respostas mais eficazes às alterações demográficas, económicas e tecnológicas que se adivinham**.

Face aos desafios que se traçam para o futuro dos territórios de fronteira da Península Ibérica reconhece-se que:

A cooperação luso-espanhola transfronteiriça é fundamental para o desenvolvimento destas áreas.



De modo a desencadear **respostas mais eficazes às alterações demográficas, económicas e tecnológicas** que se adivinham.
Como são exemplo:

- **Atrair e fixar população (novos residentes e visitantes)** que dependerá da criação de condições para a atração de investimento e atividades, e da sua capacidade para valorizar economicamente os seus recursos;
- **Implementar estratégias de cooperação e inovação económica**, afirmando os potenciais locais;
- **Intensificar a infraestruturização e a capacidade de articulação territorial** de modo a valorizar os diferentes territórios, garantindo igualdade de oportunidades e acesso ao emprego e a equipamentos e serviços básicos.

A consulta às entidades parceiras e instituições relevantes



I. Objetivos da Consulta e caracterização da amostra

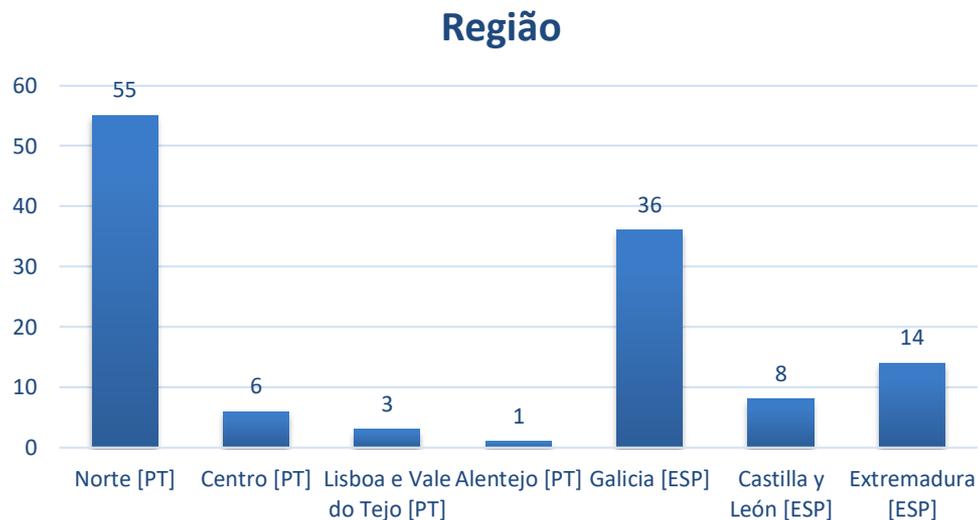
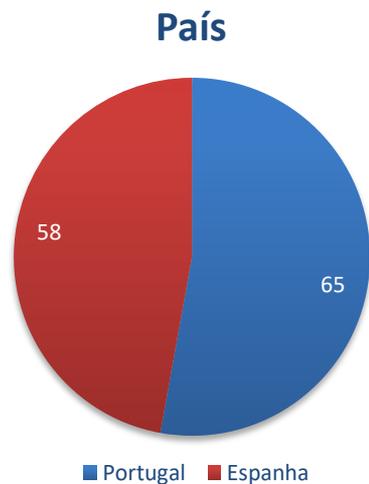
- Tendo em vista a concretização da tarefa **T3.2 – Contributo para a conceção de medidas de política** do Estudo, e dado que se entendeu que a apresentação de um tal contributo beneficiaria amplamente da participação ativa das entidades parceiras, procedeu-se à conceção e operacionalização de uma **Consulta**, aberta à rede de contactos institucionais dos parceiros, **sobre possíveis medidas de política direcionadas para a conciliação do trabalho com a vida privada e a promoção da igualdade de oportunidades, suscetíveis de favorecer a demografia e a fixação de populações nas áreas de fronteira**.
- Esta Consulta foi promovida durante o mês de **janeiro de 2018**, tendo assentado na disponibilização *online* de um questionário a preencher por representantes das entidades parceiras e de outras instituições relevantes sediadas nas regiões fronteiriças consideradas no Estudo (ver guião em Anexo). A elaboração do instrumento de recolha das opiniões e posicionamentos destas instituições foi informada, por um lado, pela leitura dos resultados do trabalho de caracterização e análise da evolução da demografia e do mercado de trabalho nas regiões estudadas e, por outro lado, pela **consideração das mais recentes diretrizes e propostas da Comissão Europeia sobre esta matéria**.
- Relativamente a este último ponto, vale a pena recordar que **a Comissão Europeia apresentou em abril de 2017 uma proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa precisamente à temática da conciliação entre a vida profissional e a vida familiar dos progenitores e cuidadores**. A apresentação desta proposta de Diretiva culminou um percurso de trabalho iniciado em 2015, cujo propósito passou por conferir um novo impulso às políticas europeias promovidas neste âmbito, melhorando direitos existentes e introduzindo novos direitos, tanto para as mulheres como para os homens, visando, deste modo, a igualdade de tratamento e de oportunidades no mercado de trabalho atual e a promoção da não discriminação e da igualdade de género.

I. Objetivos da Consulta e caracterização da amostra

- O percurso prévio à apresentação desta proposta de Diretiva pela Comissão Europeia – cuja configuração pretende corresponder aos desafios da materialização dos princípios do **Pilar Europeu dos Direitos Sociais**, proclamado pelos dirigentes da UE em novembro de 2017 na Cimeira Social para o Emprego Justo e o Crescimento realizada em Gotemburgo – incluiu, para além de outros trabalhos relevantes, a realização de uma consulta pública alargada, em que a Consulta promovida no âmbito do presente Estudo se inspirou e com cujos objetivos e estrutura se articula.
- Pretendia-se com este exercício envolver um conjunto adicional de agentes institucionais relevantes na reflexão e debate públicos sobre esta temática, abrindo, ao mesmo tempo, uma oportunidade de produção de uma **análise contextualizada** da mesma, isto é, focando atenções na realidade específica das áreas de fronteira de Portugal e Espanha e implicando na discussão as instituições e organizações que direta e diariamente lidam com os desafios da evolução demográfica e do mercado de trabalho nestas regiões.
- Às entidades participantes na Consulta solicitou-se opinião e posicionamento sobre quatro tópicos principais: i) Medidas de política direcionadas para a conciliação do trabalho com a vida privada e a promoção da igualdade de oportunidades a contemplar e promover prioritariamente; ii) Instrumentos de atuação considerados mais eficazes; iii) Estratégias e medidas adotadas pelas organizações respondentes neste âmbito; e iv) Propostas de medidas e iniciativas especialmente ajustadas ao favorecimento da situação demográfica e da fixação de populações nas áreas de fronteira. Da leitura e análise destas últimas, resultaram **importantes contributos para o exercício reflexivo de conceção de medidas de política** cujos resultados aparecem sintetizados mais à frente neste Relatório.

I. Objetivos da Consulta e caracterização da amostra

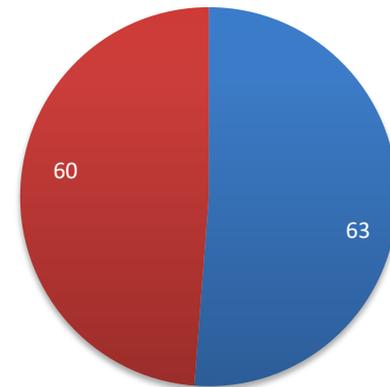
- Constituída a base de dados e feita a eliminação de redundâncias e a verificação geral da respetiva coerência, procedeu-se à validação de 123 respostas, correspondentes ao posicionamento de outras tantas entidades participantes na Consulta (**N = 123**). A distribuição da amostra por localização das entidades respondentes revela uma **representação relativamente equilibrada dos dois países**, com ligeira sobre-representação das entidades sediadas em Portugal (65 respostas, contra 58 respostas de entidades sediadas em Espanha, correspondendo, respetivamente, a 52,8% e 47,8% do total amostral).



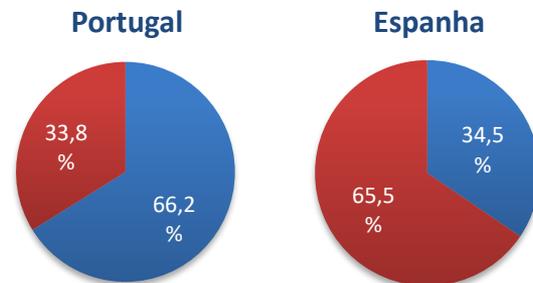
I. Objetivos da Consulta e caracterização da amostra

- A distribuição regional da amostra revela uma **concentração significativa de entidades respondentes sediadas no Norte de Portugal e na região espanhola da Galiza** (55 e 37 entidades, correspondendo a 44,7% e 29,3% do total das entidades participantes e a 84,6% e 62,1% das entidades participantes de cada um dos países). A amostra inclui ainda representantes das regiões de Castilla y León (8) e Extremadura (14), no caso espanhol, e um número residual de representantes de outras regiões portuguesas (6 do Centro, 3 de Lisboa e Vale do Tejo e 1 do Alentejo).
- A caracterização da amostra por **natureza da organização (pública ou privada) releva também um relativo equilíbrio**, tendo sido possível recolher respostas de 63 organismos, entidades e serviços públicos (51,2% do total) e de 60 entidades do setor privado, com ou sem fins lucrativos (48,8% do total). Este equilíbrio geral decorre da circunstância de a sobre-representação de entidades públicas observada no caso português (66,2% do subconjunto amostral) ser compensada pela sobre-representação de entidades do setor privado no caso espanhol (65,5%).

Natureza da Organização

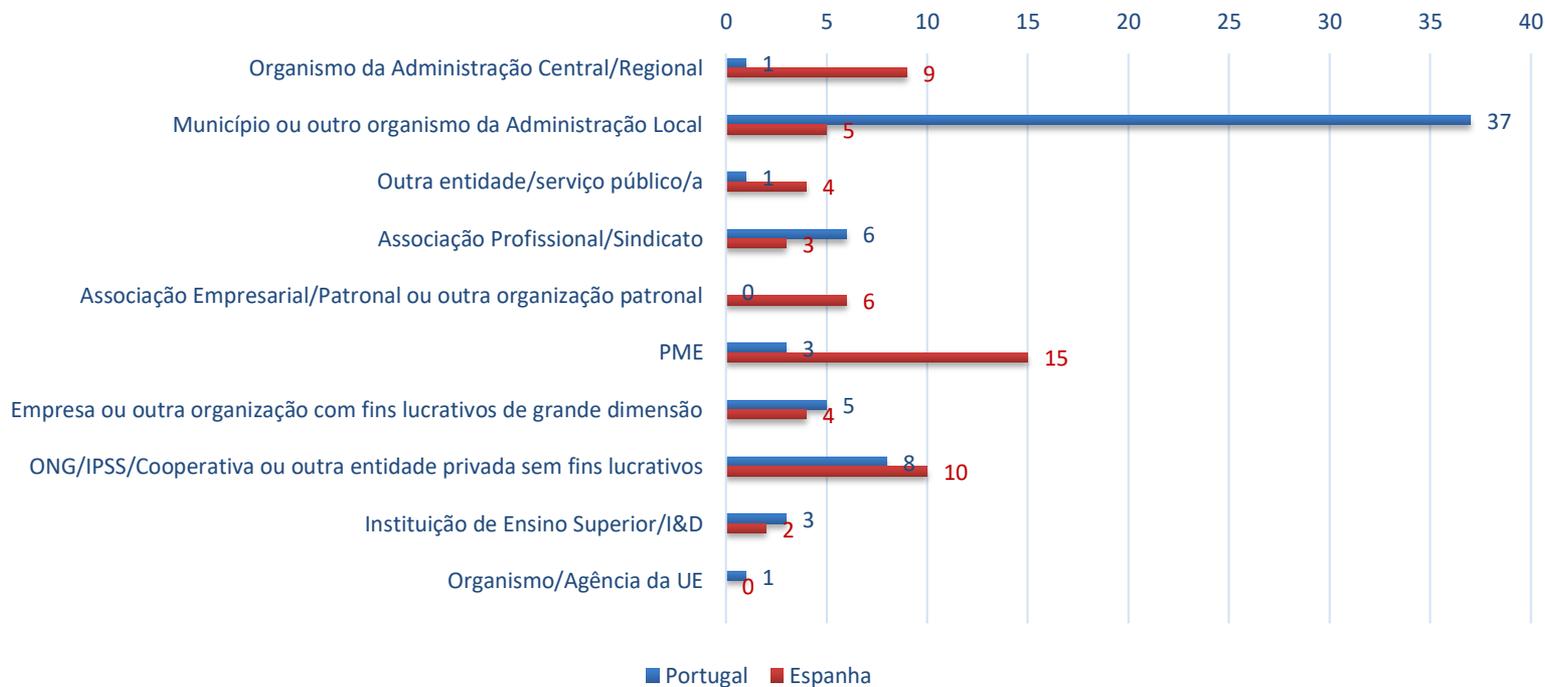


- Organismos, entidades e serviços públicos
- Empresas, associações e outras entidades privadas



I. Objetivos da Consulta e caracterização da amostra

Tipo de Organização (por país)



I. Objetivos da Consulta e caracterização da amostra

- Uma leitura mais fina do tipo de organização implicado na resposta a esta Consulta revela a **presença no conjunto amostral de entidades de perfil muito diversificado, quer de cariz público, quer de cariz privado**, merecendo destaque, no subconjunto das entidades respondentes sediadas em Portugal, a relevância das respostas protagonizadas por municípios (37 respostas, correspondendo a 86,0% das respostas de entidades públicas e a 56,9% do total de respostas obtidas para o caso português). No subconjunto das entidades respondentes sediadas em Espanha, releva o peso das respostas de pequenas e médias empresas, de ONG, associações e outras entidades privadas sem fins lucrativos e de empresas de grande dimensão (correspondendo as respetivas respostas, no conjunto, a metade das respostas obtidas para o caso espanhol). A significativa diferenciação interna da amostra por país-sede da entidade respondente foi tida em consideração na análise dos dados obtidos, tal como a leitura de alguns dos principais resultados da Consulta seguidamente evidenciará.
- Não obstante a diversidade geral da amostra e a significativa diferenciação do perfil dominante das entidades respondentes em cada um dos países, as respostas obtidas evidenciam uma **concordância praticamente unânime com a afirmação segundo a qual persiste a necessidade de conceber e implementar medidas adicionais de promoção do equilíbrio entre vida profissional e vida privada e de fomento da igualdade de oportunidades** (122 das 123 entidades respondentes concordaram com este princípio).

II. Principais resultados

- Para possibilitar a auscultação da opinião das entidades respondentes sobre possíveis medidas de política direcionadas para a conciliação do trabalho com a vida privada e a promoção da igualdade de oportunidades, permitindo por essa via a especificação da sua posição de concordância unânime acerca da necessidade de reforçar a atuação neste âmbito, a Consulta solicitou aos representantes das instituições participantes que identificassem o nível de prioridade de diversos tipos de medidas e iniciativas, de cariz legislativo e não legislativo. Tratava-se, neste primeiro exercício, de testar e validar junto das entidades respondentes uma **hierarquia de medidas a considerar prioritariamente**.
- Dos tipos de medidas e iniciativas apresentados – treze no total (ver questionário em anexo) –, um conjunto de sete foi identificado por uma maioria de entidades respondentes como devendo assumir “prioridade máxima”. Merecedoras de especial destaque são aqui as medidas orientadas para a **“Melhoria das oportunidades/incentivos aos pais e cuidadores de dependentes para assumirem responsabilidades de cuidado e modalidades de equilíbrio entre vida profissional e vida familiar (como licenças e regimes de trabalho flexíveis)”**, definidas por quase dois terços das entidades respondentes (64,2%) como devendo assumir prioridade máxima. Também o “Reforço de medidas de apoio a pessoas com familiares doentes/com incapacidades”, a “Redução do custo dos serviços” e a “Melhoria da acessibilidade a serviços de cuidados formais a dependentes”, a “Redução do custo dos serviços” e a “Melhoria da acessibilidade a serviços de apoio e cuidado a crianças” e a “Introdução de incentivos fiscais ou outros para empresas com tratamento favorável de pessoas com crianças ou familiares dependentes a seu cargo” foram identificadas pela maioria das entidades respondentes como devendo configurar “prioridade máxima” das políticas públicas.

II. Principais resultados

Medidas de política maioritariamente entendidas como de “prioridade máxima”

	Prioridade máxima (% de indicações)	Respostas PT	Respostas ESP
Melhoria das oportunidades/ incentivos aos pais e cuidadores de dependentes para assumirem responsabilidades de cuidado e modalidades de equilíbrio entre vida profissional e vida familiar (como licenças e regimes de trabalho flexíveis)	64,2	61,5%	67,2%
Reforço de medidas de apoio a pessoas com familiares doentes/com incapacidades (ex.: apoios financeiros; serviços de apoio)	58,5	60,0%	56,9%
Redução do custo dos serviços de cuidados formais a dependentes	56,9	46,2%	69,0%
Melhoria da acessibilidade dos serviços de cuidados formais a dependentes e outros, incluindo serviços de apoio domiciliário/comunitários	53,7	43,1%	65,5%
Melhoria da acessibilidade dos serviços de apoio e cuidado de crianças (ex.: mais lugares)	52,0	46,2%	58,6%
Redução do custo dos serviços de apoio e cuidado de crianças	52,0	50,8%	53,4%
Introdução de incentivos fiscais ou outros para empresas com tratamento favorável de pessoas com crianças ou familiares dependentes a seu cargo, incluindo crianças menores de 12 anos	51,2	47,7%	55,2%

II. Principais resultados

- A definição deste conjunto de sete medidas de política como medidas de máxima prioridade foi apresentada com especial ênfase pelas entidades sediadas nas regiões de fronteira do lado espanhol. Para mais de dois terços das entidades respondentes sediadas em Espanha revestem-se de máxima prioridade as medidas visando a melhoria das oportunidades/incentivos aos pais e cuidadores de dependentes para assumirem responsabilidades de cuidado e modalidades de equilíbrio entre vida profissional e vida familiar, bem como as medidas orientadas para a redução dos custos e a melhoria da acessibilidade aos serviços de cuidados formais a dependentes, o que sugere uma **especial preocupação com os complexos desafios inerentes ao cuidado com pessoas idosas e outras pessoas dependentes que cada vez mais impendem sobre as famílias e os respetivos membros em idade ativa**. Esta preocupação está também patente no posicionamento das entidades respondentes sediadas em Portugal, ainda que, neste caso, a prioridade máxima seja atribuída maioritariamente ao desenvolvimento de oportunidades, incentivos e medidas de apoio direto às pessoas e famílias que têm a seu cargo dependentes e familiares com doenças ou incapacidades.
- Como se verificará mais à frente, o tipo de medidas que de forma mais representativa foi definido como sendo de “prioridade máxima” (“Melhoria das oportunidades/ incentivos aos pais e cuidadores de dependentes para assumirem responsabilidades de cuidado e modalidades de equilíbrio entre vida profissional e vida familiar (como licenças e regimes de trabalho flexíveis)”) é aquele que tem gerado maior número de iniciativas de mudança organizacional e outra por parte das entidades representadas na Consulta.

II. Principais resultados

Instrumentos de atuação considerados de maior eficácia

	Instrumentos muito eficazes (% de indicações)	Respostas PT	Respostas ESP
Reforço do financiamento a medidas já existentes	50,4	47,7%	53,4%
Programas de simplificação de procedimentos das administrações públicas para a solicitação de apoios	50,4	46,2%	55,2%
Alterações legislativas	42,3	43,1%	41,4%

- A Consulta solicitava também às entidades participantes que se posicionassem quanto à eficácia de alguns mecanismos e instrumentos indispensáveis à operacionalização e concretização das medidas de política a realizar prioritariamente. De um conjunto de nove instrumentos propostos (ver listagem completa no questionário em anexo), três foram considerados especialmente eficazes: o **“Reforço do financiamento a medidas já existentes”**; o **desenvolvimento de “Programas de simplificação de procedimentos das administrações públicas para acesso a apoios”**; e a **introdução de “Alterações legislativas”** foram considerados **“eficazes”** ou **“muito eficazes”** por mais de 85% das entidades respondentes, verificando-se nos dois primeiros casos a existência de uma maioria de respostas definindo como **“muito eficazes”** os instrumentos em causa. Este posicionamento – especialmente sublinhado no caso das entidades sediadas em Espanha – realça a **importância conferida à dimensão de robustez financeira das medidas**, considerada decisiva para a sua eficácia.

II. Principais resultados

- Às entidades participantes na Consulta foi ainda solicitada a identificação de até três medidas ou iniciativas adotadas no respetivo seio organizacional destinadas a favorecer a conciliação do trabalho com a vida privada e familiar e a fomentar a igualdade de oportunidades e de género. Das 123 entidades participantes, apenas 85 (69,1%) identificaram pelo menos uma medida ou iniciativa adotada com estas finalidades. Dessas, a maioria – 66 (três quartos das entidades que responderam a esta questão e mais de metade do total de entidades participantes na Consulta) – identificou a adoção de medidas relacionadas com a **redução e/ou flexibilização de horários e modos de organização do tempo de trabalho**. Esta parece ser a frente de mudança da gestão e práticas organizacionais que, neste âmbito, mais atenções tem concentrado.
- A promoção de **licenças, apoios financeiros e outras formas de apoio monetário ou não monetário a trabalhadores/as com filhos pequenos a cargo** é um tipo de medida contemplado por um número igualmente não despidendo de entidades respondentes: 26 (praticamente uma em cada três das entidades que responderam a esta questão e uma em cada cinco do conjunto das entidades participantes na Consulta).
- Medidas de outro tipo – como licenças e apoios financeiros e outros a trabalhadores/as com pessoas dependentes a cargo; estabelecimento de licenças iguais para homens e mulheres ou de apoios para homens cuidadores de crianças ou pessoas dependentes; desenvolvimento de programas e apoios para acolhimento, guarda e ocupação de crianças, designadamente em períodos extraescolares; criação ou apoio à criação de Planos de Igualdade; introdução do teletrabalho/trabalho à distância; medidas de discriminação positiva, designadamente de mulheres, na contratação e mobilidade na carreira; etc. – surgem também mencionadas nas respostas a esta questão, mas assumindo expressão reduzida ou mesmo residual.

II. Principais resultados

- As organizações respondentes que indicam possuir formas de organização interna e práticas favorecedoras da conciliação do trabalho com a vida privada e da igualdade de oportunidades **localizam-se com mais frequência em Espanha**, o que contribui para explicar a maior incidência que nesta Consulta tais práticas observam em **organizações de cariz privado** (como anteriormente indicado, as organizações de cariz privado encontram-se sobre-representadas no subconjunto amostral referente ao caso espanhol e sub-representadas no subconjunto amostral referente ao caso português). Ao estudar o setor de atividade das entidades que afirmam adotar medidas relativas a redução e/ou flexibilização de horários e modos de organização do tempo de trabalho – o tipo de medida mais comum posto em prática pelas entidades respondentes – verifica-se que elas são aplicadas em 60% das entidades do setor privado participantes na Consulta, número que desce para 47,6% no caso das entidades respondentes do setor público.
- O subconjunto amostral composto por entidades sediadas em Portugal apresenta um quadro de menor presença relativa de organizações com formas de organização interna e práticas favorecedoras da conciliação do trabalho com a vida privada e igualmente uma **menor diversidade das várias medidas e práticas disponíveis**, com concentração dos avanços já concretizados essencialmente na área da **redução e/ou flexibilização de horários** (e menor incidência de medidas de outro tipo, como, por exemplo, o teletrabalho e o trabalho à distância, que é desenvolvido por 20% das entidades respondentes sediadas em Espanha e apenas por 3% das entidades respondentes sediadas em Portugal).

II. Principais resultados

Medidas adotadas pelas entidades respondentes para favorecer a conciliação do trabalho com a vida privada e a igualdade de oportunidades

	N.º de Entidades que adotaram a medida	% do Total
Redução/flexibilização de horários/da organização do tempo de trabalho	66	53,7
Licenças, apoios financeiros e outros apoios a trabalhadores/as com filhos	26	21,1
Licenças, apoios financeiros e outros apoios a trabalhadores/as com pessoas dependentes a cargo	1	0,8
Introdução de apoios para homens cuidadores de crianças ou pessoas dependentes/Licenças iguais para homens e mulheres	1	0,8
Programas e apoios para acolhimento, guarda e ocupação de crianças, designadamente em períodos extraescolares	10	8,1
Programas e ações de formação/sensibilização para trabalhadores/as e outros públicos	10	8,1
Criação de Planos de Igualdade/Incentivos à criação de Planos de Igualdade, prémios a boas práticas, etc.	3	2,4
Discriminação positiva de um dos géneros, designadamente das mulheres, na contratação e mobilidade na carreira	8	6,5
Introdução do teletrabalho/trabalho à distância	13	10,6
Criação de serviços de apoio/Alargamento de horários dos serviços de apoio	6	4,9
Outras medidas	9	7,3

II. Principais resultados

Medidas adotadas pelas entidades respondentes para favorecer a conciliação do trabalho com a vida privada e a igualdade de oportunidades (principais medidas adotadas, por setor de atividade da organização e por país-sede da entidade respondente)

	N.º de Entidades que adotaram a medida	% do Total
Redução/flexibilização de horários/da organização do tempo de trabalho	66	53,7
Licenças, apoios financeiros e outros apoios a trabalhadores/as com filhos	26	21,1
Introdução do teletrabalho/trabalho à distância	13	10,6

	Setor Público (% do Total do Subgrupo)	Setor Privado (% do Total do Subgrupo)
<i>Redução/flexibilização de horários/da organização do tempo de trabalho</i>	47,6	60,0
<i>Licenças, apoios financeiros e outros apoios a trabalhadores/as com filhos</i>	19,0	23,3
<i>Introdução do teletrabalho/trabalho à distância</i>	4,8	16,7
	Respostas PT (% do Total do Subgrupo)	Respostas ESP (% do Total do Subgrupo)
<i>Redução/flexibilização de horários/da organização do tempo de trabalho</i>	44,6	63,8
<i>Licenças, apoios financeiros e outros apoios a trabalhadores/as com filhos</i>	15,4	27,6
<i>Introdução do teletrabalho/trabalho à distância</i>	3,1	19,0

Contributo para a conceção das medidas de política



PROPOSTAS.

Considerando os resultados da leitura que pôde ser feita das implicações da evolução demográfica no mercado de trabalho transfronteiriço, bem como da leitura que neste Relatório é feita de diversos outros fatores e, muito em especial, dos principais elementos decorrentes da análise dos dados obtidos através da Consulta a entidades parceiras e instituições relevantes sobre possíveis medidas de política direcionadas para a conciliação do trabalho com a vida privada e a promoção da igualdade de oportunidades, orientadas especificamente para a realidade das áreas de fronteira e suscetíveis de nelas favorecer a demografia e a fixação de populações, avançam-se os seguintes **contributos e propostas para a conceção de medidas de política**. Face à dimensão e complexidade dos desafios demográficos, económicos e do emprego observáveis nos territórios estudados, entende-se que **a adoção e desenvolvimento de instrumentos e medidas como as que estes contributos e propostas sugerem é adequada e aconselhável, implicando, todavia, necessariamente, a consideração de outras medidas e iniciativas e a conceção e concretização de estratégias amplas e integradas de atuação**.

As propostas de medidas aqui apresentadas são de cariz legislativo e não legislativo e dividem-se em cinco grandes áreas:

- i) Apoio e incentivo à assunção de formas de promoção de igualdade de género e de igualdade de oportunidades, bem como de responsabilidade social, por parte de empresas e outras organizações empregadoras;
- ii) Informação, sensibilização e capacitação para o emprego de qualidade, a igualdade de género e a igualdade de oportunidades;
- iii) Infraestruturas, equipamentos e serviços de apoio à promoção do emprego de qualidade;
- iv) Apoio às organizações prestadoras de cuidados e à qualificação e inovação das respetivas práticas;
- v) Apoios e incentivos às pessoas e às famílias.

PROPOSTAS.

Apoio e incentivo à assunção de formas de promoção de igualdade de género e de igualdade de oportunidades e de responsabilidade social por parte de empresas e outras organizações empregadoras

- Majoração dos apoios concedidos no âmbito dos sistemas de incentivos ao investimento nas áreas consideradas, sempre que a avaliação dos projetos verifique a previsão de mecanismos de garantia da promoção de emprego de qualidade, designadamente em matéria de conciliação do trabalho com a vida privada e de promoção da igualdade de oportunidades (Planos de Igualdade, flexibilidade na organização dos tempos de trabalho, serviços de apoio, etc.).
- Majoração especial dos custos com responsabilidade social empresarial, em sede fiscal, nos territórios implicados.
- Concessão de apoios para a aquisição de serviços de assessoria, acompanhamento e certificação de Planos de Igualdade a criar nas empresas e outras entidades empregadoras.
- Majoração especial dos incentivos existentes à contratação de trabalhadores/as jovens nas regiões de fronteira.
- Concessão e promoção de programa-piloto de responsabilidade social das organizações do setor público, favorecendo o emprego público de qualidade e a atração de funcionários qualificados para territórios de baixa densidade e/ou áreas de fronteira, tendo em conta a possibilidade de descentralização de organismos e serviços.

PROPOSTAS.

- Introdução/Reforço de incentivos específicos à contratação de trabalhadores, designadamente mulheres, que se encontrem em situação de desemprego ou inatividade decorrente de maternidade, cuidado de crianças ou outros dependentes, violência doméstica, etc.

Informação, sensibilização e capacitação para o emprego de qualidade, a igualdade de género e a igualdade de oportunidades

- Desenvolvimento de campanhas de sensibilização e de programas de formação para a cidadania e a igualdade de género, com especial enfoque nas empresas e outras entidades empregadoras.
- Desenvolvimento de programas de formação em línguas e de formas de promoção do bilinguismo, dirigidos, em especial, aos públicos mais jovens.
- Criação de programas transfronteiriços de capacitação e apoio ao empreendedorismo, designadamente empreendedorismo social, e à criação do próprio emprego, em particular feminino.

PROPOSTAS.

Infraestruturas, equipamentos e serviços de apoio à promoção do emprego de qualidade

- Criação de centros de serviços partilhados e de *cowork*, de âmbito transfronteiriço, para apoio à criação do próprio emprego e desenvolvimento do teletrabalho/trabalho à distância.
- Reforço das infraestruturas de telecomunicações e melhoria das condições das redes de fornecimento de serviços *web*, de modo a melhorar a acessibilidade digital e a reduzir custos em territórios de baixa densidade e/ou áreas de fronteira.
- Elaboração de estudos para apreciação e definição de soluções, adaptadas aos territórios transfronteiriços de baixa densidade, em matéria de transportes e acessibilidades capazes de corresponder às particularidades das áreas consideradas (transporte a pedido; transportes partilhados; novas soluções de transporte individual; fiscalidade especial, incluindo “fiscalidade verde”, na aquisição e utilização de transporte individual; etc.).
- Estabelecimento de programas de partilha de serviços públicos e de utilização de equipamentos em áreas de fronteira.

PROPOSTAS.

Apoio às organizações prestadoras de cuidados e à qualificação e inovação das respetivas práticas

- Promoção de apoios financeiros específicos a ONG, IPSS e outras organizações que promovam serviços de apoio e cuidado a crianças e cuidados formais a pessoas idosas e pessoas dependentes, permitindo a adoção de soluções socialmente inovadoras, a melhoria da acessibilidade e a redução de custos.
- Desenvolvimento de programa de apoio à criação e aprofundamento da ação e da cooperação entre Universidades Seniores (com âmbito transfronteiriço).
- Promoção de soluções para apoio à vida independente das pessoas idosas, designadamente através do lançamento de procedimentos de contratação conjuntos transfronteiriços para aquisição de serviços integrados e interoperáveis (teleassistência; cuidados domiciliários; serviços de transporte; formação e empoderamento dos utilizadores finais).

PROPOSTAS.

Apoios e incentivos às pessoas e às famílias

- Criação de subsídios e outras formas de apoio para regresso e fixação de familiares de pessoas idosas e dependentes que assumam funções permanentes de cuidado, permitindo a manutenção da pessoa cuidada no seu contexto doméstico e de vida.
- Introdução de apoios especiais e outras vantagens, designadamente em matéria fiscal, para reabilitação de imóveis, arrendamento ou aquisição de casa própria por jovens, etc., favorecendo o acesso à habitação a custos acessíveis nestes territórios.
- Criação de programa específico de estímulo à instalação de jovens empresários/criação de empresas em áreas de negócio “sustentável” (novos produtos agrícolas, incluindo produtos da agricultura biológica; turismo; serviços de apoio às empresas, etc.).
- Desenvolvimento de programa de promoção da inovação e da excelência educativa em territórios de baixa densidade e/ou áreas de fronteira.

ANEXO I

Tabelas de dados e nota metodológica

TABELA 1

NUTS ID	NUTS	POPULAÇÃO RESIDENTE						DENSIDADE POPULACIONAL PONDERADA		CONCENTRAÇÃO DE NO2		
		Nº	Nº	Nº	% na P. Ibérica	% na P. Ibérica	Variação %	Variação %	Hab/ha	Hab/ha	µg/m3	µg/ m3
		2000	2015	2030	2015	2030	2000-2015	2015-2030	2015	2030	2015	2030
ES431	Badajoz	653233	688205	676186	1,3	1,3	5,1	-1,7	87,0	58,0	9.2	9.8
ES432	Cáceres	404044	406241	384456	0,8	0,7	0,5	-5,4	62,7	38,1	8.8	7.8
ES615	Huelva	455130	521451	528656	1,0	1,0	12,7	1,4	104,3	60,1	10.9	10.6
ES113	Ourense	340099	318919	278984	0,6	0,5	-6,6	-12,5	49,0	23,0	9.7	7.4
ES114	Pontevedra	896886	947049	894111	1,7	1,7	5,3	-5,6	74,8	36,5	11.6	11.3
ES415	Salamanca	347518	342284	305533	0,6	0,6	-1,5	-10,7	109,0	62,0	8.7	8.2
ES419	Zamora	201545	184597	155783	0,3	0,3	-9,2	-15,6	62,9	33,8	8.8	8.2
PT187	Alentejo Central	173387	160295	139857	0,3	0,3	-8,2	-12,8	27,1	19,4	10.0	8.1
PT150	Algarve	385298	443064	455963	0,8	0,9	13,0	2,9	39,1	30,4	11.3	9.9
PT186	Alto Alentejo	127534	112438	96635	0,2	0,2	-13,4	-14,1	26,5	21,1	9.5	8.2
PT111	Alto Minho	248414	237776	211575	0,4	0,4	-4,5	-11,0	13,8	11,0	10.4	9.3
PT11B	Alto Tâmega	102150	89840	73621	0,2	0,1	-13,7	-18,1	11,1	9,6	8.5	7.2
PT184	Baixo Alentejo	135437	122277	109375	0,2	0,2	-10,8	-10,6	28,7	23,6	10.4	8.5
PT16H	Beira Baixa	93827	84667	72957	0,2	0,1	-10,8	-13,8	24,1	15,6	8.9	9.6
PT16J	Beiras e Serra da Estrela	258634	223213	182404	0,4	0,4	-15,9	-18,3	14,6	10,0	8.4	8.8
PT112	Cavado	386867	406982	390158	0,8	0,8	4,9	-4,1	32,2	23,3	12.9	15.5
PT11D	Douro	221314	196456	165936	0,4	0,3	-12,7	-15,5	18,1	15,4	9.1	8.4
PT11E	Terras de Trás-os-Montes	128338	112028	91090	0,2	0,2	-14,6	-18,7	17,2	12,8	8.6	8.0
	NUT III Transfronteiriças	5559655	5597782	5213280	10,34	10,11	0,7	-6,9				
	Portugal	9765441	9860810	9281160	18,21	17,99	1,0	-5,9	46,9	39,5	10.5	9.7
	Espanha	38370910	44275968	42295171	81,79	82,01	13,3	-4,5	151,9	102,9	9.5	8.8
	Península Ibérica	48136351	54136778	51576331	100,00	100,00	11,1	-4,7				

Fonte dos dados: Knowledge Centre for Territorial Policies (2017); Cálculos próprios

TABELA 2

POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPO ETÁRIO													
NUT ID	NUT	Nº	Nº	Nº	% na NUT	% na NUT	% na NUT	Nº	Nº	Nº	% na NUT	% na NUT	% na NUT
		0-19 anos	20-64 anos	65 e mais anos	0-19 anos	20-64 anos	65 e mais anos	0-19 anos	20-64 anos	65 e mais anos	0-19 anos	20-64 anos	65 e mais anos
		2015	2015	2015	2015	2015	2015	2030	2030	2030	2030	2030	2030
ES431	Badajoz	138 459	422 358	127 388	20,1	61,4	18,5	116 496	396 659	163 031	17,2	58,7	24,1
ES432	Cáceres	72 800	245 515	87 926	17,9	60,4	21,6	61 421	218 185	104 850	16,0	56,8	27,3
ES615	Huelva	111 782	328 232	81 437	21,4	62,9	15,6	97 412	318 330	112 914	18,4	60,2	21,4
ES113	Ourense	42 275	180 159	96 485	13,3	56,5	30,3	36 325	148 679	93 980	13,0	53,3	33,7
ES114	Pontevedra	165 178	583 728	198 143	17,4	61,6	20,9	126 920	518 100	249 091	14,2	57,9	27,9
ES415	Salamanca	55 162	200 885	86 237	16,1	58,7	25,2	43 601	165 398	96 534	14,3	54,1	31,6
ES419	Zamora	25 262	104 918	54 417	13,7	56,8	29,5	20 655	80 198	54 930	13,3	51,5	35,3
PT183	Alentejo Central	28 451	92 304	39 687	17,7	57,5	24,7	21 867	77 278	40 907	15,6	55,2	29,2
PT150	Algarve	89 742	262 050	91 272	20,3	59,1	20,6	79 720	262 919	113 324	17,5	57,7	24,9
PT182	Alto Alentejo	19 215	63 116	29 960	17,1	56,2	26,7	14 975	52 329	29 136	15,5	54,3	30,2
PT118	Alto Trás-os-Montes	29 470	109 887	55 253	15,1	56,5	28,4	20 694	81 338	55 815	13,1	51,5	35,4
PT184	Baixo Alentejo	22 105	70 373	29 799	18,1	57,6	24,4	17 514	60 237	31 624	16,0	55,1	28,9
PT168	Beira Interior Norte	14 991	55 390	27 933	15,2	56,3	28,4	10 086	41 255	28 166	12,7	51,9	35,4
PT169	Beira Interior Sul	11 278	40 012	20 097	15,8	56,0	28,2	8 672	33 427	19 681	14,0	54,1	31,9
PT112	Cávado	85 910	258 621	62 451	21,1	63,5	15,3	62 070	233 437	94 651	15,9	59,8	24,3
PT16A	Cova da Beira	13 488	48 312	21 619	16,2	57,9	25,9	8 776	36 241	24 131	12,7	52,4	34,9
PT117	Douro	34 463	116 617	46 234	17,5	59,1	23,4	23 075	91 236	52 547	13,8	54,7	31,5
PT111	Minho-Lima	41 659	140 099	56 018	17,5	58,9	23,6	30 857	118 227	62 491	14,6	55,9	29,5
PT167	Serra da Estrela	6 035	23 475	11 970	14,5	56,6	28,9	4 233	16 872	12 644	12,5	50,0	37,5
	NUT III Transfronteiriças	1 007 725	3 346 051	1 224 326	18,1	60,0	21,9	805 369	2 950 345	1 440 447	15,5	56,8	27,7
	Portugal	1 917 595	5 916 105	2 027 110	19,4	60,0	20,6	1 506 592	5 276 177	2 498 391	16,2	56,8	26,9
	Espanha	8 796 908	27 237 883	8 241 177	19,9	61,5	18,6	7 235 392	24 434 700	10 625 079	17,1	57,8	25,1
	Península Ibérica	10 714 503	33 153 988	10 268 287	19,79	61,24	18,97	8 741 984	29 710 877	13 123 470	16,9	57,6	25,4

Fonte dos dados: Knowledge Centre for Territorial Policies (2017); Cálculos próprios

TABELA 3

		POPULAÇÃO EMPREGADA							PIB					PIB PER CAPITA	
NUTS ID	NUTS	Nº	Nº	Nº	% na P. Ibérica	% na P. Ibérica	Variação %	Nº (milhões)	Nº (milhões)	% na P. Ibérica	% na P. Ibérica	Variação %	€/hab. (milhares)	€/hab. (milhares)	
		2000	2015	2030	2015	2030	2015-2030	2015	2030	2015	2030	2015-2030	2015	2030	
ES431	Badajoz	215100	209413	209874	1,01	0,94	0,2	12076	19652	0,9	0,9	62,7	17,55	29,06	
ES432	Cáceres	120000	123701	127678	0,59	0,57	3,2	6950	10390	0,5	0,5	49,5	17,11	27,03	
ES615	Huelva	145300	157196	167708	0,76	0,75	6,7	10039	15452	0,8	0,7	53,9	19,25	29,23	
ES113	Ourense	112300	106968	100323	0,51	0,45	-6,2	6874	10169	0,5	0,5	47,9	21,55	36,45	
ES114	Pontevedra	344700	325736	336526	1,56	1,51	3,3	20877	33271	1,6	1,6	59,4	22,04	37,21	
ES415	Salamanca	124000	108744	100881	0,52	0,45	-7,2	7135	10512	0,5	0,5	47,3	20,85	34,4	
ES419	Zamora	62000	61419	58302	0,30	0,26	-5,1	4114	6300	0,3	0,3	53,1	22,29	40,44	
PT187	Alentejo Central	72727	55494	51659	0,27	0,23	-6,9	2603	3560	0,2	0,2	36,8	16,24	25,45	
PT150	Algarve	182800	172880	179094	0,83	0,80	3,6	8809	13631	0,7	0,7	54,7	19,88	29,9	
PT186	Alto Alentejo	48673	37211	35211	0,18	0,16	-5,4	1746	2430	0,1	0,1	39,2	15,52	25,14	
PT111	Alto Minho	109300	86080	80163	0,41	0,36	-6,9	3475	5480	0,3	0,3	57,7	14,61	25,9	
PT11B	Alto Tamega	48367	38866	35774	0,19	0,16	-8,0	1360	2247	0,1	0,1	65,2	15,13	30,53	
PT184	Baixo Alentejo	44900	39596	38167	0,19	0,17	-3,6	2647	5542	0,2	0,3	109,4	21,65	50,67	
PT16H	Beira Baixa	51198	47906	46629	0,23	0,21	-2,7	1509	2380	0,1	0,1	57,7	17,83	32,62	
PT16J	Beiras e Serra da Estrela	136400	103202	94097	0,50	0,42	-8,8	3057	4621	0,2	0,2	51,2	13,69	25,33	
PT112	Cavado	186900	163002	156350	0,78	0,70	-4,1	6462	10023	0,5	0,5	55,1	15,88	25,69	
PT11D	Douro	94476	78985	71889	0,38	0,32	-9,0	2817	4522	0,2	0,2	60,5	14,34	27,25	
PT11E	Terras de Trás-os-Montes	60862	48933	45063	0,24	0,20	-7,9	1720	2849	0,1	0,1	65,6	15,36	31,28	
	NUT III Transfronteiriças	2160003	1965332	1935388	9,44	8,66	-1,5	104270	163031	8,0	7,8	56,4	18,63	31,27	
	Portugal	4807501	4032710	3946694	19,37	17,66	-2,1	196507	299682	15,0	14,4	52,5	19,93	32,29	
	Espanha	15756300	16781408	18398651	80,63	82,34	9,6	1113839	1778505	85,0	85,6	59,7	25,16	42,05	
	Península Ibérica	20563801	20814118	22345345	100,00	100,00	7,4	1310346	2078187	100	100	58,6	24,20	40,29	

Fonte dos dados: Knowledge Centre for Territorial Policies (2017); Cálculos próprios

TABELA 4

		ÍNDICE DE EFICIÊNCIA DA REDE VIÁRIA		ACESSIBILIDADE POTENCIAL		ACESSO AOS SERVIÇOS REGIONAIS	ACESSO AOS SERVIÇOS LOCAIS
		Índice	Índice	Nº de Pessoas	Nº de Pessoas	Km	Km
NUTS ID	NUTS	2015	2030	2015	2030	2015	2015
ES431	Badajoz	1,9	1,9	11413600	11917300	64,2	8
ES432	Cáceres	1,9	1,8	12152900	12855300	107,9	11,5
ES615	Huelva	1,9	1,8	11676100	12071400	30,8	5
ES113	Ourense	1,8	1,7	13182100	13594400	31,5	7,9
ES114	Pontevedra	1,7	1,6	16197200	16388400	28,7	3,1
ES415	Salamanca	1,8	1,7	13822800	15355100	27,8	10,1
ES419	Zamora	1,7	1,6	14424200	15620900	73,7	16,4
PT187	Alentejo Central	1,8	1,7	12660900	12822500	32,3	10,1
PT150	Algarve	1,7	1,6	10365200	10722100	46,7	4,5
PT186	Alto Alentejo	1,9	1,8	11754600	12237600	92,7	13,7
PT111	Alto Minho	1,8	1,7	16493700	16576500	47,9	4,4
PT11B	Alto Tamega	1,9	1,7	13184500	13717600	100,5	12,4
PT184	Baixo Alentejo	1,8	1,8	10296900	10402400	82,5	18,3
PT16H	Beira Baixa	1,9	1,8	11693600	12287300	121	15
PT16J	Beiras e Serra da Estrela	1,9	1,7	12624700	13903100	79,5	14
PT112	Cavado	1,8	1,7	20439000	20525700	13,4	3
PT11D	Douro	2,0	1,8	12191600	12762000	82	13,3
PT11E	Terras de Trás-os-Montes	1,9	1,8	11630700	11987900	163,9	19,8
	NUT III Transfronteiriças						
	Portugal	1,8	1,7	13959600	14373800	29,9	4,6
	Espanha	1,8	1,7	16809200	17241700	27,2	3,5
	Península Ibérica						

Fonte dos dados: Knowledge Centre for Territorial Policies (2017); Cálculos próprios

TABELA 5

		Sazonalidade do Turismo	Intensidade do Turismo	Nº de Turistas	Estação do ano mais popular para o turismo
		Coefficiente de variação do nº de turistas por mês	Quociente de localização para a intensidade do turismo	Nº médio diário de turistas/Km2	Estação do ano
NUTS ID	NUTS	2015	2015	2015	2015
ES431	Badajoz	0.26	0.392	2674	Verão
ES432	Cáceres	0.25	1.504	6053	Verão
ES615	Huelva	0.52	4.146	21630	Verão
ES113	Ourense	0.22	0.632	1987	Verão
ES114	Pontevedra	0.48	1.262	11925	Verão
ES415	Salamanca	0.28	1.351	4574	Verão
ES419	Zamora	0.34	1.124	2039	Verão
PT183	Alentejo Central	0.39	0.596	931	Verão
PT150	Algarve	0.60	12.9	57011	Verão
PT182	Alto Alentejo	0.39	1.083	1216	Verão
PT118	Alto Trás-os-Montes	0.31	3.025	3146	Verão
PT184	Baixo Alentejo	0.39	0.501	602	Verão
PT168	Beira Interior Norte	0.38	0.169	375	Verão
PT169	Beira Interior Sul	0.38	0.597	499	Verão
PT112	Cávado	0.31	0.606	2463	Verão
PT16A	Cova da Beira	0.38	0.23	509	Verão
PT117	Douro	0.31	0.594	1142	Verão
PT111	Minho-Lima	0.31	1.083	2559	Verão
PT167	Serra da Estrela	0.38	0.205	454	Verão

Fonte dos dados: Knowledge Centre for Territorial Policies (2017); Cálculos próprios

TABELA 6

NUTS ID	NUTS	Perceção da corrupção*	Autoavaliação da satisfação com a vida*	Perceção de apoio através das redes sociais*	Participação dos eleitores nas últimas eleições nacionais*	Homens com 15-64 anos com ensino superior**	Mulheres com 15-64 anos com ensino superior**	Homens com 25-64 anos em formação e educação, nas últimas 4 semanas**	Mulheres com 25-64 anos em formação e educação, nas últimas 4 semanas**
		%	Avaliação numa escala de 0-10	%	%	%	%	%	%
GEO	NUTS II	2014	2014	2014	2014	2017	2017	2017	2017
ES61	Andalucía	71.1	6.4	93.0	69.1	24.4	29.3	8.5	8.8
ES41	Castilla y León	71.2	6.3	93.5	71.2	28.2	37.1	8.4	11.2
ES43	Extremadura	60.7	6.7	95.2	72.2	22.0	26.7	8.2	10.5
ES11	Galicia	72.8	6.3	92.3	61.5	30.5	37.6	8.5	10.2
PT18	Alentejo	86.0	5.4	79.7	58.3	12.8	21.8	8.3	8.7
PT15	Algarve	85.5	5.2	83.2	51.4	15.8	24.0	7.7	9.5
PT16	Centro	85.1	5.1	86.9	55.2	15.7	25.1	9.7	9.8
PT11	Norte	84.2	5.3	85.7	57.8	14.5	22.8	8.2	8.8
	Portugal	81.3	5.3	86.3	56.9	30.6	35.8	9.2	10.6
	Espanha	71.4	6.6	93.9	69.7	17.0	26.1	9.6	10

Fonte dos dados: *OCDE (2014); **Eurostat (2017)

Nota Metodológica - Níveis de competitividade das regiões europeias (figuras 97 a 100)

A competitividade regional a curto e médio prazo é uma componente da avaliação global das tendências socioeconómicas territoriais na UE. Três características inter-relacionadas das economias locais, além dos dois indicadores abrangentes (PIB per capita e emprego total), são propostos para consideração:

- Emprego em setores de baixa produtividade, em particular - agricultura. As regiões com uma elevada percentagem de emprego na agricultura revelaram-se tipicamente mais vulneráveis e podem potencialmente ter um crescimento menor.
- Emprego em setores de maior produtividade - oposto ao parâmetro anterior e geralmente inclui o emprego na manufatura e serviços de alto nível, que são os principais impulsionadores da economia.
- Rácio de dependência jovem. Geralmente define a sustentabilidade do sistema de saúde e previdência. Uma maior dependência significa uma maior taxa de substituição de pessoas em idade ativa com jovens e, portanto, menos pressão sobre o sistema de saúde e previdência.

De todas as combinações possíveis, são definidos quatro agregados generalizados de regiões ao nível NUT III (Figura 7) de acordo com os seguintes níveis de competitividade:

- **Muito baixo** - com níveis muito baixos de PIB *per capita*, emprego total e emprego em setores produtivos, mas com emprego muito alto em setores de baixa produtividade e o rácio de dependência de jovens muito alto.
- **Baixo** - com altas taxas de emprego na agricultura e baixas participações nos setores produtivos. Essas regiões são peculiares tanto com o baixo PIB *per capita* quanto com a taxa total de emprego, mas com uma alta taxa de dependência jovem.
- **Moderado** - com altas taxas de emprego nos setores produtivos e baixas participações na agricultura. O seu PIB *per capita* e a taxa de emprego total são elevados, mas o rácio de dependência dos jovens é baixo.
- **Alto** - com PIB *per capita* muito alto, total de emprego e participação no emprego nos setores produtivos. O rácio de dependência é muito baixo, assim como o emprego na agricultura.

Competitiveness Clusters	GDP per capita	Total employment	Low productivity employment	High productivity employment	Young dependency ratio
Very low	Very low	Very low	Very high	Very low	Very high
Low	Low	Low	High	Low	High
Moderate	High	High	Low	High	Low
High	Very high	Very high	Very low	Very high	Very low

Fonte: European Territorial Trends – Facts and Prospects for Cities and Regions, pp. 14-17 (2017)

ANEXO II

Consulta às entidades parceiras e instituições relevantes – Questionário

GEMCAT

Generación de Empleo de Calidad Transfronterizo
Criação de Emprego de Qualidade Transfronterizo



Consulta a entidades parceiras e instituições relevantes sobre possíveis medidas de política direccionadas para a conciliação do trabalho com a vida privada e a promoção da igualdade de oportunidades, suscetíveis de favorecer a demografia e a fixação de populações nas áreas de fronteira

Questionário

O apoio ao desenvolvimento de políticas de emprego de qualidade é um dos alicerces da política social da União Europeia. Em coerência com o Eixo 4 do Programa de Cooperação Territorial Transfronteriza de Espanha e Portugal 2014-2020, o Projeto Criação de Emprego de Qualidade Transfronterizo (GEMCAT) tem como um dos seus principais desafios contribuir para um mercado de trabalho em harmonia com um crescimento inteligente, sustentável e integrador, que coloca a tónica na criação de emprego e na redução da pobreza.

O presente **questionário** é promovido no quadro das atividades do Eixo 3 do Projeto GEMCAT – “Crescimento Demográfico, Conciliação Responsável e Igualdade de Oportunidades” – e é parte de um processo de consulta destinado a obter junto de entidades parceiras e instituições de relevo posições e pontos de vista sobre o desenho e implementação de medidas de política capazes de promover o emprego de qualidade, através da conciliação entre vida profissional e vida privada e da promoção da igualdade de oportunidades, desse modo contribuindo para responder aos desafios do envelhecimento demográfico e para fixar população no espaço transfronterizo.

Todas as informações recolhidas através deste questionário são para uso exclusivo do Projeto GEMCAT e são consideradas confidenciais. A resposta a este questionário é de caráter voluntário e o seu preenchimento tem uma duração aproximada de 8 minutos.

Agradecemos, desde já, a sua colaboração.

As questões assinaladas com * são de resposta obrigatória.

1º País

Espanha
Portugal

2º Região

3º Concelho

4 Organização (Nome)

5* Tipo de organização

Organismo da Administração Central/Regional
Município ou outro organismo da Administração Local
Outra entidade/serviço público
Associação profissional/Sindicato

Associação empresarial/Industrial ou outra organização patronal
PME
Empresa/organização de grande dimensão
ONG
Instituição de Ensino Superior/I&D
Organismo/agência da UE
Outra: Qual? _____

6* Considera que existe necessidade de conceber e implementar medidas adicionais de promoção do equilíbrio entre vida profissional e vida privada e da igualdade de oportunidades?

Sim
Não
NS

Entre as áreas de atuação das políticas públicas que podem favorecer a conciliação do trabalho com a vida familiar, a participação das mulheres no mercado de trabalho e a resposta aos desafios do envelhecimento demográfico, incluem-se:

- Equipamentos e serviços para o cuidado das crianças;
- Serviços de acolhimento permanente e de prestação de cuidados a pessoas dependentes;
- Licenças de parentalidade, englobando homens e mulheres;
- Regimes de trabalho flexíveis, englobando trabalhadores e trabalhadoras;
- Sistemas de incentivos fiscais à participação laboral de ambos os membros do casal.

7* Considera que a lista anterior cobre todas as áreas de atuação de políticas públicas relevantes nestas matérias?

Sim
Não
Parcialmente
NS

8* Acrescentaria alguma área de atuação a esta lista?

Sim. Qual(is)? _____
Não
NS

9* Abaixo é apresentada uma lista de possíveis medidas de política. Que medidas consideraria prioritárias para favorecer a conciliação do trabalho com a vida familiar, a participação das mulheres no mercado de trabalho e a resposta aos desafios do envelhecimento demográfico?

	Prioridade máxima (máx. 3)	Prioridade média	Prioridade baixa	Nada importante	NS
Melhoria das oportunidades/incentivos aos pais e cuidadores de dependentes para					

assumirem responsabilidades de cuidado e modalidades de equilíbrio entre vida profissional e vida familiar (como licenças e regimes de trabalho flexíveis)					
Melhoria das oportunidades/incentivos para que os homens, em especial, assumam responsabilidades de cuidado e modalidades de equilíbrio entre vida profissional e vida familiar (como licenças e regimes de trabalho flexíveis)					
Reforço dos apoios ao regresso ao trabalho após licenças de maternidade/paternidade (ex.: adaptação dos locais de trabalho; informação sobre oportunidades de emprego e formação; ...)					
Melhoria da acessibilidade dos serviços de apoio e cuidado de crianças (ex.: mais lugares)					
Redução do custo dos serviços de apoio e cuidado de crianças					
Melhoria da qualidade dos serviços de apoio e cuidado de crianças					
Melhoria da acessibilidade dos serviços de cuidados formais a dependentes e outros, incluindo serviços de apoio domiciliário/comunitários					
Redução do custo dos serviços de cuidados formais a dependentes e outros					
Melhoria da qualidade dos serviços de cuidados formais a dependentes e outros					
Reforço de medidas de apoio a pessoas com familiares doentes/com incapacidades (ex.: apoios financeiros; serviços de apoio)					
Melhoria da acessibilidade a equipamentos e serviços públicos de lazer e afins (ex.: mais equipamentos junto dos principais polos de atividade; redução dos encargos com a respetiva utilização)					
Introdução de incentivos fiscais ou outros para empresas com tratamento favorável ou que introduzam tratamento					

4

favorável de pessoas com crianças ou familiares dependentes a seu cargo					
Remoção de desincentivos fiscais e outros à (re)entrada no mercado de trabalho de pessoas com crianças ou familiares dependentes a seu cargo					
Regulação/Coordenação de horários de serviços públicos e privados e de entidades comerciais e empresariais					
Outra(s) medida(s) de política:					

10* Considerando os propósitos de favorecer a conciliação do trabalho com a vida familiar, a participação das mulheres no mercado de trabalho e a resposta aos desafios do envelhecimento demográfico, que eficácia cre que teriam as seguintes iniciativas/instrumentos de atuação?

	Muito eficaz	Eficaz	Não muito eficaz	Nada eficaz	NS
Alterações legislativas					
Reforço do financiamento a medidas já existentes					
Transposição/aplicação de normas e diretivas comunitárias					
Financiamento comunitário de programas e iniciativas específicas					
Definição de metas e reforço da monitorização e acompanhamento da respetiva concretização					
Qualificação do sistema de recolha de dados e de divulgação pública de resultados					
Programas de simplificação de procedimentos das administrações públicas para a solicitação de apoios					
Programas de informação e sensibilização					
Partilha e difusão de boas práticas					
Outro(s):					

5

--	--	--	--	--	--

11 Identifique até três medidas/iniciativas que a sua organização tenha adotado para favorecer a conciliação do trabalho com a vida privada e a igualdade de oportunidades.

12* Identifique até três medidas/iniciativas que considere poderem incidir positivamente na demografia e na fixação de pessoas no espaço transfronteiriço, por via da criação de emprego de qualidade, designadamente em matéria de equilíbrio entre vida profissional e vida privada e igualdade de oportunidades.

13 Caso tenha alguma sugestão ou comentário adicional, por favor utilize a caixa abaixo.

Obrigado pela sua participação!

6

ANEXO III

Boas prácticas identificadas
nas regiões que integram a
parceria

Boas práticas – JUNTA DE CASTELA E LEÃO

ORGANIZAÇÃO	DESIGNAÇÃO DAS PRÁTICAS	BREVE DESCRIÇÃO	LINK PARA MAIS INFO
Consejería de Fomento Junta de Castilla y León	Transporte publico requisitado em zonas rurais de baixa densidade populacional	É um serviço público para pessoas que vivem em territórios com baixa densidade populacional. É "on demand" porque deve ser feito com pré-aviso para usar o serviço para adaptar a rota e incluir uma paragem no ponto em que foi solicitada.	http://www.istas.net/descargas/Transporte%20a%20la%20demanda.pdf
Consejería de Empleo Consejería de Familia Junta de Castilla y León	Acordo de Diálogo Social em matéria de Conciliação e Igualdade	A Junta promoverá, em colaboração com os agentes sociais e económicos mais representativos de Castela e Leão, que as empresas que desenvolvem atividades na área da Comunidade Autónoma adotem medidas destinadas a facilitar a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional do seu pessoal.	https://dialogosocial.jcyl.es/web/jcyl/DialogoSocial/es/Plantilla100Detalle/1284192819287/1284192819287/1284784217998/Comunicacion
ADE FINANCIA Junta de Castilla y León	Maior bonificação e condições nas linhas de crédito para as PME, empresários e trabalhadores independentes nas zonas rurais.	Programa de financiamento resultante da colaboração entre a ICE e a Iberaval voltado para empresas que desenvolvem sua atividade em áreas rurais, oferecendo empréstimos de € 6.000 a € 150.000	https://empresas.jcyl.es/web/jcyl/Empresas/es/Plantilla100/1284716350023/_/_/_
Consejería de la Presidencia. Junta de Castilla y León	Ajuda para deslocamento e despesas de primeira instalação, de castelhanos e leoneses de origem que desejam regressar.	Pedido de ajuda para facilitar o regresso e a integração dos regressados na Comunidade até 2018. O pedido destes apoios destina-se àqueles que regressaram recentemente à Comunidade ou que pretendiam fazê-lo em 2018.	https://comunicacion.jcyl.es/web/jcyl/Comunicacion/es/Plantilla100Detalle/1281372057130/_/_/1284799601489/Comunicacion

Boas práticas - GALIZA

ORGANIZAÇÃO	DESIGNAÇÃO DAS PRÁTICAS	BREVE DESCRIÇÃO	LINK PARA MAIS INFO
SECRETARÍA XERAL DA IGUALDADE XUNTA DE GALICIA VICEPRESIDENCIA E C.PRESIDENCIA, ADMÓNS. PÚB. E XUSTIZA .	Aprovação do Plano Galego de conciliação e Coresponsabilidade 2018-2021	<p>O Plano é partilhado por toda a Administração Geral da Comunidade Autónoma da Galiza e pelo setor público autónomo. Tem um orçamento de quase 850 milhões de euros.</p> <p>Estrutura: 5 áreas estratégicas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Gerando consciência e conhecimento, 2. Coeducação para uma sociedade responsável 3. Articulando uma nova cultura dos tempos 4. Reforçar o compromisso das organizações com uma conciliação responsável, e 5. Reforçar os recursos de apoio "), <p>5 objetivos estratégicos e 100 medidas de ação</p>	http://igualdade.xunta.gal/gl/programas/plan-galego-de-conciliacion-e-corresponsabilidade
SECRETARÍA XERAL DA IGUALDADE XUNTA DE GALICIA VICEPRESIDENCIA E C.PRESIDENCIA, ADMÓNS. PÚB. E XUSTIZA .	Projeto de elaboração de guias sobre a coeducação e sobre conciliação e responsabilidade	<p>Guia com orientações e exemplos para alcançar a coeducação, dirigida a centros educativos da Galiza</p> <p>Guia para as empresas sobre conciliação e responsabilidade</p>	

Boas práticas - GALIZA

ORGANIZAÇÃO	DESIGNAÇÃO	BREVE DESCRIÇÃO	LINK PARA MAIS INFO
SECRETARÍA XERAL DA IGUALDADE XUNTA DE GALICIA VICEPRESIDENCIA E CONSELLERÍA DE PRESIDENCIA, ADMINISTRACIÓNS PÚBLICAS E XUSTIZA	Programa de promoção da conciliação da vida pessoal, profissional e familiar (Subsídios a Entidades Locais da Comunidade Autónoma da Galiza). (chamada anual)	Subsídios a municípios e grupos de municípios para a implementação de atividades de conciliação que facilitem o cuidado, a aprendizagem e o lazer de crianças menores e que possibilitem uma melhoria laboral, profissional e pessoal para mães e pais. As principais atividades que estão a ser realizadas são: acampamentos de verão, programas de madrugadores (antes do início do dia escolar) e atividades de apoio e reforço educacional.	http://igualdade.xunta.gal/gl/axudas/subvencions-entidades-locais-para-promocion-da-igualdade-ano-2018
SECRETARÍA XERAL DA IGUALDADE XUNTA DE GALICIA VICEPRESIDENCIA E C.PRESIDENCIA, ADMÓNS. PÚB. E XUSTIZA.	Programa de ajudas à conciliação da vida familiar e laboral, através da redução da jornada de trabalho, como medida de incentivo à conciliação e corresponsabilidade (convocatória anual)	Apoios a pais ou a mulheres de famílias monoparentais para apoiar a redução da jornada de trabalho para o cuidado de crianças menores de 3 anos e, assim, favorecer a conciliação e, sobretudo, aumentar a corresponsabilidade dos homens no cuidado às crianças menores. Os apoios, de convocatória anual, variam entre 1.700 e 3.700 euros, dependendo da percentagem de redução da jornada de trabalho e do número de crianças menores de 12 anos.	http://igualdade.xunta.gal/gl/axudas/axudas-conciliacion-da-vida-familiar-e-laboral-por-reduccion-da-xornada-de-traballo-como

Boas práticas - GALIZA

ORGANIZAÇÃO	DESIGNAÇÃO DAS PRÁTICAS	BREVE DESCRIÇÃO	LINK PARA MAIS INFO
SECRETARIA XERAL DE EMPREGO CONSELLERÍA DE ECONOMÍA, EMPREGO E INDUSTRIA - XUNTA DE GALÍCIA	PREMIOS RSE-GALICIA	Convocatoria pública de prémios para dar reconhecemento público a empresas galegas que se destacan em prácticas de RSE e especialmente em Igualdade. Programa de assessoria e tutoría a empresas para que implementem medidas de conciliação, igualdade (RSE)	http://www.rse.xunta.gal
	PROGRAMA RESPONSABILIZATE	Programa de assessoria e tutoria a empresas para que implementem medidas de conciliação e igualdade (RSE).	
	CONVOCATORIA PÚBLICA DE AYUDAS E INCENTIVOS	Apoios e incentivos económicos às empresas para que façam planos de igualdade, planes de RSE, acordos de conciliação e investimentos para adaptación das suas instalações de forma a possibilitar a igualdade e a conciliação.	

Boas práticas - EXTREMADURA

ORGANIZAÇÃO	DESIGNAÇÃO DAS PRÁTICAS	BREVE DESCRIÇÃO	LINK PARA MAIS INFO
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SUBSÍDIOS PARA A CONCILIAÇÃO DA VIDA FAMILIAR, PESSOAL E PROFISSIONAL	<p>Programa I: Apoio destinado a facilitar a manutenção da atividade de trabalhadores por conta própria em casos de risco durante a gravidez, maternidade, paternidade, adoção ou acolhimento pré-adoptivo ou permanente ou risco durante a amamentação.</p> <p>Programa II: Apoios à contratação de empregados domésticos, bem como à manutenção de tal contratação, como medida de conciliação da vida pessoal, profissional e familiar.</p> <p>Programa III: Auxílio para a contratação temporária de desempregados em substituição aos trabalhadores que gozam do direito de sair ou para reduzir o horário de trabalho por motivo de cuidado de filhos ou dependentes deles dependentes.</p> <p>1,4 milhões em subsídios no exercício financeiro de 2017/2018.</p>	https://extremaduraempresarial.juntaex.es/subvenciones?idContenido=57615
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ACORDO DA SECRETARIA DE GESTÃO SETORIAL E DA COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO DE PESSOAL DE TRABALHO QUE ATENDE À JUNTA DA EXTREMADURA SOBRE AS MEDIDAS DE FLEXIBILIZAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DO DIA DE TRABALHO	<ul style="list-style-type: none"> • Gozo fracionado dos dias de assuntos particulares. • Cuidados com crianças e familiares doentes. • Bolsa de horas para assuntos pessoais. • Início escalonado de atividades de ensino. • Período de gestação • Controle horário e sistemas de recuperação. • Justificação dos dias de ausência por doença ou acidente sem declaração de incapacidade temporária e sem dedução de remuneração. 	http://www.feccoo-extremadura.org/comunes/recursos/15660/2344532-Acuerdo_de_flexibilizacion_de_la_jornada_laboral.pdf

Boas práticas - EXTREMADURA

ORGANIZAÇÃO	DESIGNAÇÃO DAS PRÁTICAS	BREVE DESCRIÇÃO	LINK PARA MAIS INFO
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	APOIOS AO RETORNO À REGIÃO DOS EXTREMENHOS NO ESTRANGEIRO E SUAS FAMÍLIAS	Naturais da Extremadura no estrangeiro que tenham tal consideração de acordo com o disposto no artigo 2.1 da Lei 6/2009, de 17 de dezembro, do Estatuto dos Extremenhos no Exterior, que retornem definitivamente a Extremadura. O requerente da ajuda receberá uma quantia única de 1.500 euros.	https://ciudadano.gobex.es/buscar-de-tramites/-/tramite/ficha/5209
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	DESEMPENHO DE EMPREGOS NA MODALIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO PRESENTIDOS, ATRAVÉS DA FÓRMULA DE TELETRABALHO, NA ADMINISTRAÇÃO DA COMUNIDADE AUTÓNOMA DE EXTREMADURA	Está incluído nos critérios de avaliação Para a distância de deslocamento do local onde a pessoa do requerente tem o seu domicílio para o local onde a sua estação de trabalho está localizada: 0,25 pontos para cada 5 km, até um máximo de 2,5 pontos.	http://doe.gobex.es/pdfs/doe/2018/800o/18061020.pdf
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	BASES REGULAMENTARES E CONVOCATÓRIA PARA SUBVENÇÕES EM REGIME DE CONCORRÊNCIA COMPETITIVA PARA OS MUNICÍPIOS DA PROVÍNCIA DE CÁCERES, COM MENOS DE 20.000 HABITANTES, EM MATÉRIA DE PROJETOS DE MEDIDAS PILOTO CONTRA O DESPOVOAMENTO, ANO DE 2017.		

Boas práticas – EXTREMADURA (Empresas)

ORGANIZAÇÃO	DESIGNAÇÃO DAS PRÁTICAS	BREVE DESCRIÇÃO	LINK PARA MAIS INFO
SOCIEDAD DE GESTIÓN PÚBLICA DE EXTREMADURA. CONVENIO COLECTIVO	Artigo 26.º Autorizações e licenças retribuídos.	<ul style="list-style-type: none"> • Redução de jornada de trabalho para pais com filhos até três anos de até oitenta horas, no período da primeira escolaridade, com certificado anterior do Centro Escolar. Essas horas podem ser acumuladas em jornadas completas quando a escola estiver numa localidade diferente do local de trabalho. • Reduzir a jornada anual até um máximo de 15% para atender os membros da família até ao segundo grau de consanguinidade sem redução do salário. <ul style="list-style-type: none"> • Essa redução na jornada de trabalho é referida em casos de oncologia, toxicologia, doença de Alzheimer, grande dependência, transplantes ou demência senil, assim como outros determinados pela Comissão de Igualdade. • Também estão incluídos nesta redução os casos em que há crianças com deficiências físicas, mentais ou sensoriais e crianças prematuras. • Até 3 dias de trabalho por ano para o cuidado de crianças até 6 anos com repouso domiciliário. Atualmente este direito durará enquanto durar essa condição. Nos casais em que ambos os pais trabalham na empresa, apenas um dos dois pode exercer esse direito ao mesmo tempo. 	http://doe.gobex.es/pdfs/doe/2016/1580o/16061235.pdf
Fundación Másfamilia	HOMOLOGAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO EFR PELO CONSELHO DE EXTREMADURA	A Fundação Másfamilia assinou um acordo para a padronização da RSE com o Governo da Extremadura, que permitirá que empresas que são certificadas sob o modelo efr sejam incluídas no registo de empresas socialmente responsáveis na Extremadura com uma série de vantagens e benefícios	https://www.masfamilia.org/blog/noticias/fundacion-masfamilia-firma-un-convenio-de-homologacion-de-estandares-de-rse-con-el-gobierno-de-extremadura

Boas práticas - CIM

ORGANIZ.	DESIGNAÇÃO DAS PRÁTICAS	BREVE DESCRIÇÃO	LINK PARA MAIS INFO
Gestamp Aveiro SA	Cesta do Papá e da Mamã	<p>O projeto “Cesta do Papá e da Mamã” é direcionado a todos os colaboradores/as que tenham sido pais, após 01/01/2015.</p> <p>Desta forma, a Gestamp Aveiro oferece um “Cartão Dá “ no valor de 300€, para que os pais possam adquirir artigos de Puericultura. Esta iniciativa tem como objetivo apoiarmos o crescimento dos/as filhos/as dos/as nossos/as colaboradores/as.</p> <p>Este benefício oferecido a todos/as os/as colaboradores/as que tenham sido pais, após 01-01-2015, pretende incentivar o nascimento de crianças na nossa organização, passando a cultura e a mensagem que para a Gestamp Aveiro é importante a família e os valores associados a mesma.</p>	http://www.gestampa.veiro.pt/
Município de Oliveira de Azeméis	Conselheira Local para a Igualdade	<p>A Câmara Municipal nomeou uma Conselheira Local para a Igualdade, que tem por objetivo acompanhar e dinamizar a implementação das políticas locais para a cidadania e a igualdade de género, no âmbito do Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social, dirigido a todas as pessoas que trabalham no Município de Oliveira de Azeméis, entidades parceiras da Rede Social e empresas do concelho.</p> <p>Descrição de algumas medidas incluídas no Plano Municipal para a igualdade:</p> <p>Vertente interna (para os funcionários da autarquia):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do Diagnostico de Avaliação “Selfie Organizacional” – tem por objetivo avaliar a satisfação sobre as funções e tarefas desempenhadas - Dinamizar workshops de cozinha, de saúde, de beleza, massagens, posturas corporais, etc. - Criar condições para a realização de uma exposição coletiva de trabalhos artísticos dos trabalhadores do município, com carater anual, nas modalidades da poesia, pintura, fotografia, etc - Comemorações de datas temáticas que permitirão uma maior aproximação das pessoas (ex. magusto, Natal...) - Manter e alargar a ação do gabinete de atendimento psicossocial para trabalhadores 	https://www.cm-oaz.pt

Boas práticas - CIM

ORGANIZAÇÃO	DESIGNAÇÃO DAS PRÁTICAS	BREVE DESCRIÇÃO	LINK PARA MAIS INFO
Município de Oliveira de Azeméis	Conselheira Local para a Igualdade	<p>Vertente externa (para os municípios):</p> <ul style="list-style-type: none">- Atribuição do cartão municipal de família numerosa, que dá acesso a benefícios e descontos diversos- Edição do Guia de Recursos do Concelho- Atribuição de apoios na área da habitação às famílias monoparentais, ou com carência económica, ou com problemas de saúde- Atribuição do cartão municipal sénior, que dá acesso a benefícios e descontos diversos- Implementação de novas respostas de apoio, nomeadamente um serviço de pequenas reparações ao domicílio- Criação de um centro de local de apoio à integração de migrantes- Comemoração do dia internacional da família- Criação de Grupo de Autoajuda para a Procura de Emprego	https://www.cm-oaz.pt

ANEXO IV

Bibliografía

Bibliografía:

- Batista e Silva, F.; Alberto Marín Herrera, M.; Rosina, K.; Ribeiro Barranco, R.; Freire, S.; Schiavina, M. (2018). Analysing spatiotemporal patterns of tourism in Europe at high-resolution with conventional and big data sources, *Tourism Management* (68), pp. 101-115
- Batista e Silva, F.; Dijkstra, L.; Vizcaino Martinez, P.; Lavalle, C. (2016). Regionalisation of demographic and economic projections – Trend and convergence scenarios from 2015 to 2060, JRC Science for policy report, ISBN 978-92-79-58396-4, doi:10.2788/458769
- Comissão Europeia (2017). *A Minha Região, A Minha Europa, O Nosso Futuro - Sétimo relatório sobre a coesão económica, social e territorial*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, ISBN 978-92-79-71814-4, doi:10.2776/9206
- Comissão Europeia (2017). *Documento de reflexão sobre a dimensão social da Europa*, ISBN: 978-92-79-68505-7, doi:10.2775/795378
- Confederación de Empresarios de Galicia (coord.) (2009). *O mercado laboral da eurorrexión Galicia-Norte de Portugal e a mobilidade de traballadores*. Santiago de Compostela. <http://www.eures-norteportugal-galicia.org/wp-content/themes/eures/indicadores/o-mercado-laboral-da-eurorrexion-e-a-mobilidade-de-traballadores.pdf>
- ESPON (2017). *PROFECY – Inner Peripheries: National territories facing challenges of access to basic services of general interest* (Draft Final Report, version 07/08/2017), <https://www.espon.eu/inner-peripheries>
- ESPON (2018). Indicators for Integrated Territorial and Urban Development, <https://www.espon.eu/indicators>
- ESPON (2018). The territorial dimension of future policies, <https://www.espon.eu/future-policies>
- European Commission (2015). *The 2015 Ageing Report - Economic and budgetary projections for the 28 EU Member States (2013-2060)*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, ISBN 978-92-79-44746-4, doi:10.2765/877631
- European Commission (2017). *Eurostat regional yearbook*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, ISBN 978-92-79-71616-4, doi:10.2785/257716
- European Commission (2017). *The 2018 Ageing Report - Underlying Assumptions & Projection Methodologies*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, ISBN 978-92-79-64714-7, doi:10.2765/286359
- Eurostat (2015). *Quality of life - Facts and views*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, ISBN 978-92-79-43616-1, doi:10.2785/59737
- Instituto Nacional de Estatística, I. P., Portugal; Instituto Nacional de Estadística, España (ed.) (2017). *Península Ibérica em números 2017*, ISBN: 978-989-25-0421-6
- Lavalle, C., Pontarollo, N., Batista E Silva, F., Baranzelli, C., Jacobs, C., Kavalov, B., Kompil, M., Perpiña Castillo, C., Vizcaino, M., Ribeiro Barranco, R., Vandecasteele, I., Pinto Nunes Nogueira Diogo, V., Aurambout, J., Serpieri, C., Marín Herrera, M., Rosina, K., Ronchi, S. and Auteri, D. (2017). *European Territorial Trends - Facts and Prospects for Cities and Regions*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, ISBN 978-92-79-73428-1, doi:10.2760/148283
- Observatoire des territoires (2017). Dynamiques de l'emploi transfrontalier en Europe et en France - Fiche d'analyse de l'Observatoire des territoires 2017, <http://www.observatoire-des-territoires.gouv.fr/observatoire-des-territoires/fr/dynamiques-de-lemploi-transfrontalier-en-europe-et-en-france>
- Ribeiro, J.; Moura, F.; Chorincas, J.; Marques, T. (Coord.) (2016). Portugal no Centro. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- Torres Alberto, C. (ed.) (2015) España 2015. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, ISBN 978-84-7476-696-7

Bases de dados:

INE - Portugal, Censos da população (2011)

INE - España, Censos de Población y Viviendas (2011)

Eurostat (2017; 2018)

PORDATA (2017; 2018)

Comissão Europeia, Knowledge Centre for Territorial Policies (Territorial Dashboard) (2017)

Comissão Europeia, Cluster mapping tool (2018)

OCDE, Regional Well-Being (2014)

Planos:

Plano Estratégico de Cooperação 2014-2020 – Cooperação entre as Regiões do Norte e de Castilla Y León 2014-2020:

http://www.ccdrn.pt/sites/default/files/ficheiros_ccdrn/cooperacao/planoestrategico_npcyl_20142020.pdf

Plano de investimentos conjuntos da Euro-Região Galiza-Norte de Portugal (2014-2020): <http://www.gnpaect.eu/pt/eurorregiao/PIC.pdf/view>

RIS3T - RIS3 Transfronteiriza Galicia – Norte de Portugal (2015): http://www.gnpaect.eu/es/biblioteca/RIS3T-RIS3_Transfronteiriza_Galicia-Norte_Portugal.pdf/view



Interreg
España - Portugal



UNIÓN EUROPEA
UNIÃO EUROPEIA

GEMCAT

Fondo Europeo de Desarrollo Regional
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



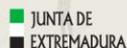
cim alto minho
município Vila Verde



BRAGA
Município



Junta de Castilla y León



JUNTA DE EXTREMADURA



U. PORTO



XUNTA DE GALICIA

www.gemcat.eu